

ISSN 0102-5408

1620

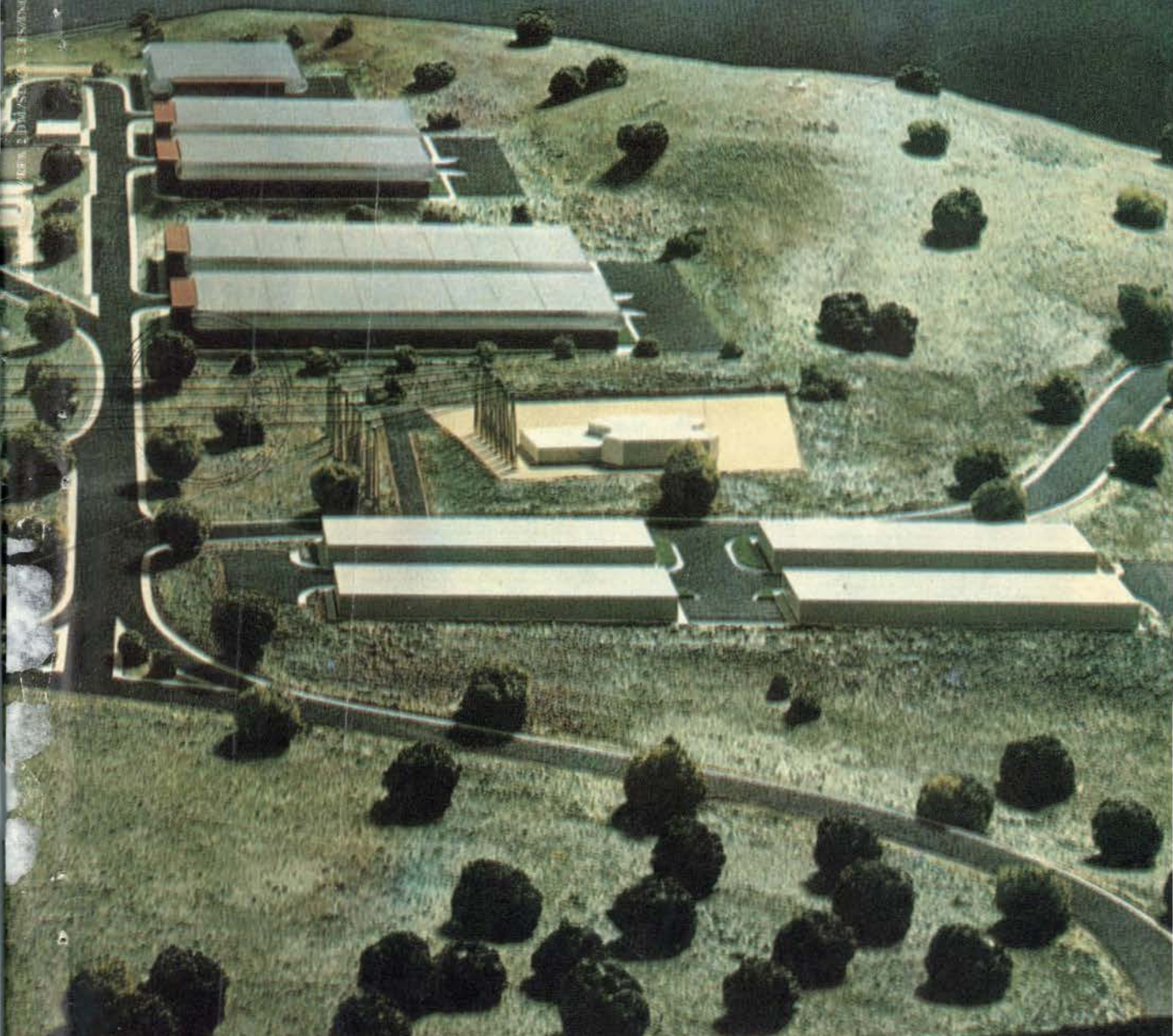
N.º 43/JANEIRO 1980

25^o Abril 966

COMUNIDADES PORTUGUESAS

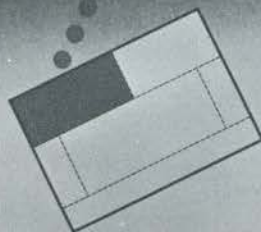
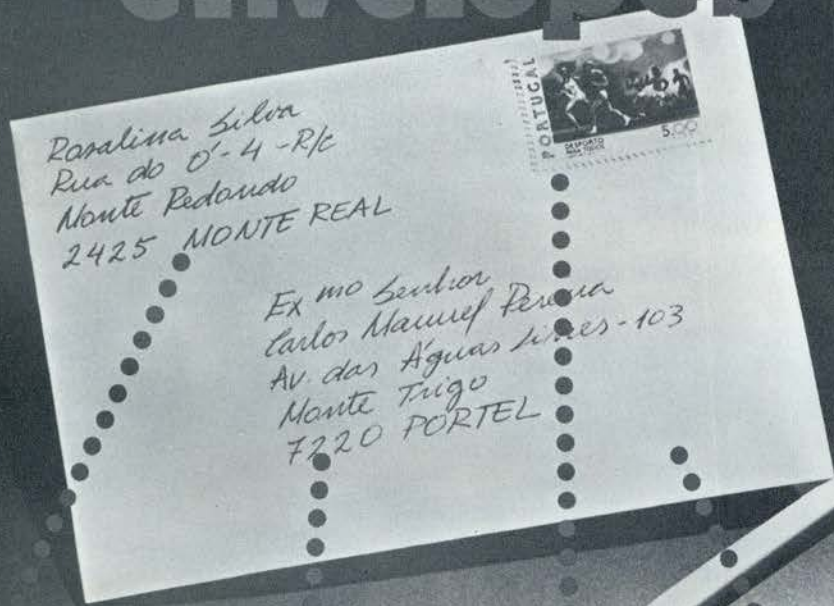
Publicação Mensal da Secretaria de Estado da Emigração

SUPLEMENTO:
RESULTADOS ELEITORAIS
Em destaque: Casas do Povo



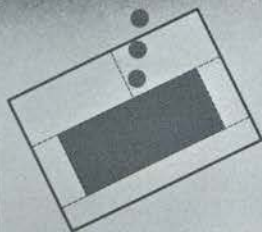
**PARQUES INDUSTRIAIS
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Escreva assim OS SEUS envelopes



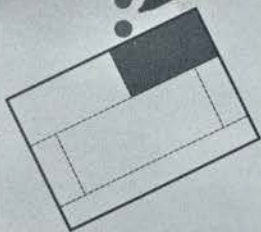
remetente

Escreva aqui a sua morada completa. Não se esqueça de pôr o seu **CÓDIGO POSTAL** na última linha.



endereço

Escreva aqui o seu endereço: o nome da pessoa a quem quer escrever, a morada completa e **na última linha o CÓDIGO POSTAL respectivo** (quatro algarismos e o nome de uma localidade, **sem pontos, nem traços separadores**).



selos

Este espaço é reservado aos selos.



ATENÇÃO!
NÃO
ESCREVA NADA
NESTA ZONA

As máquinas de tratamento de correspondência precisam de a encontrar limpa.

meio caminho andado





PUBLICAÇÃO MENSAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Ano VI — 3.ª Série

Director
Manuel Arias

Edição
Divisão de Publicações
do Instituto de Emigração

Sede
Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX — Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão
Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

● EDIÇÃO EUROPA
Commission paritaire n.º 3331 P

Representante
Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombaste
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95

Distribuição
França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços
França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 33 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL



Em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, conferiu posse ao VI Governo Constitucional, chefiado pelo dr. Francisco Sá Carneiro, dirigente do PSD e da Aliança Democrática.

O novo Executivo — resultante da vitória da AD nas eleições legislativas intercalares de 2 de Dezembro do ano transacto — integra nove ministros sociais-democratas (PSD), cinco democratas-cristãos (CDS) e um independente. Em relação aos anteriores, este é o primeiro Gabinete que não inclui no seu elenco nenhuma figura militar e o primeiro, também, que dispõe, à partida, de um apoio parlamentar maioritário, pois os partidos que formam a Aliança Democrática contam com 128 dos 250 deputados da nova Assembleia da República, conforme salientamos no Suplemento deste número.

Tendo como Primeiro-ministro o dr. Francisco Sá Carneiro, o VI Governo Constitucional integra os seguintes ministros: Diogo Freitas do Amaral (Vice-Primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros); Francisco Pinto Balsemão (ministro-adjunto do Primeiro-ministro); Adelino Amaro da Costa (Defesa Nacional); Eurico de Melo (Administração Interna); Mário Raposo (Justiça); Aníbal Cavaco e Silva (Finanças e Plano); Vítor Pereira Crespo (Educação e Ciências); Eusébio Marques de Carvalho (Trabalho); João Morais Leitão (Assuntos Sociais); António Cardoso e Cunha (Agricultura e Pescas); Basílio Horta (Comércio e Turismo); Álvaro Barreto (Indústria e Energia); João Lopes Porto (Habitação e Obras Públicas); e José Viana Baptista (Transportes e Comunicações).

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

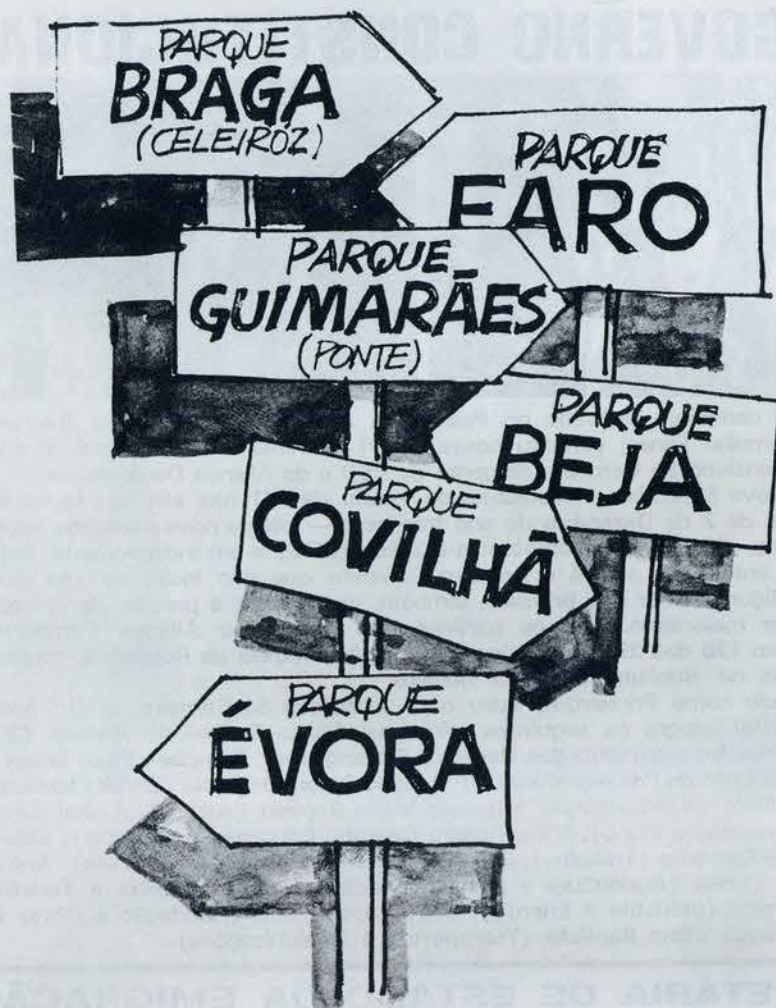


A dr.ª Maria Manuela Aguiar Dias Moreira foi empossada no cargo de secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas do VI Governo Constitucional.

Natural de Gondomar, a dr.ª Manuela Aguiar nasceu em 1943 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1965. Foi bolsista da Fundação Gulbenkian em França, onde obteve, em 1969, a «titularização» em Sociologia, na Escola Prática de Altos Estudos e, em 1970, o Diploma Superior de Estudos e Investigação em Direito, no Instituto Católico de Paris. Foi ainda bolsista da OIT, OMS e OCDE em diversos países europeus.

Entre 1972 e 1976 leccionou, sucessivamente, na Universidade Católica de Lisboa e nas Faculdades de Economia e de Direito de Coimbra. A partir de Maio de 1976 exerceu funções de assessora do Provedor de Justiça. Foi secretária de Estado do Trabalho do IV Governo Constitucional.

Colaboração fotográfica: «A Capital», «Diário de Notícias», Empresa Pública de Parques Industriais, Junta Central das Casas do Povo e António Manuel.



PARQUES INDUSTRIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com a criação de uma rede de seis Parques Industriais — alguns dos quais estão já em funcionamento, enquanto outros se encontram em fase adiantada de instalação —, novas perspectivas de desenvolvimento económico se abrem para várias regiões do País. Esta efectiva descentralização, que se traduz na implantação e no fomento de novas indústrias em zonas delas carecidas, apresenta ainda outras vantagens, como a criação de novos empregos e a correcção de assimetrias regionais.

Reconhecidos internacionalmente como podendo constituir um valioso contributo para o relançamento económico de um país, os Parques Industriais foram criados em Portugal, em 1973, exactamente com esse objectivo: contribuir para a correcção do crescimento industrial desordenado e anárquico até aí verificado e, paralelamente, criar pólos de desenvolvimento destinados a ultrapassar graves desequilíbrios regionais.

O lançamento dos Parques Industriais — um conjunto de unidades produtivas integradas num conjunto previamente estudado — liga-se, por outro lado, com a necessidade imperiosa de preparar a indústria nacional para a entrada no Mercado Comum.

A execução desta iniciativa foi entregue pelo Governo à Empresa Pública de Parques Industriais (EPPI), organismo que recebeu o encargo de promover a sua instalação, construção e gestão (aquisição de terrenos, sua urbanização industrial e construção de pavilhões).

Neste sentido, a EPPI propôs-se realizar, a partir de 1974 e num prazo de doze anos, o primeiro programa nacional de Parques Industriais, ou seja, proceder à instalação de seis parques no País: em Braga - Celeiroz, Guimarães-Ponte, Covilhã, Évora, Beja e Algarve.

Globalmente, esta primeira urbanização industrial abrange cerca de 190 hectares de terreno e envolve uma área de 430 mil metros quadrados, prevenindo-se que até 1986, ano da sua conclusão, crie 16 mil novos postos de trabalho.

Para a realização de tal empreendimento, onde serão investidos cerca de quatro milhões de contos a preços actuais e que compreenderá a instalação de cerca de 300 novas fábricas, a EPPI efectuou acordos de financiamento a

nível interno (com a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 615 mil contos) e a nível externo, com o Banco Mundial (cerca de 500 mil contos a utilizar em 1980-83), com a EFTA (mais de 50 mil contos) e com um banco da Alemanha Federal (cerca de 250 mil contos directamente destinados ao Parque da Covilhã).

De salientar que os pequenos e médios empresários são os mais directamente visados com este tipo de realizações, o que, aliás, vem ao encontro da estrutura industrial portuguesa, composta essencialmente por pequenas e médias empresas.

PARQUE INDUSTRIAL DE BRAGA-CELEIROZ

É nos arredores de Braga, na povoação de Celeiroz, que está a ser realizada a primeira experiência-piloto da rede de Parques Industriais do nosso País, prevenindo-se que a primeira fase da sua instalação termine em Março do corrente ano.

O Parque de Braga-Celeiroz que engloba 28 empresas (com 30 pavilhões industriais), encontra-se implantado numa área de 33 hectares, a que se juntarão outros vinte (para mais 35 pavilhões) numa segunda fase.

Criado em Maio de 1974 e estando implantado num local privilegiado, perto da estrada e do caminho de ferro que ligam as cidades de Braga e do Porto, o Parque tem em conta a industrialização existente na região.

Estas características e as vantagens que são comuns aos outros Parques Industriais (pavilhões prontos a serem utilizados, rendas acessíveis, reduções e isenções fiscais), fizeram com que muitas empresas se tenham ali instaladas.

Actualmente, encontra-se em laboração a maior parte das unidades fabris que pertencem a empresas de betão preparado, loiça utilitária e decorativa de grés, mobiliário de pinho para exportação, e ainda a fabricantes de brinquedos em madeira, de recauchutagem a frio, anodização de alumínio, artigos de borracha, produtos químicos para manutenção de automóveis, acessórios, pistons e segmentos tipo «transfert», depósitos metálicos, especialidades farmacêuticas e cosméticos, etc.

Pode, portanto, dizer-se que o Parque Industrial de Braga-Celeiroz, cuja instalação (compra de terrenos e custos de infra-estruturas) vai orçar, no total, em cerca de 700 mil contos (tendo sido dispendidos 200 mil nesta primeira fase), se encontra ocupado a cem por cento e que a sua capacidade potencial de emprego poderá atingir os 3.200 trabalhadores.

Refira-se ainda que o Parque possui serviços de apoio aos empresários e aos trabalhadores, tais como cantina-restaurante, centro de medicina no trabalho, sala polivalente (para reuniões, exposições e formação profissional), agências bancárias, de seguros e de transitários, telex colectivo, etc.

O problema habitacional também não foi esquecido, encontrando-se em fase adiantada de realização um programa de construção de casas, da responsabilidade conjunta do Fundo de Fomento de Habitação, da Cooperativa Bracara Augusta e dos próprios trabalhadores interessados.

PARQUE INDUSTRIAL DA COVILHÃ

O Parque Industrial da Covilhã é aquele que se encontra numa fase mais adiantada de instalação, logo a seguir

ao de Braga-Celeiroz. Assim, para além de estarem concluídas as terraplanagens, os arruamentos, e a instalação da rede de esgotos e de energia, e outras infra-estruturas, encontram-se já prontos a funcionar dois pavilhões industriais, estando mais quatro adjudicados.

Com a implantação deste Parque na região-centro do interior do País, tem-se em vista, não apenas propiciar acções que possibilitem vencer a crise, já antiga, do sector têxtil dos lanifícios (a mono-indústria tradicional da região), como também, e por outro lado, possibilitar a criação de novos sectores da indústria que permitam absorver a mão-de-obra excedentária.

Preende-se, ainda e fundamentalmente, ao apresentar uma alternativa para os lanifícios, através de uma mais fácil fusão e integração do sector, aproveitar, em paralelo, as potencialidades oferecidas pela execução do Plano de Regadio da Cova da Beira, ou seja, a industrialização dos produtos agro-pecuários da zona.

O Parque está a ser instalado na Quinta da Baiuca (zona do Amieiral-Várzea), a dois quilómetros da cidade, na estrada que liga à Guarda e a Vilar Formoso, ocupa uma área de 33 hectares, aproximadamente (18 dos quais em terrenos expropriados e cedidos pela Fazenda Nacional, e anteriormente destinados ao Quartel de Caçadores 2, unidade militar que foi extinta).

Será oportuno referir que as empresas que se vão instalar no Parque da Covilhã poderão dedicar-se ao fabrico de material óptico, à transformação de frutos, confecções, trefilaria, e ainda a outros ramos de actividade, tais como a preparação e conservação de carnes, lacticínios, produtos hortícolas e alimentares, farinhas e flocos de cereais,



4 artes gráficas e publicações, especialidades farmacêuticas e cosméticos, etc. Acrescente-se, por fim, que se encontram assegurados os financiamentos para este Parque, que envolve um investimento global de 550 mil contos, aproximadamente, estando actualmente gastos perto de 50 mil.

PARQUE INDUSTRIAL DE GUIMARÃES-PONTE

O Parque Industrial de Guimarães-Ponte, que está a ser instalado no Alto das Cortes, a 4 quilómetros da cidade, surgiu em alternância com o da cidade de Braga e, na sua localização, teve-se em conta uma estratégia de desenvolvimento industrial para a região: a formação de um polo industrial — o de Braga-Guimarães — que fosse autónomo e independente do Porto. O Parque foi criado em Abril de 1976, indo ocupar uma área de 28 hectares prevendo-se que importe em 600 mil contos, a preços actuais (estando já gastos 50 mil contos).

Neste sentido, o Parque de Guimarães-Ponte dará prioridade à promoção de novos sectores de actividade industrial e, ao mesmo tempo, visará conseguir emprego para a reserva de mão-de-obra excedentária do sector têxtil algodoeiro, a fim de facilitar a sua reconversão.

O seu perfil industrial inclui uma lista alargada de possíveis sectores produtivos: preparação e fabrico de conservas de carne, lacticínios, produtos hortícolas, artigos de couro, de papel, fogões, rolamentos, etc.

De momento, estão adquiridos os terrenos e feitas as terraplanagens, arruamentos e esgotos, prevendo-se que, em breve, se inicie a construção dos primeiros quatro pavilhões industriais.

De salientar que o Parque tem uma capacidade potencial de 2.500 novos postos de trabalho e que a população activa dos concelhos abrangidos (Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo

Tirso) ronda actualmente 130 mil trabalhadores.

PARQUE INDUSTRIAL ÉVORA

A implantação de um Parque Industrial na cidade de Évora justifica-se plenamente, dado que esta região alentejana quase não possui indústrias.

Com a instalação de um Parque nesta zona visa-se promover o desenvolvimento de unidades industriais que tenham em atenção a Reforma Agrária e a sua racionalização e aproveitamento. O mais importante será conseguir fomentar a criação de unidades fabris de transformação dos produtos agro-pecuários e a absorção dos excedentes de mão-de-obra existentes na região.

O Parque Industrial de Évora ficará situado nos arredores da cidade, junto do Bairro de Nossa Senhora do Carmo, na estrada para Alcáçovas, em terrenos já adquiridos e destacados, da herdade do Barba Rala. A sua superfície é de 50 hectares, aproximadamente, prevendo-se que a sua capacidade potencial de emprego seja de 4.500 trabalhadores. Acrescente-se, por fim, que do seu orçamento global (cerca de 900 mil contos) foram já gastos cerca de 50 mil nas terraplanagens da primeira fase e que foi adjudicada a empreitada dos arruamentos, esgotos e dos primeiros quatro pavilhões.

PARQUE INDUSTRIAL DE BEJA

O Parque Industrial a construir em Beja localizar-se-á junto à cidade, na estrada para Serpa e ocupará uma superfície de 28 hectares, podendo vir a empregar cerca de 2.000 trabalhadores.

Para a sua concretização e instalação, que orça em cerca de 500 mil contos, foi já realizado o levantamento topográfico, encontrando-se em fase adiantada a compra dos terrenos e a elaboração dos projectos de terraplanagens, arruamentos, esgotos e rede de energia.



Criar novos pólos de desenvolvimento industrial e, consequentemente, novos postos de trabalho, são dois dos objectivos dos Parques Industriais. No mapa anexo referenciamos a localização dos seis Parques projectados pela EPPI.

Com um perfil industrial semelhante ao do Parque da Covilhã, o Parque de Beja visa a implantação de unidades industriais ligadas à agricultura, ou seja, à transformação dos produtos agro-pecuários produzidos na zona da Reforma Agrária.

PARQUE INDUSTRIAL DO ALGARVE

Actualmente, a localização definitiva do Parque do Algarve encontra-se em fase de estudo, por não ser conveniente a sua instalação em terrenos agrícolas de boa aptidão e em reservas naturais existentes na região.

Por esses motivos, foi necessário rever o problema e efectuar novos estudos relacionados com aspectos hidrológicos e com a preservação do ambiente e das referidas reservas naturais.

Prevê-se que o Parque do Algarve seja instalado numa área de cerca de 25 hectares e que tenha capacidade potencial de emprego para 2.000 trabalhadores. Com a sua implantação, tem-se em vista dinamizar as actividades industriais de uma zona voltada predominantemente para o turismo e com uma indústria conserveira carecida de reconversão a curto prazo.



Um conjunto de imagens que documenta diversas fases da instalação de um Parque Industrial (no caso, o de Braga-Celeiroz): das terraplanagens (à esquerda) até à plena laboração de uma das unidades fabris (à direita), passando pela montagem e acabamento dos pavilhões (ao centro).

A EPPI E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS



— Antes de mais, gostaríamos que nos dissesse o que são os Parques Industriais e quais os objectivos que se têm em vista com o seu lançamento.

— Os Parques Industriais são áreas de terrenos delimitados, em zonas escolhidas pelas suas características favoráveis à instalação de actividades industriais, entre as quais salientamos a proximidade de centros urbanos de apoio com dimensões razoáveis, a ligação fácil a vias de comunicação importantes, a existência de mão-de-obra de fácil recrutamento e condições geotopográficas adequadas.

Estas áreas de terreno são dotadas de uma urbanização industrial completa, incluindo, nomeadamente, rede viária interna e acessos directos às vias principais de comunicação, abastecimentos de água e energia, drenagem e tratamento de esgotos, pavilhões industriais, normalizados para arrendamento, e lotes de terreno, em regime de direitos de superfície onde os industriais podem construir os seus edifícios industriais.

Para além da urbanização industrial já referida, cada Parque Industrial disporá de um vasto conjunto de serviços

de apoio de que se podem destacar: cantina, centro de medicina do trabalho, serviços de recolha de lixos, estação de correios, telex colectivo, agência de banco e companhia de seguros, sala polivalente para reuniões, conferências e exposições, oficinas de reparação e manutenção.

Quanto aos objectivos que se pretendem alcançar com a implantação dos Parques Industriais referirei apenas os que considero genéricos e fundamentais:

- Fomento industrial em pólos de desenvolvimento fora das zonas de excessiva concentração urbana;
- Desenvolvimento regional ordenado, com apoio em centros urbanos que interesse robustecer e diversificar;
- Criação de empregos industriais e fixação das populações permitindo a reestruturação e reconversão de sectores de actividade económica;
- Apoio a novas iniciativas empresariais válidas, no âmbito das pequenas e médias empresas.

No sentido de completar esta resposta, parece-me importante referir que o planeamento, construção e gestão dos Parques Industriais que o Governo decidiu ou venha a decidir promover em Portugal, são executados pela Empresa Pública de Parques Industriais (EPPI) que é uma empresa com autonomia admi-

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA E.P.P.I.

Para a modernização e desenvolvimento da economia portuguesa, torna-se urgente — devido, sobretudo, à próxima integração do nosso País na Comunidade Económica Europeia — efectivar uma verdadeira reestruturação industrial que tenha em conta as regiões do interior.

Na entrevista que a seguir publicamos, o eng.º Manuel Frederico Basto Saragoça, presidente do conselho de gerência da E.P.P.I., responde a uma série de questões relacionadas com a actividade desta empresa pública que, saliente-se, desempenha um papel primordial no fomento e criação de novos pólos de desenvolvimento regional, contribuindo decisivamente para a industrialização do interior do País.

nistrativa e financeira, dependente do Ministério da Indústria.

Actualmente a EPPI tem em curso um programa de desenvolvimento de seis Parques Industriais em Braga (Celeiroz), Guimarães (Ponte), Covilhã, Évora, Beja e Algarve, a que corresponde um investimento, a preços correntes, de cerca de 4 milhões de contos.

Com o fim de complementar a primeira rede de parques industriais e com vista a atingir objectivos de desenvolvimento regional mais restritos, nomeadamente:

- Iniciar o processo de industrialização em zonas caracterizadamente agrícolas;
- Criar postos de trabalho que, sustendo a emigração ou migração, contribuam simultaneamente para a melhoria das condições de vida das populações locais, evitando o desemprego ou o subemprego;
- Promover em certos casos a reconversão de sectores de actividade em crise ou estagnação;
- Apoio às pequenas e médias empresas, particularmente as de iniciativa local;

Encara a EPPI a possibilidade de vir a construir pavilhões industriais polivalentes para acolhimento de iniciativas de interesse marcadamente local.

A construção destes pavilhões polivalentes, só terá lu-

gar em casos devidamente justificados aproveitando prioritariamente loteamentos industriais desenvolvidos pelas autarquias.



— Concretamente, que tipo de incentivos, apoios e vantagens são oferecidos às empresas que desejam implantar-se num Parque Industrial?

— Para responder a esta questão considero importante distinguir à partida o que se entende por incentivos, apoios e vantagens. Enquanto que os apoios derivam das possibilidades que um industrial tem de recorrer aos serviços da EPPI, as vantagens são uma consequência directa da concepção de parque industrial. Os incentivos, que podem ser fiscais ou financeiros, resultam da legislação em vigor e revestem-se de aspectos característicos para as empresas que se instalem em qualquer dos Parques Industriais actualmente em desenvolvimento.

As vantagens inerentes ao Parque e aos apoios que os industriais poderão obter através da EPPI podem sintetizar-se concretamente da seguinte forma:

● **Rapidez e economia de instalação** — Os Parques dispõem de edifícios fabris pré-



-construídos e de dimensões variáveis, para aluguer, concebidos para uma fácil expansão, até 100% de área coberta inicial, e de lotes de terreno cedidos em direitos de superfície, nos quais o empresário poderá construir o seu próprio pavilhão industrial, integrado numa urbanização industrial completa com todas as infra-estruturas básicas necessárias ao arranque de qualquer unidade industrial. Deste modo, todos os problemas administrativos que resultam da compra do terreno, autorizações de construção, elaboração do projecto de construção civil e sua aprovação, adjudicação de obras, fiscalização das mesmas, cumprimento de prazo de construção, deixam de existir se um industrial optar pela instalação em qualquer dos Parques Industriais.

Por outro lado, o investimento inicial total para um empreendedor que queira instalar uma unidade num pavilhão pré-construído é substancialmente reduzido (em média cerca de 1/3 do investimento total) pelo facto de serem nulas as despesas de investimento com a construção do edifício industrial, sendo apenas necessário prever o investimento necessário às obras de adaptação e montagem das redes de energia e fluidos adequados às necessidades de

cada projecto e à instalação dos equipamentos.

● **Simplificação das formalidades legais e rápido arranque de produção** — Analisando o projecto a desenvolver e considerada viável a sua instalação num Parque Industrial, a EPPI promove e apoia através dos seus serviços todos os contactos com a Administração Pública para obtenção de licenciamentos, incentivos fiscais, acesso a apoios financeiros, nomeadamente através da colaboração com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) e as Direcções-Gerais dos diversos Ministérios, o que permite reduzir substancialmente os períodos de instalação e arranque. Posteriormente ao arranque das unidades industriais, continuam os Serviços da EPPI a garantir o indispensável apoio, designadamente no desbloqueamento de eventuais situações perturbadoras do normal funcionamento da actividade industrial.

● **Minimização dos custos de exploração** — Como já referi na resposta à primeira questão, o facto de os Parques Industriais oferecerem um razoável conjunto de serviços de apoio, permite às empresas neles instaladas reduzir os seus custos de exploração.

Quanto aos incentivos fiscais salienta-se que os projectos industriais que venham a ser admitidos em qualquer dos Parques em desenvolvimento têm, à partida, acesso à classe C dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei 74/74, de 28 de Fevereiro, que incidem sobre a sisa, contribuição industrial, reintegrações e amortizações, dedução à matéria colectável em contribuição industrial, imposto complementar secção B, etc.



— Como têm sido feitas a promoção e a divulgação dos Parques Industriais a nível nacional e que receptividade tem havido por parte das empresas?

— Antes de iniciar a resposta a esta questão, e por estar inteiramente relacionada com ela, convém frisar que a EPPI embora criada em Março de 1973 (Dec.-Lei 133/73) apenas conheceu na prática

um impulso definitivo na sua actividade, a partir da decisão de aprovação em Conselho de Ministros do projecto do Parque Industrial de Braga (Celeiroz) em 31 de Maio de 1974, e que constituiu a experiência-piloto de Parques Industriais em Portugal.

Por outro lado, o lançamento dos Parques de Guimarães, Covilhã, Évora e Distrito de Faro só foi decidido em 1976, e o de Beja em Setembro de 1977.

Torna-se portanto evidente que o programa de promoção dos Parques Industriais esteve desde o início condicionado por esta situação.

O desenvolvimento da função de promoção dos Parques Industrial foi desde o início da EPPI uma das suas preocupações fundamentais, pelo que com este objectivo foi criado na empresa um Serviço de Promoção a quem cabe, entre outras atribuições, toda a actividade de promoção e divulgação dos Parques Industriais, tendo para tal utilizado com suporte essencial a divulgação de informação escrita (brochuras, folhetos, etc.) junto de uma gama muito variada de instituições públicas e privadas, entre as quais se destacam os Ministérios e, de entre estes, especialmente o

TIPO II



Eng. Basto Saragoça, presidente do conselho de gerência da EPPI.

Maqueta-projecto de um Parque Industrial.



8

Ministério da Indústria, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Instituto de Investimento Estrangeiro, Fundo de Fomento de Exportação, Associações Industriais e Sindicais, Câmaras de Comércio, Embaixadas, Bancos, Companhias Seguradoras, Autarquias Locais, etc.

Paralelamente e com regularidade, têm-se mantido os órgãos de comunicação social a par da actividade da EPPI e do desenvolvimento dos vários Parques Industriais. De salientar, ainda, que o esforço de divulgação abrangeu a participação em conferências, seminários e outras iniciativas semelhantes, estando já programada, face ao desenvolvimento dos vários Parques, a implementação da sua Promoção, pelo que se adjudicou a uma empresa especializada uma «Campanha de Promoção» que terá como principais meios, anúncios na imprensa, um filme para a televisão, brochuras sobre cada um dos Parques, painéis para colocação nas cidades mais próximas de cada Parque e à entrada dos mesmos.

No futuro próximo, todas estas acções serão intensificadas esperando a EPPI dispor, em breve, de meios audiovisuais que possam, de forma rápida e eficaz, divulgar todas as vantagens dos Parques Industriais para os potenciais investidores.

Quanto à receptividade evidenciada pelas empresas, pode-se afirmar que tem sido excelente em relação ao Parque de Braga (Celeiroz), cuja primeira fase se encontra em adiantado estado de desenvolvimento. De facto, encontram-se actualmente em funcionamento, em Braga, 20 unidades industriais, aguardando

a conclusão da construção dos respectivos pavilhões mais cinco empresas, e estando em negociação a cedência de mais três pavilhões. Contamos ter no fim do 1.º trimestre deste ano o Parque de Braga (1.ª fase) com uma ocupação a 100%. Quanto à segunda fase do Parque de Braga, cujas obras se iniciaram recentemente, já existem cerca de vinte intenções de investimento.

Quanto aos outros Parques, cujo desenvolvimento se encontra mais atrasado, importa referir que apesar da EPPI só vir a ter pavilhões disponíveis em Guimarães e Évora no fim do 1.º semestre deste ano, já existem cerca de três dezenas de intenções de investimento. No que se refere ao Parque da Covilhã, que dispõe, presentemente, dos dois primeiros pavilhões industriais, existem desde já cerca de uma dezena de intenções de investimento, esperando-se que com o arranque do Plano de Desenvolvimento da Cova da Beira se verifique um aumento substancial de investimento no sector de actividades agro-industriais. Quanto aos Parques de Beja e do Distrito de Faro ainda é cedo para avaliar qual será a receptividade dos potenciais investidores, em virtude de em Beja se estar actualmente na fase de compra de terrenos, prevenindo-se que as terraplanagens se iniciem em data próxima, e no Distrito de Faro ainda não estar definida a localização exacta do Parque.

Em conclusão, pela experiência amplamente positiva já recolhida no Parque Industrial de Braga e pela procura que se tem continuado a verificar apesar da relativa estagnação da nossa economia, a EPPI en-

cara com optimismo a ocupação futura dos seus Parques.



— Por último, qual o efectivo contributo dos Parques Industriais para o desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem?

— Sem qualquer preocupação de responder de forma exaustiva à questão, podemos no entanto apontar a título de exemplo alguns efeitos directos e indirectos da implantação dos Parques Industriais sobre o desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem.

Como efeitos directos mais importantes salientam-se os seguintes:

- Acréscimo sensível do investimento nas regiões, na indústria transformadora, com o conseqüente aumento do produto bruto industrial, o que contribui, por um lado, para atenuar desequilíbrios estruturais de desenvolvimento no interior das regiões entre os vários sectores da actividade económica, e, por outro lado, reduzir a desigualdade de ritmo de desenvolvimento das regiões onde se inserem em relação a outras, nomeadamente as do litoral, que historicamente beneficiam sempre de uma posição privilegiada;
- Criação de novos postos de trabalho, o que permite reduzir os graves proble-

mas de desemprego e subemprego que afectam aquelas regiões.

Como efeitos indirectos e não menos importantes apontam-se, a título de exemplo, os seguintes: melhorias das condições de higiene e segurança no trabalho; contribuição para o desenvolvimento das capacidades técnicas de gestão das Pequenas e Médias Empresas Industriais; contribuição através de acções de qualificação profissional dos trabalhadores; contribuição para a satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores e empresários instalados (caso das cantinas, telex colectivo, centro social, centro de medicina do trabalho, etc.); interacção com a comunidade local o que permite, nomeadamente, a implementação de relações com outras indústrias e com o comércio e outros serviços, melhoria indirecta das infraestruturas básicas existentes, contribuição para fomentar as relações da indústria com as instituições educacionais e culturais.

Gostaria de salientar, tendo em vista, em especial, os nossos compatriotas que trabalham no estrangeiro, que as características das instalações que a EPPI dispõe nomeadamente no que se refere a Mini-Pavilhões especialmente concebidos para acolher pequenas indústrias, exigindo um investimento inicial reduzido, e propícias para o lançamento de projectos sob a forma cooperativa, em que os próprios sócios são simultaneamente gestores e trabalhadores, constituem um óptimo campo para a iniciativa dos nossos compatriotas que queiram regressar e continuar a exercer uma actividade produtiva que lhes proporcione um rendimento condigno, e onde podem aplicar com proveito próprio e da comunidade todas as suas capacidades de trabalho e a experiência adquirida no estrangeiro. ■

HISTÓRIA DE PORTUGAL DE *Oliveira Martins* FOI PUBLICADA HÁ 100 ANOS

Cem anos após a sua publicação, a «História de Portugal», de Oliveira Martins, continua a ser, hoje, uma das mais talentosas e brilhantes sínteses literárias sobre a origem e formação do Estado português, e a sua integração no contexto geral das civilizações.

Em resposta aos críticos da «História de Portugal», Oliveira Martins fez publicar, em 1880, um opúsculo onde enaltecia a colaboração de Camilo Castelo Branco, que lhe apontara algumas incorrecções existentes na 1.ª edição (1879), incorrecções que não escaparam à espantosa cultura do genial romancista.

O citado opúsculo termina justamente com estas palavras de acutilante actualidade: «Levantam-se contra o livro os ódios rançosos das ilusões velhas, e as doutrinas dos «jeune-Portugal» que, vestidas à moderna, com terminações em ógico e ismo, amalgamando em doses variáveis a teoria das nacionalidades, já fora de moda, com o jacobismo caduco e um positivismo pouco sadio, pretendem dar fundamentos científicos e eruditos ao patriotismo. Ó incautos e ingénuos, pois quando vistes sair da ciência dos sábios o entusiasmo dos povos? Essa vã empresa tem o perigo de todas as ilusões: imaginarmos o Portugal de outrora é justificarmos a indolência geral de uma gente que necessita mais de pão que de festas, de cruéis lições educadoras do que de hinos e apoteoses».



Oliveira Martins, numa gravura publicada na revista «Ocidente» (1878).

VIDA E OBRA

DE OLIVEIRA MARTINS

Nascido em 1845, Joaquim Pedro de Oliveira Martins ficou orfão aos 14 anos, sendo forçado a empregar-se numa casa comercial, a fim de prover não só ao seu sustento, como ao da mãe e dos irmãos mais novos. Nem assim, porém, deixou de ir cultivando o espírito, nas poucas horas livres de que dispunha. Em 1870 conseguiu um emprego em Espanha, de onde regressou, poucos anos passados, para se fixar no Porto, empregando-se nos trabalhos de exploração do caminho de ferro para a Póvoa de Varzim. Eleito deputado por Viana do Castelo, em 1886, chegou a Ministro da Fazenda, em 1892, vindo a falecer dois anos mais tarde.

Considerando, por um lado, a vida árdua e agitada de Oliveira Martins e, por outro, o número de obras que nos legou, fácil será chegar à conclusão de que não lhe teria sido possível documentar-se exaustivamente sobre a História de modo a tornar-se um escritor erudito. Apesar disso, é ele o verdadeiro historiador da corrente realista, pioneiro das interpretações científicas do nosso processo histórico, na senda de Alexandre Herculano.

Como historiador, pertencem à sua fase mais polémica obras como «História e

Civilização Ibérica», «História de Portugal» e «Portugal Contemporâneo», onde se testemunha o seu grande poder de síntese. Registam-se ainda as suas tentativas de interpretação da vida e obra de algumas figuras gradas na história de Portugal, em livros como «A Vida de Nun'Álvares Pereira» e «Os Filhos de D. João I».

A história universal dedicou uma série de trabalhos: «História da República Romana», «O Helenismo e a Civilização Cristã», «Quadro das Instituições Primitivas» e «Elementos de Antropologia».

Durante muito tempo, a historiografia «oficial» do regime deposto a 25 de Abril considerou o escritor Oliveira Martins como um valor negativo, acusando-o de «pessimista» em matéria histórica, chegando alguém a afirmar que a sua «História de Portugal» era um «panfleto contra a Pátria». Hoje, existem sinais que nos apontam a actualidade e a verdade de muitas das suas análises, havendo intelectuais de probidade comprovada dispostos a defender o labor incansável de um dos nossos melhores homens de letras e incontestável patriota, reservando-lhe o lugar digno que de justiça se lhe deve.

Para além de tudo isto, é bem verdade que nas obras de Oliveira Martins se encontra uma grande poesia e um notável poder de evocação de quadros históricos, por certo impressionantes.

Na História, não só é o analista que nos fala, é também o artista. De estilo seguro, vibrante, nervoso e deveras apaixonado, ele soube transmitir a quanto escreveu um extraordinário colorido e uma vivacidade bem fora do comum. ■

10 EVOCAÇÃO DE ALVES REDOL NO 40.º ANIVERSÁRIO DO ROMANCE «GAIBÉUS» 11

Completaram-se dez anos sobre a morte de Alves Redol e, simultaneamente, quatro décadas sobre a data de publicação do romance «Gaibéus». Por tal motivo, os legatários do «Fundo Literário Alves Redol» anunciaram a promoção de diversas actividades a realizar no âmbito da efeméride, englobando a organização da «Comissão do Legado Alves Redol» e comemorações a nível

ALVES REDOL E O NEO-REALISMO

A histórica empresa do lançamento do romance «Gaibéus», em 1939, ano difícil (quando a violência nazi-fascista atingia a sua plenitude em toda a Europa), para além de um gesto de coragem, representou uma opção de vincado cariz político. É que este romance introduziu entre nós a corrente literária e artística que

futura de um método de escrever, porque, na verdade, «Gaibéus» ficou na literatura portuguesa como obra pioneira de um estilo, de uma corrente, de um movimento.

Pela primeira vez, os representantes de certas estratos sociais entravam na literatura portuguesa, não como seres passivos, «humilhados e ofendidos», ou não somente enquanto tal, mas como

UMA LITERATURA DE COMBATE

Assim, o neo-realismo vem a ser, para o Portugal do antes e do pós-guerra, uma literatura de combate que escolhe o «quarto-estado», o proletariado rural e industrial, que a mesa censória por imposto «pudon» vinha designando sob a denominação de «as classes mais desfavorecidas».

cracia, não só em Portugal, mas em quase toda a Europa. Podemos recordar, a propósito, os problemas de Espanha (queda da ditadura de Rivera em 1930; República em 1933; Guerra Civil em 36/39) e a tensão interna em França, pressionada por uma Europa central e meridional quase integralmente dominada por regimes fascistas e cuja capital (Paris) — praticamente o único foco dos

jornais, pelas entrevistas e inquéritos a que respondeu. Ele alargou a sua actividade à prática de acções cívicas de âmbito democrático, como cidadão actuante, percorrendo a sua província (Ribatejo) de lés-a-lés, promovendo conferências, ensinando a ler e a escrever àqueles que acorriam ao Sindicato da Construção Civil, aderindo ao movimento esperantista e desenvolvendo in-



nacional, com a instituição de prémios de ensaio, fotografia e artes plásticas, a oferta de milhares de volumes do livro infantil do escritor, «Constantino, Guardador de Vacas e Sonhos», a escolas e colectividades, a edição de um cartaz e auto-colantes, e o lançamento de uma série de iniciativas culturais, em colaboração com a Associação Portuguesa de Escritores.

Natural de Vila Franca de Xira, Alves Redol é figura basilar da literatura portuguesa do nosso tempo, nomeadamente por aquilo que representou para a renovação do romance português o lançamento de «Gaibéus».

Exceptuando as honrosas produções de Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro, a literatura portuguesa, durante o período que antecedeu a II Guerra Mundial e o que imediatamente se lhe seguiu, atravessou uma crise de que, para sermos justos, não poderemos acusar somente os seus artífices (os escritores), mas, sobretudo, a apertada vigilância censória e inquisitorial a que estava sujeita toda a obra literária, a ponto de criar no foro privado de cada artista a necessidade de se auto-censurar, se é que, pese a tudo, queria de algum modo romper o cerco envolvente que a mediocridade e o compadrio corporativo haviam instaurado no País.

convencionalmente se designa por «neo-realismo».

Mas em que consistiu este tão falado neo-realismo?

Esta designação, hoje, pouco importa. Não foi a anteposição de um prefixo a «realismo» que permitiu a criação de uma tendência que criou adeptos, fez escola e revelou nomes grados nas letras e artes plásticas portuguesas; tratou-se antes, de uma oportunidade histórica, de uma opção fornecida pela conjuntura política nacional e internacional.



Na portada de «Gaibéus», escreveu Alves Redol: «Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documento humano». Esta opção, de tão simples enunciado, acabou por definir toda a obra do escritor e a «cartilha»

agentes transformadores, homens e mulheres que descobrem a História e, a seu modo, pretendem mudar o curso dos acontecimentos económicos, sociais e culturais. Assim, malteses, campinos, gaibéus — nome dado aos jornaleiro do Ribatejo, trabalhador das lezírias durante as mondas —, anoeiros, ratinhos, aguariços, valadores, campaniços, ciganos, porcariços, motoristas, candongueiros, mineiros, varinas, maiores, barqueiros, soldados, contrabandistas, guardas, vagabundos, pescadores, operários, ganhões, mondadeiras, lavradores, irromperam na volumosa obra de Redol que o citado romance inaugurou.

«... e dariam um jeito, que...
...rmece pensamentos.
...o vinho — mas o vinho também
...a. Mesmo se tirassem à tripa, ia de
...pinga. O patrão quer os alugados l
...cabeça.
...a galope, senão chovem os quartéis
...ias — lá se vai uma hora de sol at
...um dia, se algum precisa.
...ceifeiros se deitaram nas esteiras, e
...o balouçar das telas de aranha que
...o caruncho do barracão. Outros fi
...r nas mais diversas coisas da vida.
...de luz frouxa do candeeiro, as m
...e as blusas esfarrapadas. As palavi
...m dos lábios: parecem reccar que
...da estale.
...juntaram-se a um lado e olham-se
......ceram-nos. O amor para
......deitad

Com Alves Redol, primeiro, e com outros seguidores, depois, este «quarto-estado» entra definitivamente no romance português do nosso tempo, não como objecto de decoração «genuinamente» popular, antes como personagem central e sujeito de toda a acção romanesca; sujeito através do qual, em particular nos livros de Redol, se processa um monumental levantamento sociológico da vida portuguesa, vista por aqueles que mais sentem e sofrem a injustiça e a desigualdade económica, social e cultural.

«... para três...
...a pinga de água traste...
...arroz, apertado pelo patrão,
...por marachas e linhas, a deitar
...piga mais loira, fazendo piques, ag
...que as águas fossem caminhando p
...ranchos pudessem meter foices no
...de pá ao alto, descansada no omb
...pensava na volta a casa, pois da
...o poucas semanas iam.
...Que rica seara! Andei-me nela
...uma penada, mas o patrão arrinca
...mentes. Se os outros a pudessem c
...ava a vista sobre o manto
......reintavam e a a

O CONTEXTO EUROPEU

A obra de Alves Redol e o lançamento de «Gaibéus» traduzem, igualmente, um conjunto importante de referências políticas e as vicissitudes da luta pela democracia literária portuguesa — alber-

gava então um notável conjunto de escritores europeus refugiados (Ignazio Silone, Alberto Moravia, Ana Seghers e Bertolt Brecht, designadamente).

Por tais razões, o destino do neo-realismo português estava indissolavelmente ligado à nova tomada de consciência da realidade nacional: a pauperização da população trabalhadora, a concentração e centralização económica e a lenta industrialização que se fazia sob a batuta do corporativismo, isto é, sem a contrapartida da luta sindical e da liberdade de imprensa. Eram os «grandes» e «eufóricos» anos do regime que se auto-elogiava, numa Europa em guerra (39/45), ao promover a «Exposição do Mundo Português» em 1940, a grande exposição «imperial» que a ditadura necessitava para, além-fronteiras, animar e dar cor às realidades do «Estado Novo».

Num estilo que reconstituiu, de forma didáctica e precisa, os conflitos latentes entre o capital e o trabalho, Redol legou-nos, entre muitos outros títulos, para além de «Gaibéus», o ciclo intitulado «Port Wine» — odisseia dos verdadeiros obreiros do famoso «Vinho do Porto», «Fanga» e a obra-prima «Barranco de Cegos».

Porém, a obra de Alves Redol não se ficou pela literatura, pelos artigos de

tensa actividade cultural no «Sport Lisboa e Vila Franca» que, por tal razão, se veria objecto de encerramento pela polícia política. A sua figura de homem simples e comunicativo passou a ser conhecida e querida da gente ribatejana. Estreitamente vigiado pela PIDE (o que lhe acarretou a inevitável prisão), chegou a ser nomeado como uma das personalidades a abater caso as tropas de Hitler decidissem estacionar em Portugal. Sendo dos raros escritores portugueses que não podiam publicar um livro sem prévia autorização da censura, decidiu corajosamente romper o cerco que lhe impunha a ditadura, a partir do momento em que lhe proibiram a publicação do livro «Os reingros»: após essa sentença digna do «Santo Ofício», Redol passou a publicar os seus livros por sua própria conta e risco, sem os enviar previamente à censura.

Relembrar o lançamento de «Gaibéus» e os dez anos passados sobre a morte do cidadão exemplar que foi Alves Redol, é prestar uma homenagem justificada a quem fez dos seus livros uma acusação às desigualdades sociais e económicas, e do povo o protagonista da luta por um mundo melhor e mais justo.

«MAR LIVRE — FERNÃO DE MAGALHÃES»



Uma cena da peça «Mar Livre — Fernão de Magalhães».

Intitula-se «Mar Livre — Fernão de Magalhães» a primeira peça de teatro inteiramente filmada a cores nos estúdios da RTP. Baseando-se num original do dramaturgo francês Emanuel Robles, adaptado por Sérgio Porthman, «Mar Livre — Fernão de Magalhães» tem realização a cargo de Herlander Peyroteo e conta com a participação de actores portugueses e espanhóis.

Para esta primeira produção teatral a cores, o Estúdio 1 da RTP foi integralmente trans-

formado, nele tendo sido reconstituído o interior da embarcação que Magalhães comandou na primeira viagem de circum-navegação do globo terrestre, empreendida em Setembro de 1519, com uma esquadra composta por cinco naus — «Trinidad», «Santiago», «Santo António», «Concepción» e «Victoria» —, ao serviço da Espanha e com o patrocínio do bispo de Burgos, que era membro proeminente do «Consejo de las Indias».

Falada em português e castelhano, a peça «Mar Livre — Fernão de Magalhães» tem 30 figurantes, destacando-se entre os actores portugueses que nela participam os nomes de Joaquim Rosa — que interpreta o papel de Fernão de Magalhães — António Solmer, António Marques, João Serrão e Orlando Warm. Do elenco de actores espanhóis poderemos salientar Salvador Vives, Estanis Gonzales, José Caride, Luís Gaspar e Alfredo Cembreros.

De registar, como curiosidade, que, para além da reconstituição da nau de Magalhães, em tamanho natural, a produção desta peça obrigou, igualmente, a um trabalho metucioso na execução do respectivo guarda-roupa para actores e figurantes.

Como é sabido, Fernão de Magalhães foi um dos maiores navegadores do período quinhentista dos Descobrimentos. Várias vezes ferido em combate e com relevantes serviços prestados à sua Pátria, seria injustamente ignorado por D. Manuel I, o que o levou a procurar noutros horizontes a necessária protecção para a viagem de circum-navegação com que sonhava, empreendimento ousado para o qual viria a encontrar apoios e incentivos junto do rei Carlos V de Espanha.



Natural de Trás-os-Montes, onde terá nascido por volta de 1480, Fernão de Magalhães é, assim, homenageado «biblicamente» através desta produção a cores da RTP.

«PORTUGAL NO MUNDO»

O Monumento das Descobertas, que se ergue junto ao rio Tejo, diante do Mosteiro dos Jerónimos, vai albergar uma exposição histórica e artística subordinada ao tema «Portugal no Mundo».

Trata-se de uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, com carácter pedagógico e cultural e que se revestirá, simultaneamente, de interesse turístico. Pretende-se, com esta exposição, apresentar uma visão completa da História nacional, dando conta da extensão e importância das relações políticas, económicas, sociais, religiosas e científicas que, ao longo dos séculos, Portugal tem vindo a manter com os povos de todo o Mundo.

A exposição inclui a apresentação de um programa audiovisual e integrará, nomeadamente, mapas a cores e em relevo, esculturas representando figuras célebres, maquetas de monumentos e quadros cronológicos e estatísticos. Tendo em vista a visita de turistas estrangeiros, as explicações serão dadas também em espanhol, inglês, francês e alemão.

O plano desta exposição obedece a uma ideia original do vereador Ataíde Ferreira, condensada pelo prof. Veríssimo Serrão e levada a efeito por técnicos e consultores do município lisboeta.

Por outro lado, como durante este ano decorre o quarto centenário da morte de Luís de Camões, será apresentado no dia 10 de Junho, no auditório do Monumento, um diorama sobre o poeta e a sua época.

Terminada já a fase preparatória da exposição, a montagem de «Portugal no Mundo» deverá começar, muito em breve, pela instalação de um elevador e de um anfiteatro no interior do Monumento das Descobertas.

COMEMORAÇÕES DO 4.º CENTENÁRIO DA MORTE DE LUÍS DE CAMÕES



A direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o rendimento de fundos entregues à sua guarda para concessão de prémios, resolveu instituir, no âmbito das comemorações do 4.º centenário da morte de Luís de Camões, um prémio de cem contos destinado a galardoar um trabalho sobre a vida ou obra do poeta.

A esta iniciativa só serão admitidos autores portugueses, com trabalhos originais e inéditos, que deverão ser enviados até 30 de Dezembro de 1980 para a sede da Sociedade de Geografia, cujo endereço, para solicitação de regulamento e demais informações, é o seguinte: Secretaria



da Sociedade de Geografia
Rua das Portas de Santo Antão, n.º 100, 1100 Lisboa.

Por outro lado, e igualmente no âmbito do 4.º centenário da morte de Camões, vai ser lançada este ano na União Soviética uma edição em língua russa de «Os Lusíadas», segundo revelou em Lisboa o adido cultural da Embaixada daquele país, Iuri Babaints.

«SEMANA DO ROMANCE PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO EM PARIS

Por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, decorreu em Paris uma «Semana do Romance Português Contemporâneo», que teve por principal objectivo difundir a nossa literatura na Europa.

Integrando uma exposição bibliográfica, esta iniciativa contou com um colóquio que foi dirigido pelo prof. Jacinto do Prado Coelho e registou intervenções de Eduardo Lourenço, Liberto Cruz, Maria Alzira Seixo, Pedro Calheiros, Maria Lúcia Lepecki, Eduardo Prado Coelho, Monique Benoit-Dupuis, Pierre Blasco, Catherine Kong, Claude-Henry Freches e Anne-Marie Quint. Neste colóquio participaram cerca de 40 professores que leccionam a língua e a cultura portuguesa em diversas universidades estrangeiras.

Recorde-se, a propósito, que, entre 1970 e 1978, 73 livros de autores portugueses foram traduzidos em França, sinal evidente de que neste país existe um interesse crescente pela nossa cultura.

GALARDÃO INTERNACIONAL PARA A ACTRIZ EUGÉNIA BETTENCOURT

A actriz portuguesa Eugénia Bettencourt foi galardoada com o «Grande Prémio de Interpretação Feminina» do Festival de Cinema Ibero-Americano de Biarritz, pelo seu papel no filme «As Horas de Maria», de António de Macedo.

Sublinhe-se que Portugal esteve representado neste Festival com os filmes «As Horas de Maria», do citado autor, e «A Confederação», de Luís Galvão Teles.

MEDALHA DE OURO DE VALOR DESPORTIVO

Em reunião extraordinária, o executivo da Câmara Municipal do Porto decidiu atribuir a Joaquim Alves Teixeira, director do bi-semanário «O Norte Desportivo», a medalha



de ouro de valor desportivo. Esta distinção foi concedida tendo em consideração a passagem do 70.º aniversário do homenageado e, simultaneamente, «os relevantes serviços que, como jornalista desportivo, sempre tem prestado à causa do desporto e bom nome desportivo da cidade».

FOMENTO DO DESPORTO NA REGIÃO DE LAMEGO

Foi inaugurada em Lamego uma delegação do Instituto Nacional dos Desportos. A cerimónia contou com a presença do coronel Rodolfo Begonha, director-geral dos Desportos, e do prof. Lopes Marques, director do referido Instituto.

Esta delegação do IND — a funcionar num moderno edifício — irá contribuir decisivamente para a valorização desportiva daquela região duriense.

Segundo foi afirmado na cerimónia de inauguração, está prevista para muito breve a edificação de um pavilhão gimnodesportivo e, numa segunda fase, proceder-se-á à construção de uma pista de atletismo. Para o apetrechamento do novo complexo existe uma verba de 50 mil contos.

COOPERAÇÃO LUSO-BELGA

Os Governos português e belga estão a estudar modalidades de cooperação no âmbito de um programa com a designação genérica de «Desporto para Todos», afirmou, em Faro, à ANOP, Armand Lams, director-geral dos Desportos da Bélgica.

A visita deste técnico teve como principal objectivo o contacto com as autoridades portuguesas, tanto a nível central como local, no sentido de se estabelecer um protocolo de cooperação desportiva «de acordo com o espírito europeu».



Armand Lams, que é igualmente presidente da Federação Internacional de Desporto Escolar, preconizou, como primeira realização prática deste eventual acordo, a instalação de um Centro Desportivo no Alvor, zona algarvia particularmente dotada para a prática dos desportos náuticos.

Este Centro seria o primeiro ponto de um contacto estreito entre a juventude belga e a portuguesa, para além de constituir um local onde decorreriam cursos e estágios de várias modalidades desportivas ao nível escolar, federado e olímpico.

O director-geral dos Desportos da Bélgica declarou ainda à ANOP que o projecto poderá iniciar-se seis meses após a assinatura do referido convénio bilateral, prazo que considerou «suficiente para definição jurídica das normas orientadoras» sobre a matéria.



José Sena venceu e convenceu na «V Meia-Maratona da Nazaré».

Atletismo: V MEIA- -MARATONA DA NAZARÉ

Mais de três mil e duzentos atletas de dez nacionalidades inscreveram-se na «V Meia-Maratona da Nazaré», prova



que constitui motivo de orgulho para os naturais desta vila e que se tem destacado no panorama do nosso atletismo, tanto a nível de organização como pelo que tem de exemplar no contexto do desporto nacional.

O portista José Sena foi o «rei» da prova, ao vencer, isolado, esta V Meia-Maratona, cobrindo em 1 h. 6 m. e 37,65 s. o percurso de 21,095 quilómetros, com vantagem substancial sobre os seus mais directos adversários: o benfiquista Vasco Pereira e Renato Graça, a representar a Faculdade de Medicina.

De registar que o primeiro júnior a cortar a linha de chegada foi António Leitão, do Sporting de Espinho, que se classificou em 12.º lugar.

Como curiosidade, saliente-se que entre os principais favoritos das diversas categorias — Aniceto Simões, Aurora Cunha, Armando Aldegalega, Anacleto Pinto e Rita Borralho, nomeadamente —, nenhum chegou a dar «ares da sua graça», guardando-se, talvez, para melhores oportunidades.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL TEM NOVOS CORPOS GERENTES



Foram já empossados os novos membros dos diversos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol. A nova Direcção é chefiada por Morais Leitão e engloba o Conselho de Disciplina, Conselho de Contas, Conselho Técnico, Comissão de Primeira Instância, Comissão de Recurso, Conselho Jurisdicional e o Conselho Superior de Justiça. A Mesa do Congresso é presidida por Miguel Abreu. Os 51 membros do novo elenco directivo actuarão no triénio que terminará em 1982.

A FPF lançou, entretanto, uma nova publicação bi-mensal intitulada «Futebol em Revista». De excelente apresentação gráfica, este órgão informativo tem como principal objectivo a divulgação do «desporto-rei» e a análise de temas e assuntos com ele relacionados.



Futebol: CARLINHOS NO BRAGA

O conhecido médio brasileiro Carlinhos, da Associação Atlética Portuguesa do Rio de Janeiro, veio recentemente para Portugal, contratado para «reforçar» a equipa do Sporting de Braga.

O jogador brasileiro, com quem o clube bracarense iniciara negociações há cerca de dois anos, começará a actuar, a título experimental, num dos próximos jogos do campeonato nacional.



Evite o encandeamento.

Vele pela sua segurança

e pela dos outros.

circular e viver.



PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDIAL DE FUTEBOL DE 1982

As equipas da Escócia, Irlanda do Norte, Israel e Suécia defrontarão a selecção de Portugal no 6.º grupo de apuramento para o «Campeonato do Mundo de 1982», segundo ficou determinado no sorteio recentemente efectuado em Zurique (Suíça). Como se pode verificar pelo mapa que reproduzimos, Portugal começa e acaba a sua participação nesta fase de apuramento com jogos frente à Escócia.

A fase final do «Mundial» de 1982 contará com a presença de 13 selecções europeias, apuradas de entre um conjunto de 32 países inscritos, que se encontram divididos por sete agrupamentos, estando Portugal no grupo 6, como já referimos. As equipas da zona africana estão divididas em dois grupos de apuramento, enquanto a América do Sul terá três grupos. Da Ásia-Oceania ficarão qualificadas duas selecções para a fase final.

A participação do «onze» de Portugal na fase de apura-

mento do próximo «Mundial», efectuar-se-á de acordo com o seguinte calendário de jogos:

26-3-80 Israel-Irlanda do Norte
18- 6-80 Suécia-Israel
10- 9-80 Suécia-Escócia
15-10-80 Irlanda do Norte-Suécia
15-10-80 Escócia - PORTUGAL

12-11-80 Israel-Suécia
19-11-80 PORTUGAL-Irlanda do Norte
17-12-80 PORTUGAL-Israel.
25-2 -81 Israel-Escócia
25- 3-81 Escócia-Irlanda do Norte
29- 4-81 Irlanda do Norte-PORTUGAL
29- 4-81 Escócia-Israel
3- 6-81 Suécia - Irlanda do Norte

17- 6-81 Suécia - PORTUGAL
9- 9-81 Escócia-Suécia
14-10-81 PORTUGAL-Suécia
14-10-81 Irlanda do Norte-Escócia
28-10-81 Israel-PORTUGAL
18-11-81 PORTUGAL-Escócia
18-11-81 Irlanda do Norte-Israel



ZONA DESPORTIVA DE ODIVELAS

O presidente do Município de Loures deslocou-se recentemente à sede do «Odivelas Futebol Clube» com o objectivo de aí apreciar a maqueta de uma futura zona desportiva, cujas principais instalações ficarão localizadas na Quinta Porto Pinheiro (aos Pombais), em terrenos cedidos àquela autarquia para o fim em vista.

O projecto do grandioso e magnífico complexo desportivo inclui — segundo se pode observar na citada maqueta — um campo de futebol, parque de recreio e aldeia de crianças, ringue destinado aos basquetebol, hóquei e voleibol,

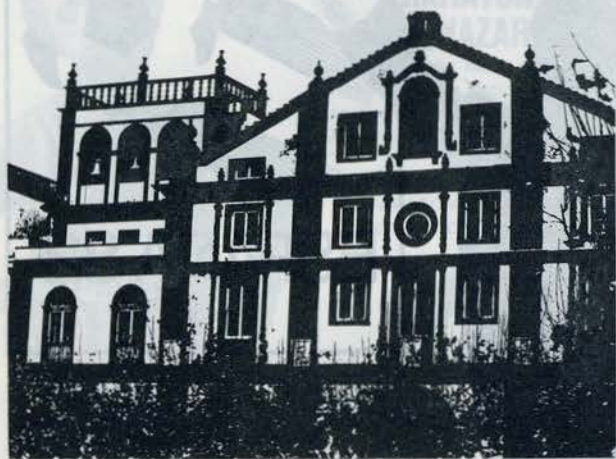
piscinas, pavilhão desportivo, centro cultural, biblioteca, restaurante e sede do «Odivelas Futebol Clube», balneários, vestiários e «snack-bar».

No decurso de uma breve cerimónia, à qual assistiram os corpos gerentes e elevado número de sócios do «Odivelas», o presidente da Câmara Municipal de Loures e o presidente da agremiação, tiveram ensejo de salientar diversos aspectos da obra a realizar, a qual se reveste de compreensível importância para o incremento do desporto nesta populosa vila dos arredores de Lisboa.



Maqueta do futuro complexo desportivo de Odivelas.

DEFESA E VALORIZAÇÃO DA ARQUITECTURA TRADICIONAL



Um decreto regional, já publicado no jornal oficial, aprovou a regulamentação condicionante do aspecto exterior dos edifícios no arquipélago dos Açores.

No preâmbulo do referido diploma pode ler-se, a dado passo: «Apesar de alguma indisciplina verificada nos últimos tempos, verifica-se com muito agrado que existem ainda pormenores de tratamento exterior, que constituem uma certa constante em todos os conjuntos arquitectónicos. São justamente estes rebocos das fachadas e muros pintados de branco, as janelas de guilhotina de madeira, também pintadas de branco, as portas de madeira de cor branca, verde-escura ou vermelho-escura, o basalto das cantarias nas bordaduras dos vãos e demais elementos construtivos, tais cornijas, pilhastras e socos e a telha de argila nas coberturas que, ao longo dos tempos, se foram diluindo, de tal maneira que hoje temos vindo a assistir à sua destruição pela utilização de outras cores e materiais. Neste modo, julga-se pertinente estudar linhas de acção que nos conduzam ao reenquadramento dos valores perdidos,

tomando como directriz principal o emprego racional dos materiais da região, de acordo com os respectivos enquadramentos arquitectónicos e paisagísticos. Neste prisma, são também levados em consideração os problemas inerentes à cor dos edifícios, como valor intrínseco para o equilíbrio que se pretende».

O decreto regional determina que «nos projectos de edifícios passa a ser obrigatória a indicação dos materiais de construção e de decoração a aplicar nos exteriores», com especial incidência nas construções a situar a distâncias inferiores ou iguais a 100 metros de qualquer edifício classificado com monumento nacional, ou regional de interesse público, ou mesmo valor concelhio, e bem assim para obras de remodelação ou ampliação dos edifícios existentes, as quais «deverão respeitar a traça primitiva da construção, no tocante aos materiais e cores a empregarem».

Este diploma indica ainda quais as entidades governamentais e autárquicas que têm a seu cargo zelar pelo cumprimento das novas normas e regulamentos sobre a matéria.

«Colectânea de Documentos para a História dos Açores»

A Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores editou recentemente uma «Colectânea de Documentação para a História dos Açores», obra composta por uma selecção de textos, extraídos de diversas publicações, de autores que abordam temas açoreanos.

Embora primordialmente destinada aos alunos dos cursos complementares do ensino secundário, a obra agora editada poderá ser útil, também, a quantos se interessem pela história daquele arquipélago.

Actividade do Governo Regional



O Governo Regional dos Açores concedeu à SATA — concessionária dos transportes aéreos inter-ilhas — um subsídio reembolsável de vinte mil contos, montante que se destina à liquidação de pagamentos considerados inadiváveis e à imediata realização de um estudo sobre a viabilidade daquela empresa.

O Governo Regional dos Açores decidiu, ainda, iniciar o processo de construção de três núcleos habitacionais, num total de duzentos fogos, na zona de habitação degradada existente na serra de Santiago, na Ilha Terceira.

Entretanto, na Secretaria Regional do Comércio e Indústria, estão a ser estudadas propostas de aumento de preços apresentadas pelas empresas distribuidoras de combustíveis na região. Logo que seja possível garantir a trans-

ferência de verbas do Fundo de Abastecimento, haverá um reajustamento nos preços dos combustíveis, segundo revelou Natalino Viveiros, secretário regional do Comércio e Indústria.

Cineclube da Terceira

No seu primeiro ano de actividade, o Cineclube da Terceira efectuou setenta e sete projecções de filmes culturais e educativos.

Única associação do género existente nos Açores, o Cineclube da Terceira conta presentemente 800 associados.

Apoiado nas suas actividades pela Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Regional da Educação e da Cultura e pelo FAOJ, o Cineclube da Terceira efectuou também, neste seu primeiro ano de vida, várias exposições de fotografia, com trabalhos de artistas continentais e do arquipélago.

Cursos de Inglês para Emigrantes

A Direcção de Serviços de Emigração da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais informou recentemente que todos os interessados em frequentar classes de inglês destinadas à preparação básica de emigrantes, deverão dirigir-se às Casas do Povo da freguesia onde residem, ou às delegações dos Serviços de Emigração em Angra do Heroísmo (Rua da República, 158), na Horta (Rua Médico Avelar, 26), ou em Ponta Delgada (Rua Lisboa, 19), onde lhes serão prestadas todas as informações sobre os objectivos e funcionamento das referidas classes.

Estes cursos, que funcionam em locais onde o número de inscrições o justifique, destinam-se, exclusivamente, a quem pretender fixar residência em países de língua inglesa até Outubro do corrente ano.

A Aliança Democrática — coligação formada pelo PSD, CDS, FPM e Independentes — venceu as eleições legislativas para a Assembleia da República, realizadas a 3 de Dezembro, sendo assegurada a maioria absoluta no Parlamento de S. Bento, com 128 deputados.

Vista geral do aeroporto de Santa Catarina, na ilha da Madeira.



EXPANSÃO DO TURISMO

A Direcção Regional de Turismo da Madeira vai apresentar ao público, brevemente, um plano de expansão turística que prevê um aumento da actual capacidade hoteleira em cerca de vinte mil camas, no prazo de quinze anos.

O novo plano — que dedica especial atenção à questão das infra-estruturas e estruturas de apoio às áreas abrangidas — relaciona-se com a necessidade de apresentar uma nova imagem da Madeira como destino turístico, no caso de se vir a concretizar a construção de um aeroporto de características intercontinentais.

Segundo uma fonte da Direcção Regional de Turismo da Madeira, citada pela imprensa do continente, já deram entrada naquele organismo vários projectos para construção hoteleira, num total de cerca de três mil camas, envolvendo investimentos da ordem das centenas de milhar de contos. A viabilidade de tais projectos passa, no entanto, pela resolução dos problemas aeroportuários que afectam aquela Região Autónoma.

Por outro lado, e no sentido de tornar a Madeira ainda mais atractiva aos turistas que a visitam, levanta-se a hipó-

tese da construção de um aquário de grandes dimensões na costa de São Lourenço, no extremo leste da ilha.

O aquário, que poderá vir a reunir algumas das espécies existentes nas águas do arquipélago — incluindo golfinhos e focas —, integra-se num projecto de descentralização turística.



De salientar, ainda no âmbito do sector turístico, que, entre Janeiro e Setembro do ano transacto, os estabelecimentos hoteleiros da Madeira registaram quase 250 mil hóspedes, mais exactamente 244.906. Segundo a delegação do Funchal do Instituto Nacional de Estatística, tal número corresponde a um acréscimo de 11,3 por cento em relação a igual período de 1978.

Por seu turno, a quantidade de dormidas registadas no

mesmo período de 1979 rondou 1.745.500, o que traduz, em comparação com 1978, um aumento de cerca de 7,7 por cento.

No que se refere ao movimento dos hóspedes residentes no País, registou-se um acréscimo de 23,3 por cento no número de dormidas, o que eleva a contribuição nacional para o turismo madeirense para cerca de 23,5 por cento do total.

Entre os países estrangeiros que mais contribuem para o incremento turístico da Região Autónoma da Madeira são de salientar o Reino Unido, com 210.777 dormidas (422.675 em 1978), a República Federal da Alemanha, com 299.266 (291.703 em 1978) e a França, com 133.432 (79.860 em 1978).

Feriado na Madeira

Um decreto do Governo Regional estabeleceu o dia 1 de Julho com feriado na Região Autónoma da Madeira.

No preâmbulo deste diploma, o Governo Regional justifica a decisão tomada recordando que «com a nova realidade prevista na Constituição

da República, não faz sentido que existam feriados municipais e não exista um feriado próprio de cada Região Autónoma».

O dia 1 de Julho é considerado como o dia da descoberta da Madeira pelo navegador Gonçalves Zarco.

Fornecimento de Água às Ilhas Canárias

A Madeira poderá, dentro em breve, passar a fornecer excedentes de água ao arquipélago das Canárias.

As negociações nesse sentido estão praticamente concluídas, faltando agora apenas que o Governo espanhol dê a sua aprovação e se pronuncie sobre a forma como o transporte deverá ser feito.

Esta a conclusão das declarações prestadas à imprensa pelo governador civil das Canárias, Fernandez Escandon, após ter reunido, recentemente, em Las Palmas, com elementos do Governo Regional da Madeira e da Junta Pré-Autónomica das Canárias.

A eventualidade do fornecimento de água da Madeira às ilhas Canárias foi abordada, oficialmente e pela primeira vez, em Outubro de 1978, durante uma cimeira realizada no Funchal, que reuniu membros do Governo Regional da Madeira e da Junta Pré-Autónomica das Canárias. Nessa altura, a discussão entre as duas delegações incidiu basicamente na troca de informações acerca das experiências realizadas, tendo em vista o melhor aproveitamento possível dos recursos hídricos e a resolução do problema da desertificação causada por falta de arborização.

O Governo Regional da Madeira pretende, por outro lado, que o navio que eventualmente venha a transportar água da ilha da Madeira para as Canárias, faça escala em Porto Santo, para ali também deixar água, visto ser uma ilha igualmente carecida de recursos hídricos.

18 Reestruturação de Serviços Públicos

O governador de Macau, general Melo Egídio, anunciou a reestruturação de oito serviços da administração do território, tendo como objectivo preparar o relançamento da economia.

Os serviços a remodelar serão, entre outros, os de Finanças, de Acção Social, da Educação, do Planeamento e os Correios.



Melo Egídio, que considerou Macau como «um entreposto por excelência», dotado de «uma posição privilegiada», referiu-se ainda à possibilidade de construção, no território, de um aeroporto internacional e de um porto para navios de grande porte.

O governador de Macau proferiu estas declarações quando da sua recente estada em Lisboa, onde participou na inauguração da exposição «Macau-400 Anos do Oriente», na Fundação Gulbenkian, e teve um encontro com entida-

des interessadas no desenvolvimento das trocas comerciais entre o continente, Macau e a China, e com potenciais investidores.

Este encontro foi promovido pelo Banco Nacional Ultramarino que passou a desempenhar em Macau as funções de banco emissor.

Novo Hotel

Macau vai ter, a partir de 1983, um novo hotel de cinco estrelas, o «Macau Excelsior», cuja construção importará em cerca de um milhão e 182 mil contos.

Trata-se de um empreendimento conjunto da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM) e da Hong Kong Land Co., empresa proprietária da cadeia de hotéis «Mandarin International».

O local de construção do «Macau Excelsior» e pormenores sobre o novo hotel foram recentemente apresentados a diversas entidades oficiais e órgãos da imprensa local e de Hong Kong.

Com dezassete andares e 496 quartos, o «Macau Excelsior» terá piscina, «Health Club», campos de ténis e vários restaurantes, cafés e esplanadas, para além de sessenta lojas, ocupando uma área de 10.300 metros quadrados, que compreenderá o terreno onde se situa o actual Restaurante Riviera e zonas a conquistar ao mar.

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DE MACAU



A Universidade Internacional de Macau (UNIM) iniciou os seus trabalhos no Leal Senado macaense. A sessão inaugural esteve presente o secretário-adjunto dos Assuntos Sociais e Cultura, Mercier Marques, tendo o prof. Almeida Lessa proferido uma

Na ocasião foi também inaugurada uma exposição bibliográfica sobre a experiência portuguesa nos trópicos, com documentação organizada pela Junta de Investigação do Ultramar. No âmbito da abertura dos trabalhos da UNIM, realizou-se igualmente um ciclo de 13 conferências, intitulado «Reflexão sobre a Investigação e Desenvolvimento na Década de Oitenta».

Por outro lado, a Universidade Internacional de Macau vai promover proximamente um seminário de cinco dias sobre «Economia do Desenvolvimento», sob o patrocínio do Banco Nacional Ultramarino e com a colaboração de reputados peritos internacionais.

Recorde-se, a propósito, que a primeira fase do trabalho da UNIM conta com o apoio financeiro do Governo de Macau e do comendador Ho Yin.



conferência subordinada ao tema «Uma Universidade para a Informação e Desenvolvimento».



Com nevoeiro ou chuva,
mesmo de dia
acenda os médios.

RESULTADOS ELEITORAIS

A Aliança Democrática — coligação formada pelo PSD, CDS, PPM e Reformadores — venceu as eleições intercalares para a Assembleia da República, realizadas a 2 de Dezembro, tendo assegurado a maioria absoluta no hemiciclo de S. Bento, com 128 deputados.

De salientar que a AD ganhou três dos quatro mandatos respeitantes aos círculos da emigração («Europa») e «Fora da Europa), tendo o PS obtido o outro.

Deste modo, o Parlamento que vai completar a actual legislatura, até Outubro do corrente ano, terá a seguinte composição: 128 deputados da AD, 74 do PS, 47 da APU e 1 da UDP. Dentro da Aliança Democrática, o grupo parlamentar mais numeroso é o do PSD com 75 lugares, seguido do CDS com 43, e do PPM e Reformadores com cinco cada. Na coligação da APU, 44 deputados são do PCP e três do MDP/CDE.

Nas eleições para as Autarquias Locais, que decorreram a 16 de Dezembro, a coligação PSD/CDS/PPM — partidos que nalguns círculos concorreram em bloco, em listas da AD, e noutros separadamente — obteve nova vitória, conquistando a maioria dos mandatos, tanto para as Câmaras e Assembleias Municipais como para as Assembleias de Freguesia.

Nos quadros e mapas deste Suplemento, publicamos os resultados finais provisórios de ambos os actos eleitorais, especificando as votações globais e parciais obtidas por cada uma das forças políticas concorrentes.

Após a realização das eleições intercalares para a Assembleia da República, a Presidência da República emitiu um comunicado no qual se acentuava que, tendo analisado a forma como decorreu o sufrágio, o Chefe de Estado se congratulava publicamente «com esta nova demonstração de solidez do regime democrático», felicitando os partidos políticos intervenientes no acto eleitoral «que construíram para a expressão de civismo exemplar do povo português».

Por outro lado, em carta endereçada aos dirigentes do PSD, CDS e PPM, o general Ramalho Eanes felicitou aquelas formações partidárias — que integram a Aliança Democrática — pela vitória alcançada nas eleições de 2 de Dezembro.

A NOVA COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



ELEIÇÕES INTERCALARES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RESULTADOS GLOBAIS PROVISÓRIOS

CÍRCULOS DO CONTINENTE E DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

FREGUESIAS	4 042	—
ELEITORES INSCRITOS	6 758 497	—
VOTANTES	5 912 913	87,5%
VOTOS EM BRANCO	42 376	0,7%
VOTOS NULOS	126 401	2,1%

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	2 497 019	42,2	118
APU	1 121 224	19,0	47
OCMLP	3 393	0,1	0
PCTP/MRPP	51 644	0,9	0
PDC	65 361	1,1	0
POUS	12 573	0,2	0
PS	1 621 950	27,4	73
PSR	36 415	0,6	0
UDP	127 825	2,2	1
UEDS	42 200	0,7	0
PSD (Ilhas) *	141 040	2,4	7
CDS (Ilhas) *	23 492	0,4	0

* Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o PSD e o CDS concorreram separadamente e não em listas conjuntas da AD.

CÍRCULOS DE EMIGRAÇÃO

Europa e Fora da Europa

ELEITORES INSCRITOS	123 536
VOTANTES	83 308

Partidos e Alianças	Votos	Deputados
AD	49 676	3
APU	7 204	—
PCPT/MRPP	1 011	—
PDC	6 526	—
PS	16 273	1
PSR	257	—
UDP	1 684	—
UEDS	687	—

RESULTADOS OBTIDOS EM CADA CÍRCULO ELEITORAL

● Círculo de AVEIRO

Inscritos: 405 537; votantes: 357 901 (88,3%); votos brancos: 1989 (0,6%); votos nulos: 6793 (1,9%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	202 729	56,6	9
PS	101 550	28,4	5
APU	28 238	7,1	1
UDP	4 147	1,2	—
PDC	6 132	1,7	—
PCTP/MRPP	2 587	0,7	—
UEDS	1 939	0,5	—
PSR	1 797	0,5	—

● Círculo de BEJA

Inscritos: 144 353; votantes: 125 344 (86,8%); votos brancos: 1128 (0,9%); votos nulos: 2621 (2,1%); abstenções: 19 009 (13,2%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
APU	63 499	50,7	3
PS	27 503	21,9	1
AD	23 815	19,0	1
UDP	2 196	1,8	—
PCTP/MRPP	1 852	1,5	—
PSR	1 144	0,9	—
UEDS	834	0,7	—
PDC	752	0,6	—

● Círculo de BRAGA

Inscritos: 416 303; votantes: 380 041 (91,3%); votos brancos: 2049 (0,5%); votos nulos: 8204 (2,2%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	196 691	51,8	9
PS	114 800	30,2	5
APU	38 076	10	1
UDP	5 414	1,4	—
PDC	5 856	1,5	—
PCTP/MRPP	3 817	1,0	—
UEDS	2 920	0,8	—
PSR	2 214	0,6	—

● Círculo de BRAGANÇA

Inscritos: 125 675; votantes: 105 912 (84,3%); votos brancos: 789 (0,7%); votos nulos: 3717 (3,5%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	64 041	60,5	3
PS	23 387	22,1	1
APU	6 097	5,8	—
UDP	1 903	1,8	—
PDC	3 245	3,1	—
PCTP/MRPP	1 078	1	—
UEDS	545	0,5	—
PSR	1 110	1	—

● Círculo de CASTELO BRANCO

Inscritos: 178 253; votantes: 153 575 (86,2%); votos brancos: 1 294 (0,8%); votos nulos: 5 002 (3,3%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	76 475	49,8	4
PS	42 420	27,6	2
APU	19 052	12,4	—
UDP	2 705	1,8	—
PDC	2 310	1,5	—
PCTP/MRPP	1 657	1,1	—
UEDS	1 440	0,9	—
PSR	1 220	0,8	—

● Círculo de COIMBRA

Inscritos: 323 142; votantes: 268 344 (83%); votos brancos: 2469 (0,9%); votos nulos: 9541 (3,6%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	120 026	44,7	6
PS	94 056	35,1	5
APU	29 923	11,2	1
UDP	3 520	1,3	—
PCTP/MRPP	2 626	1	—
UEDS	2 565	1	—
PSR	1 369	0,5	—
POUS	1 855	0,7	—
OCLMP	394	0,1	—

● Círculo de ÉVORA

Inscritos: 138 896; votantes: 125 868 (90,6%); votos brancos: 1135 (0,9%); votos nulos: 2047 (1,6%); abstenções: 13 027 (9,4%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
APU	61 433	48,8	3
AD	33 826	26,9	1
PS	21 218	16,9	1
UDP	2 076	1,6	—
PDC	1 102	0,9	—
PCTP/MRPP	1 101	0,9	—
PSR	1 087	0,9	—
UEDS	843	0,7	—

● Círculo de FARO

Inscritos: 243 397; votantes: 205 912 (84,6%); votos brancos: 1977 (1,0%); votos nulos: 5957 (2,9%); abstenções: 37 485 (15,4%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	71 088	34,5	4
PS	69 831	33,9	3
APU	41 639	20,2	2
UDP	6 486	3,1	—
PDC	2 727	1,3	—
UEDS	2 316	1,1	—
PCTP/MRPP	2 265	1,1	—
PSR	1 626	0,8	—

● Círculo da GUARDA

Inscritos: 152 128; votantes: 133 844 (88%); votos brancos: 886 (0,7%); votos nulos: 4308 (3,2%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	80 751	60,3	4
PS	35 001	26,2	1
APU	7 179	5,4	—
UDP	1 126	0,8	—
PDC	1 597	1,2	—
PCTP/MRPP	861	0,6	—
UEDS	788	0,6	—
PSR	1 347	1	—

● Círculo de LEIRIA

Inscritos: 294 421; votantes: 254 182 (86,3%); votos brancos: 1972 (0,8%); votos nulos: 6429 (2,5%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	142 556	56,1	7
PS	58 754	23,1	3
APU	27 503	10,8	1
PDC	4 631	1,8	—
UDP	3 765	1,5	—
POUS	2 596	1,0	—
PCTP/MRPP	2 605	1,0	—
UEDS	1 730	0,7	—
PSR	1 641	0,6	—

● Círculo de LISBOA

Inscritos: 1 493 294; votantes: 1 308 449 (87,6%); votos brancos: 9055 (0,7%); votos nulos: 17 816 (1,4%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	521 439	39,9	24
PS	338 072	25,8	15
APU	341 454	26,1	16
UDP	35 840	2,7	1
PDC	11 778	0,9	—
PCTP/MRPP	11 574	0,9	—
UEDS	11 615	0,9	—
PSR	5 047	0,4	—
POUS	4 749	0,4	—

● Círculo de PORTALEGRE

Inscritos: 111 015; votantes: 98 904 (89,1%); votos brancos: 1107 (1,1%); votos nulos: 2259 (2,3%); abstenções: 12 111 (10,9%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	31 692	32,1	2
PS	29 359	29,7	1
APU	29 023	29,3	1
UDP	1 706	1,7	—
PCTP/MRPP	1 235	1,2	—
PSR	998	1,0	—
PDC	850	0,9	—
UEDS	675	0,7	—

● Círculo do PORTO

Inscritos: 1 005 513; votantes: 911 235 (90,6%); votos brancos: 4991 (0,5%); votos nulos: 13 508 (1,5%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	404 453	44,4	18
PS	316 791	34,8	14
APU	131 757	14,5	6
UDP	17 162	1,9	—
PDC	9 428	1	—
PCTP/MRPP	4 621	0,5	—
UEDS	4 619	0,5	—
PSR	3 905	0,4	—

● Círculo de SANTARÉM

Inscritos: 335 227; votantes: 289 266 (86,3%); votos brancos: 2487 (0,9%); votos nulos: 6895 (2,4%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	118 547	41	6
PS	78 971	27,3	3
APU	62 650	21,7	3
UDP	6 272	2,2	—
PDC	3 976	1,4	—
PCTP/MRPP	2 636	0,9	—
UEDS	2 203	0,8	—
PSR	2 915	1	—
POUS	1 714	0,6	—

● **Círculo de SETÚBAL**

Inscritos: 456 511; votantes: 403 506 (88,4%); votos brancos: 3293 (0,8%); votos nulos: 5325 (1,3%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
APU	189 403	46,9	9
AD	89 918	22,3	4
PS	86 086	21,3	4
UDP	15 958	4,0	—
UEDS	3 184	0,8	—
PCTP/MRPP	3 146	0,8	—
PSR	2 427	0,6	—
PDC	2 167	0,5	—
POUS	1 650	0,4	—
OCMLP	954	0,2	—

● **Círculo de VIANA DO CASTELO**

Inscritos: 172 773; votantes: 145 688 (84,3%); votos brancos: 1470 (1%); votos nulos: 5101 (3,5%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	79 261	54,7	4
PS	36 056	24,7	2
APU	14 227	9,8	—
UDP	1 295	0,9	—
PDC	2 470	1,7	—
PCTP/MRPP	1 724	1,2	—
UEDS	1 427	1	—
PSR	1 195	0,8	—
OCLMP	1 102	0,8	—

● **Círculo de VILA REAL**

Inscritos: 172 958; votantes: 145 749 (84,3%); votos brancos: 1106 (0,8%); votos nulos: 6191 (4,2%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	83 974	57,6	4
PS	36 160	24,8	2
APU	8 907	6,1	—
UDP	2 214	1,5	—
PDC	2 365	1,6	—
PCTP/MRPP	1 737	1,2	—
UEDS	1 567	1,1	—
PSR	1 128	0,8	—
OCMLP	400	0,3	—

● **Círculo de VISEU**

Inscritos: 282 816; votantes: 241 691 (85,5%); votos brancos: 1692 (0,7%); votos nulos: 6992 (2,9%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
AD	155 377	64,3	8
PS	51 299	21,2	2
APU	13 319	5,5	—
UDP	3 347	1,4	—
PDC	3 975	1,6	—
PCTP/MRPP	1 596	0,7	—
UEDS	990	0,4	—
PSR	2 561	1,1	—
OCLMP	543	0,2	—

● **Círculo dos AÇORES**

Inscritos: 156 760; votantes: 130 175 (83,0%); votos brancos: 931 (0,7%); votos nulos: 4458 (3,4%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
PSD	67 526	51,9	3
PS	38 745	29,8	2
CDS	9 505	7,3	—
APU	3 971	3,1	—
UDP	2 253	1,7	—
PCTP/MRPP	1 716	1,3	—
PSR	1 070	0,8	—

● **Círculo da MADEIRA**

Inscritos: 149 506; votantes: 127 327 (85,2%); votos brancos: 556 (0,4%); votos nulos: 3237 (2,5%); abstenções: 22 179 (14,8%).

Partidos e Alianças	Votos	%	Deputados
PSD	73 514	57,7	4
PS	21 891	17,2	1
CDS	13 987	11,0	—
UDP	8 430	6,6	—
APU	3 874	3,0	—
PCTP/MRPP	1 219	1,0	—
PSR	619	0,5	—

● **Círculo da EUROPA (Emigrantes)**

Inscritos: 59 403

Partidos e Alianças	Votos	Deputados
AD	14 976	1
PS	13 550	1
APU	5 870	—
PDC	2 411	—
UDP	1 346	—
PCTP/MRPP	879	—
UEDS	528	—
PSR	228	—

● **Círculo de FORA DA EUROPA (Emigrantes)**

Inscritos: 64 133

Partidos e Alianças	Votos	Deputados
AD	34 700	2
PDC	4 115	—
PS	2 723	—
APU	1 334	—
UDP	338	—
PCTP/MRPP	222	—
UEDS	159	—
PSR	29	—

OS DEPUTADOS DO

NOVO PARLAMENTO

Círculo de AVEIRO (15 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

José Ângelo Correia (PSD), Rui Pena (CDS), Mário Adegas (PSD), Armando Adão e Silva (Ind.), José Ribeiro e Castro (CDS), Manuel Portugal da Fonseca (PSD), António Pereira de Melo (CDS), Fernando Rodrigues (PSD) e Valdemar Alves (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Carlos Candal, Avelino Zenha, Amadeu Cruz, Alberto Gamboa e José Fragateiro.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Vital Moreira (PCP).

Círculo de BEJA (5 mandatos)

ALIANÇA POVO UNIDO:

Dinis Miranda (PCP), Francisco Miguel (PCP) e José Carreira Marques (PCP).

PARTIDO SOCIALISTA:

António Gomes.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

António Duarte Chagas (PSD).

Círculo de BRAGA (15 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Carlos Macedo (PSD), Basílio Horta (CDS), Armando Correia (PSD), Henrique de Moraes (CDS), Carlos Pinho (PSD), João Pulido de Almeida (CDS), Domingos Silva Pereira (CDS) e Fernando Roriz (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Francisco Salgado Zenha, Raul Rego, Francisco Soares Machado, Francisco Mardel de Oliveira e Agostinho Jesus Rodrigues.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Vítor de Sá (PCP).

Círculo de BRAGANÇA (4 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Eleutério Alves (PSD), João Lopes Porto (CDS) e Casimiro Pires (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Manuel José Tender.

Círculo de CASTELO BRANCO (6 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Pedro Roseta (PSD), Carlos Robalo (CDS), Mário Dias Lopes (PSD) e Luís Sampaio (CDS).

PARTIDO SOCIALISTA:

Albano Pina e António Guterres.

Círculo de COIMBRA (12 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Mário Raposo (PSD), Lucas Pires (CDS), Manuel Ferreira (PSD), Joaquim Gaspar Mendes (PSD), Manuela Simões Saraiva (PSD) e Jaime Simões Ramos (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Henrique de Barros, António Arnaut, Manuel Alegre, António Ribeiro Campos e Fernando Torres Marinho.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Jorge Leite (PCP).

Círculo de ÉVORA (5 mandatos)

ALIANÇA POVO UNIDO:

António Gervásio (PCP), José Leão Oliveira (PCP) e Josefina Maria Andrade (PCP).

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Francisco Sousa Tavares (ind.).

PARTIDO SOCIALISTA:

Manuel Francisco da Costa.

Círculo de FARO (9 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

José Vitorino (PSD), Cristóvão Norte (PSD), Joaquim Cabrita Neto (PSD) e Artur Fernandes (CDS).

PARTIDO SOCIALISTA:

Luís Filipe Madeira, António Esteves, Luís Saias.

ALIANÇA POVO UNIDO:

José Vitorino (PCP), Luís Catarino (MDP/CDE).

Círculo da GUARDA (5 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Luís Barbosa (CDS), Marília Dulce Raimundo (PSD), Carlos Faria de Almeida (CDS) e José Assunção Marques (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

António de Almeida Santos.

Círculo de LEIRIA (11 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Vítor Pereira Crespo (PSD), Francisco Oliveira Dias (CDS), Fernando José da Costa (PSD), António Cardoso Cunha (PSD), Luís Coimbra (PPM), Reinaldo Gomes (PSD), Rui Garcia da Fonseca (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

António Maldonado Gonelha, Rui Mateus e Guilherme Santos.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Joaquim Gomes dos Santos (PCP).

Círculo de LISBOA (56 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Francisco Sá Carneiro (PSD), Diogo Freitas do Amaral (CDS), Gonçalo Ribeiro Telles (PPM), Medeiros Ferreira (Ind.), Pedro Vasconcelos (CDS), Nuno Rodrigues dos Santos (PSD), Nuno Abecassis (CDS), Arménio dos Santos (PSD), José Carvalho Cardoso (CDS), José Meneres Pimentel (PSD), Narana Coissoró (CDS), António Cabecinha (PSD), António Martins Canaverde (CDS), Afonso Guedes (PSD), Emílio Paulo (CDS), Fernando Ferreira (PSD), José Sanches Osório (CDS), Maria Adelaide Paiva (PSD), Natália Correia (PSD), Francisco Cavaleiro de Ferreira (CDS), António Patrício Gouveia (PSD), Henrique Rodrigues (PSD), Vítor Pinho da Cruz (CDS).

PARTIDO SOCIALISTA:

Mário Soares, Teófilo Carvalho dos Santos, Victor Constâncio, Jorge Sampaio, Alberto Arons de Carvalho, João Gomes, Marcelo Curto, Catanho de Menezes, Teresa Ambrósio, Rodolfo Crespo, Aquilino Ribeiro Machado, Edmundo Pedro, José Leitão, Gualter Basílio, Igrejas Caieiro.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Álvaro Cunhal (PCP), Octávio Pato (PCP), Carlos Brito (PCP), José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE), Carlos Aboim Inglês (PCP), Veiga de Oliveira (PCP), Jerónimo de Sousa (PCP), Alda Nogueira (PCP), Carlos Carvalhas (PCP), Zita Seabra (PCP), António Pedrosa (PCP), Helder Pinheiro (PCP), Rosa Brandão (PCP), Jorge Lemos (PCP), João Amaral (PCP) e José António Veríssimo (PCP).

UNIAO DEMOCRÁTICA POPULAR:

Mário Tomé.

Círculo de SANTARÉM (12 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Leonardo Ribeiro de Almeida (PSD), Ferreira do Amaral (Ind.), Nuno Godinho de Matos (Ind.), Manuel Balta Neves (CDS), José Manuel Pereira da Silva (PSD) e Henrique Soares Cruz (CDS).

PARTIDO SOCIALISTA:

António Ribeiro dos Reis.

ALIANÇA POVO UNIDO:

António Dias Lourenço (PCP).

Círculo de SETÚBAL (17 mandatos)

ALIANÇA POVO UNIDO:

Jaime Serra (PCP), Domingos Abrantes Ferreira (PCP), José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), Ercília Tahadas (PCP), Fernando de Almeida Sousa Marques (PCP), José Manuel Aranha Figueiredo (PCP), Carlos Alberto Costa Espadinha (PCP), Fernando Freitas Rodrigues (PCP) e Marino Barbosa Vicente (PCP).

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Helena Roseta (PSD), Miguel Pacheco (PSD), Emídio Ferrão Pinheiro (CDS) e José Henrique Cardoso (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Herculano Pires, Eduardo Pereira, Alberto Marques Antunes e João Cravinho.

Círculo de PORTALEGRE (4 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

José Manuel Casqueiro (Ind.) e João Malato Correia (PSD).

ALIANÇA POVO UNIDO:

Joaquim Miranda (PCP).

PARTIDO SOCIALISTA:

Miranda Calha.

Círculo do PORTO (38 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Francisco Pinto Balsemão (PSD), Adelino Amaro da Costa (CDS), Mário Montalvão Machado (PSD), Amélia de Azevedo (PSD), Luís Azevedo Coutinho (CDS), José Bento Gonçalves (PSD), Eugénio Anacoreta Correia (CDS) António Ribeiro Carneiro (PSD), Adriano Vasco Rodrigues (CDS), António Moreira da Silva (CDS), Manuel António Lopes Ribeiro (PSD), Adalberto Neiva de Oliveira (CDS), Manuel António Araújo Santos (PSD), Pelágio Madureira (Ind.), Américo de Sá (CDS), Américo Abreu Dias (PSD) e Rui Amaral (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

António Macedo, Maria Barroso, Rui Vilar, José Luís Nunes, Carlos Lage, José Gomes Fernandes, Manuel dos Santos, António Fernandes da Fonseca, Maria Emília de Melo Moreira da Silva, Sousa Gomes, Armando Bacelar, Beatriz Cal Brandão, Bento Elísio de Azevedo e Adelino Teixeira de Carvalho.

ALIANÇA POVO UNIDO:

Carlos Costa (PCP), António Mota (PCP), Raul Castro (MDP), Lino Lima (PCP) e Maria Ilda da Costa Figueiredo (PCP).

Círculo de VIANA DO CASTELO (6 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Júlio Castro Caldas (PSD), João Abreu Lima (CDS), José Silva Domingos (PSD) e Henrique Barrilaro Ruas (PPM).

PARTIDO SOCIALISTA:

Manuel Tito de Moraes e Vítor Vasques.

Círculo de VILA REAL (6 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Amândio de Azevedo (PSD), Daniel Ferreira Bastos (PSD), Alexandre Carvalho Reigoto (CDS), Manuel Pires Fontoura (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

Júlio Montalvão Machado e António Chaves Medeiros.

Círculo de VISEU (10 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Fernando Monteiro Amaral (PSD), Rui Garcia de Oliveira (CDS), António Borges de Carvalho (PPM), Manuel Azevedo e Vasconcelos (CDS), Álvaro de Figueiredo (PSD), João Morgado (CDS), Luís António Martins (PSD), Eduardo Leal Loureiro (CDS).

PARTIDO SOCIALISTA:

António Sousa Gomes e Armando dos Santos Lopes.

Círculo dos AÇORES (5 mandatos)

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA:

João Vasco Paiva, Germano Domingos e António Mendes.

PARTIDO SOCIALISTA:

Jaime Gama e Francisco Pereira de Oliveira.

Círculo da MADEIRA (5 mandatos)

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA:

José Maria Silva, Alcino Cabral Barreto, Nicolau Gregório Freitas e Cecílio Pita Catarino.

PARTIDO SOCIALISTA:

António José Vieira de Freitas.

Círculo da EUROPA (2 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

Teodoro da Silva (PSD).

PARTIDO SOCIALISTA:

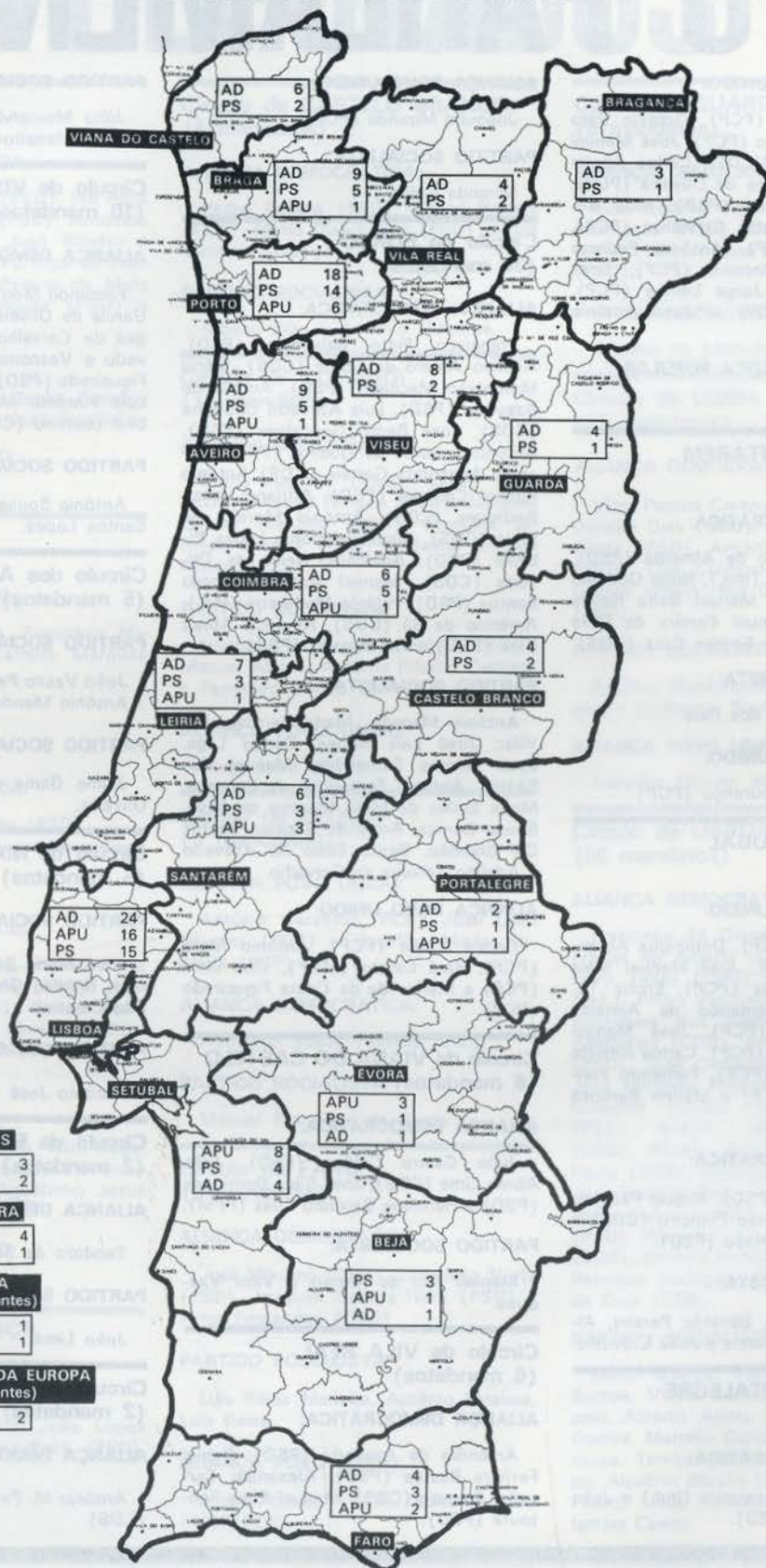
João Lima.

Círculo de FORA DA EUROPA (2 mandatos)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA:

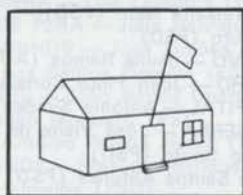
António M. Pereira (PSD), José Gama (CDS).

DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS POR CÍRCULOS ELEITORAIS

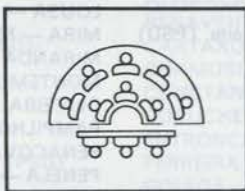


ACÓRES
PSD 3
PS 2
MADEIRA
PSD 4
PS 1
EUROPA (Emigrantes)
AD 1
PS 1
FORA DA EUROPA (Emigrantes)
AD 2

ELEIÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS



Assembleia de Freguesia



Assembleia Municipal



Câmara Municipal

TOTAL DE VOTOS E MANDATOS OBTIDOS

TOTAL DE FREGUESIAS: 4 042				TOTAL DE CONCELHOS: 305		
INSCRITOS: 642 143		VOTANTES: 4 900 377		BRANCOS: 50 828	NULOS: 79 322	
PARTIDOS OU ALIANÇAS	NÚMEROS DE VOTOS			MANDATOS		
	ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	PRESIDÊNCIAS DE CÂMARAS	VEREAÇÕES MUNICIPAIS
A.D.	1 235 458	1 282 510	1 270 199	10 364	72	438
P.S.D. *	741 313	737 643	717 499	9 637	102	480
C.D.S. *	312 810	310 742	339 294	4 260	20	165
P.P.M. *	4 953	5 514	6 162	68	1	6
A.P.U.	1 003 738	1 012 299	991 993	5 007	50	322
P.C.T.P./M.R.P.P.	7 999	12 711	23 374	3	—	—
P.D.C.	2 347	421	6 616	25	—	2
P.O.U.S.	711	—	273	1	—	—
P.S.	1 315 584	1 329 802	1 349 931	10 878	60	523
U.D.P.	48 348	66 655	62 851	56	—	3
U.E.D.S.	605	757	1 528	2	—	—
Grupos de Cidadãos Independentes	48 397	Não podem concorrer		701	Não podem concorrer	

* O PSD, CDS e PPM — partidos que integram a AD — concorreram separadamente em vários círculos eleitorais.

NOVOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

DISTRITO DE AVEIRO

AGUEDA — Dinis Ramos Pedreiro (PSD)
ALBERGARIA-A-VELHA — José Nunes Alves (PSD)
ANADIA — Sílvio Henriques Cerveira (PSD)
AROUCA — Joaquim Brandão de Almeida (PSD)
AVEIRO — José Girão Pereira (CDS)
CASTELO DE PAIVA — António Almeida Esteves (PSD)
ESPINHO — José Carvalho da Fonseca (AD)
ESTARREJA — Maria de Lurdes Almeida Breu (PSD)
FEIRA — Aurélio Pinheiro (PSD)
ILHAVO — José Vilelo (PSD)
MEALHADA — Adriano Ferreira Santiago (AD)
MURTOSA — José Morais Tavares da Fonseca (PSD)
OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Bento Manuel A. T. Lopes (PSD)
OLIVEIRA DO BAIRRO — Alípio da Assunção Sol (PSD)
OVAR — Manuel Fernandes da Silva (PSD)
S. JOÃO DA MADEIRA — José da Silva Pinho (AD)
SEVER DO VOUGA — Custódio Silva (PSD)
VAGOS — Aida dos Santos Vitor (CDS)
VALE DE CAMBRA — Álvaro de Pinho da Costa Leite (PSD)

DISTRITO DE BEJA

ALJUSTREL — António Raposo (APU)
ALMODÓVAR — Carlos Diniz Gago (APU)
ALVITO — António Ramalheira Suspiro (APU)
BARRANCOS — Carlos Caçador Durão (APU)
BEJA — José Colaço (APU)
CASTRO VERDE — Fernando Sousa Caeiros (APU)
CUBA — Francisco Felgueiras Rodrigues (APU)
FERREIRA DO ALENTEJO — José Luís Ameijoa (APU)
MÉRTOLA — António Ferrão Martins (APU)
MOURA — Manuel Romana Ângelo (APU)
ODEMIRA — Justino Santos (APU)
OURIQUE — Ramiro Sobral (PSD)
SERPA — João Rocha Silva (APU)
VIDIGUEIRA — Carlos Jorge Góis (APU)

DISTRITO DE BRAGA

AMARES — Tomé Gonçalves Macedo (CDS)
BARCELOS — João Casanova (PSD)
BRAGA — Mesquita Machado (PS)
CABEZEIRAS DE BASTO — Mário Campilho G. Pereira (AD)
CELORICO DE BASTO — João Pulido (CDS)
ESPOSENDE — Alexandre Losa Faria (CDS)
FAFE — Parcídio Summavielle Soares (PS)
GUIMARAES — António Xavier (AD)
PÓVOA DE LANHOSO — José Luís V. Pereira Portela (PSD)
TERRAS DE BOURO — José Araújo (PSD)
VIEIRA DO MINHO — João Araújo Costa (CDS)
VILA NOVA DE FAMALICÃO — Antero Martins (AD)
VILA VERDE — António Cerqueira (CDS)

DISTRITO DE BRAGANÇA

ALFÂNDEGA DA FÉ — Luís Gomes Pinheiro (PSD)
BRAGANÇA — José Luís Pinheiro (PSD)
CARRAZEDA DE ANSIÃES — Mário Abreu e Lima (AD)
FREIXO DE ESPADA À CINTA — Ambrósio A. Guerra (PSD)

MACEDO DE CAVALEIROS — António Joaquim Guerra (PSD)
MIRANDA DO DOURO — Júlio Meirinho (PS)
MIRANDELA — Marcelo Jorge Lago (PSD)
MOGADOURO — Abílio Costa (PSD)
TORRE DE MONCORVO — Ângelo Almiro Sotta (PSD)
VILA FLOR — Alfredo Ramalho (PSD)
VIMIOSO — Joaquim do Nascimento Marrão (PSD)
VINHAIS — Manuel Tavares Sobrinho (CDS)

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

BELMONTE — Manuel Fernandes Pina (PSD)
CASTELO BRANCO — Alfredo da Silva (AD)
COVILHÃ — Lopes Teixeira (PS)
FUNDÃO — Joaquim António F. Castelo Branco (AD)
IDANHA-A-NOVA — Pedro Camacho Vieira (PS)
OLEIROS — Fernando Luís (PSD)
PENAMACOR — Arnaldo Afonso Almeida Antunes (AD)
PROENÇA-A-NOVA — António da Silva e Sousa (CDS)
SERTÃ — Reinaldo Lima da Silva (AD)
VILA DE REI — José Maria da Silva (PSD)
VILA VELHA DE RÓDÃO — Manuel Marques (PS)

DISTRITO DE COIMBRA

ARGANIL — José Coimbra (AD)
CANTANHEDE — Júlio Carvalho Simões (PSD)
COIMBRA — António Moreira (AD)
CONDEIXA-A-NOVA — Armando Tavares (PS)
FIGUEIRA DA FOZ — Joaquim de Sousa (PS)
GÓIS — Vítor Dias (PSD)
LOUSÃ — Eduardo Teixeira Neto (PSD)
MIRA — Mário Maduro (PSD)
MIRANDA DO CORVO — Jaime Ramos (AD)
MONTEMOR-O-VELHO — João Pinto Correia (PS)
OLIVEIRA DO HOSPITAL — António Simões Saraiva (AD)
PAMPILHOSA DA SERRA — José Vieira de Almeida (PSD)
PENACOVA — Leitão Couto (PSD)
PENELA — Fernando Santos Antunes (PSD)
SOURE — Manuel Leal (PS)
TABUA — Barata Portugal (PSD)
VILA NOVA DE POIARES — Jaime Soares (PSD)

DISTRITO DE ÉVORA

ALANDROAL — Inácio Meirinhos (APU)
ARRAIÓLOS — Joaquim Miguel (APU)
BORBA — Sérgio Alpalhão (APU)
ESTREMOZ — Vêstra da Silva (APU)
ÉVORA — Abílio Fernandes (APU)
MONTEMOR-O-NOVO — Fernando Cruz (APU)
MORA — José Chitas (APU)
MOURÃO — Pedro Cominho Couto (PSD)
PORTEL — Manuel Oliveira (APU)
REDONDO — António Parreira (APU)
REGUENGOS DE MONSARAZ — Vítor Martelo (PS)
VENDAS NOVAS — João Teresa Ribeiro (APU)
VIANA DO ALENTEJO — Manuel Sabino (APU)
VILA VIÇOSA — Miguel Patacão (APU)

DISTRITO DE FARO

ALBUFEIRA — José Manuel Esteves da Silva (AD)
ALCOUTIM — Júlio António Rosa (PS)
ALJEZUR — Gonçalves da Silva (PS)
CASTRO MARIM — José Guilherme Anacleto (PS)
FARO — Marciano Nobre (AD)
LAGOA — Abel dos Santos (PS)
LAGOS — José Baptista (PS)
LOULÉ — Júlio Cristóvão Mealha (PSD)
MONCHIQUE — Nobre Furtado (AD)
OLHÃO — João Bonança (PS)
PORTIMÃO — Martins Garcia (PS)

S. BRÁS DE ALPORTEL — João Pires da Cruz (PS)
 SILVES — Silva Morais (PS)
 TAVIRA — Anastácio Fialho (PS)
 VILA DO BISPO — José Francisco Boaventura (PS)
 VILA REAL DE S. ANTÓNIO — Alfredo Graça (APU)

DISTRITO DA GUARDA

AGUIAR DA BEIRA — António Raimundo da Cunha (AD)
 ALMEIDA — António de Sousa Júnior (CDS)
 CELORICO DA BEIRA — Carlos Faria (AD)
 FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO — Adolfo C. Matos (PSD)
 FORNOS DE ALGODRES — Francisco Paulo A. Menano (AD)
 GOUVEIA — Alípio de Melo (PS)
 GUARDA — Abílio Curto (PS)
 MANTEIGAS — Mota Veiga (AD)
 MEDA — Luís Filipe Lopes (AD)
 PINHEL — Alcéu Virgílio Barreiros de Campos (AD)
 SABUGAL — João Lopes (PSD)
 SEIA — Jorge Correia (PS)
 TRANCOSO — António Morgado Baptista (AD)
 VILA NOVA DE FOZ COA — Sotero Ribeiro (AD)

DISTRITO DE LEIRIA

ALCOBAÇA — João Neves Raposo Magalhães (AD)
 ALVAIAZARE — Filipe Antunes dos Santos (AD)
 ANSIÃO — Manuel Júlio Marques (AD)
 BATALHA — Francisco Manuel Santos Coutinho (PSD)
 BOMBARRAL — José Maria Guilherme (AD)
 CALDAS DA RAINHA — Luís Lallandra (PSD)
 CASTANHEIRA DE PÉRA — Júlio Henriques (PS)
 FIGUEIRÓ DOS VINHOS — José Simões Abreu (PSD)
 LEIRIA — Carlos dos Santos Pimenta (PSD)
 MARINHA GRANDE — João Barros Duarte (APU)
 NAZARÉ — Lourenço Monteiro (PS)
 ÓBIDOS — José António Pereira Júnior (PS)
 PEDRÓGÃO GRANDE — Manuel Henriques Coelho (PSD)
 PENICHE — Luís Almeida (PSD)
 POMBAL — Joaquim Almeida (PSD)
 PORTO DE MÓS — Artur José Homem Trindade (PSD)

DISTRITO DE LISBOA

ALENQUER — Álvaro Gomes Pedro (PS)
 AMADORA — Orlando Almeida (APU)
 ARRUDA DOS VINHOS — Jorge Vassalo Oliveira (PS)
 AZAMBUJA — Joaquim Narciso Correia (APU)
 CADAVAL — João Francisco Ribeiro Correia (PSD)
 CASCAIS — Carlos Rosa (CDS)
 LISBOA — Nuno Abecassis (AD)
 LOURES — Severiano Falcão (APU)
 LOURINHÃ — José Máximo da Costa (PS)
 MAFRA — Gilberto Barquinha (AD)
 OEIRAS — João António Silva Ramos (AD)
 SINTRA — José Henriques F. Lopes (AD)
 SOBRAL DE MONTE AGRAÇO — António Bogalho (APU)
 TORRES VEDRAS — Alberto Avelino (PS)
 VILA FRANCA DE XIRA — Daniel Branco (APU)

DISTRITO DO PORTO

AMARANTE — Amadeu Cerqueira (PSD)
 BAIÃO — Abel Ribeiro (AD)
 FELGUEIRAS — Machado de Matos (PS)
 GONDOMAR — Álvaro de Sousa (AD)
 LOUSADA — Amílcar Neto (AD)
 MAIA — Vieira de Carvalho (AD)
 MARCO DE CANAVESES — Amadeu M. da Encarnação (AD)
 MATOSINHOS — Narciso Miranda (PS)
 PAÇOS DE FERREIRA — Fernando de Vasconcelos (PSD)
 PAREDES — Jorge Fontoura de Queirós Malheiro (CDS)
 PENAFIEL — Ferreira Alves (PSD)

PORTO — Alfredo Coelho de Magalhães (AD)
 PÓVOA DE VARZIM — Manuel Vaz (CDS)
 SANTO TIRSO — Armando Palhares de Magalhães (CDS)
 VALONGO — Aires Martins (AD)
 VILA DO CONDE — Fernando Gomes (PS)
 VILA NOVA DE GAIA — Hermenegildo Tavares (AD)

DISTRITO DE PORTALEGRE

ALTER DO CHÃO — Francisco Manuel Sousa (PS)
 ARRONCHES — Miguel Joaquim Lagarto (PS)
 AVIS — António Gonçalves (APU)
 CAMPO MAIOR — Manuel Azinhais Nabeiro (PS)
 CASTELO DE VIDE — Carolino Coimbra Pina (PS)
 CRATO — João de Matos (PS)
 ELVAS — Joaquim Ventura Trindade (PSD)
 FRONTEIRA — João Luís Oliveira Semedo (PS)
 GAVIÃO — António Moutinho Rúbio (PS)
 MARVÃO — Manuel Pedro da Paz (PS)
 MONFORTE — António Falé Canoa (PS)
 NISA — Carlos Beato Correia (PS)
 PONTE DE SÔR — José Mariano Amante (APU)
 PORTALEGRE — João Maças (AD)
 SOUSEL — Artur Ryder T. Pereira (PSD)

DISTRITO DE SANTARÉM

ABRANTES — José de Jesus Blocas (PS)
 ALCANENA — António Galveia Dias (AD)
 ALMEIRIM — Alfredo Bento Calado (PS)
 ALPIARÇA — Olímpio Francisco Oliveira (APU)
 BENAVENTE — António José Ganhão (APU)
 CARTAXO — Renato Campos (PS)
 CHAMUSCA — Sérgio Carrinho (APU)
 CONSTÂNCIA — Fernando Morgado (PSD)
 CORUCHE — Carlos Alberto Gomes (APU)
 ENTRONCAMENTO — José Serrão (PS)
 FERREIRA DO ZÉZERE — António Teixeira Antunes (PSD)
 GOLEGÃ — Melancia Godinho (PS)
 MAÇÃO — Elvino Vieira Pereira (AD)
 RIO MAIOR — Manuel Nobre (AD)
 SALVATERRA DE MAGOS — Rafael João (PS)
 SANTARÉM — Ladislau Botas (PS)
 SARDOAL — Maria Francelina (PS)
 TOMAR — Armando Murta (AD)
 TORRES NOVAS — Casimiro Gomes Pereira (AD)
 VILA NOVA DA BARQUINHA — Rui Picciochi (PS)
 VILA NOVA DE OURÉM — Mário Albuquerque (AD)

DISTRITO DE SETÚBAL

ALCÁCER DO SAL — Arlindo Passos (APU)
 ALCOCHETE — Constantino Rodrigues (APU)
 ALMADA — José M. Vieira (APU)
 BARREIRO — Helder Nobre Madeira (APU)
 GRÂNDOLA — Figueira Mendes (APU)
 MOITA — José Brito Apolónia (APU)
 MONTIJO — Acácio Soeiro Dôres (APU)
 PALMELA — Edgar Fernando da Costa (APU)
 SANTIAGO DO CACÉM — José Franco Cheis (APU)
 SEIXAL — Eufrásio Garcia José (APU)
 SESIMBRA — Ezequiel Lino (APU)
 SETÚBAL — Francisco Rodrigues Lobo (APU)
 SINES — Francisco Pacheco (APU)

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

ARCOS DE VALDEVEZ — Joaquim Carlos Cerqueira (AD)
 CAMINHA — Pita Guerreiro (PS)
 MELGAÇO — Manuel Bento de Sousa e Silva (AD)
 MONÇÃO — Daniel Fernandes Domingues (CDS)
 PAREDES DE COURA — José de Sousa Guerreiro (PS)
 PONTE DA BARCA — José Maria Peixoto (AD)

PONTE DE LIMA — João Gomes de Abreu Lima (AD)
 VALENÇA — Luís António Matos Lima (AB)
 VIANA DO CASTELO — Manuel Lucínio Pires (AD)
 VILA NOVA DE CERVEIRA — João Baptista Lemos Costa (AD)

DISTRITO DE VILA REAL

ALIJÓ — Aníbal A. dos Santos Ferreira (AD)
 BOTICAS — José Fernandes (PSD)
 CHAVES — Branco Teixeira (PSD)
 MESAÇÃO FRIO — António da Natividade Teixeira da Silva (PSD)
 MONDIM DE BASTO — Nuno de Noronha (CDS)
 MONTALEGRE — Carvalho de Moura (PSD)
 MURÇA — António Guerra Constantino Pereira (PSD)
 PESO DA RÉGUA — António Renato dos Santos Aguiar (PS)
 RIBEIRA DE PENA — João Alves Pereira (PPM)
 SABROSA — José Maria F. de Araújo (PSD)
 SANTA MARTA DE PENAGUIÃO — António Alves Dias (AD)
 VALPAÇOS — Manuel Sobrinho de Moraes (AD)
 VILA POUCA DE AGUIAR — António Gil (AD)
 VILA REAL — Armando Afonso Pereira (PSD)

DISTRITO DE VISEU

ARMAMAR — António Santos Monteiro (AD)
 CARREGAL DO SAL — Artur Jorge Saraiva Silva (AD)
 CASTRO DAIRE — César da Costa Santos (PSD)
 CINFAES — Manuel Cerveira Pinto (PSD)
 LAMEGO — António Ferreira (PSD)
 MANGUALDE — Mário Videira Lopes (PSD)
 MOIMENTA DA BEIRA — Manuel Ferreira Pinto (PSD)
 MORTÁGUA — Bráulio Afonso de Sousa (PSD)
 NELAS — José Lopes Correia (AD)
 OLIVEIRA DE FRADES — Manuel da Silva e Almeida (AD)
 PENALVA DO CASTELO — Gabriel Albuquerque Costa (AD)
 PENEDONO — António Manuel Gonçalves (AD)
 RESENDE — Albino Brito Matos (PSD)
 SANTA COMBA DÃO — José Júlio Gonçalves (AD)
 S. JOÃO DA PESQUEIRA — João Nascimento Costa (CDS)
 S. PEDRO DO SUL — Manuel Gomes Martins (PSD)
 SATÃO — Júlio Rocha Costa Moniz (AD)
 SERNANCELHE — Francim da Silva (AD)

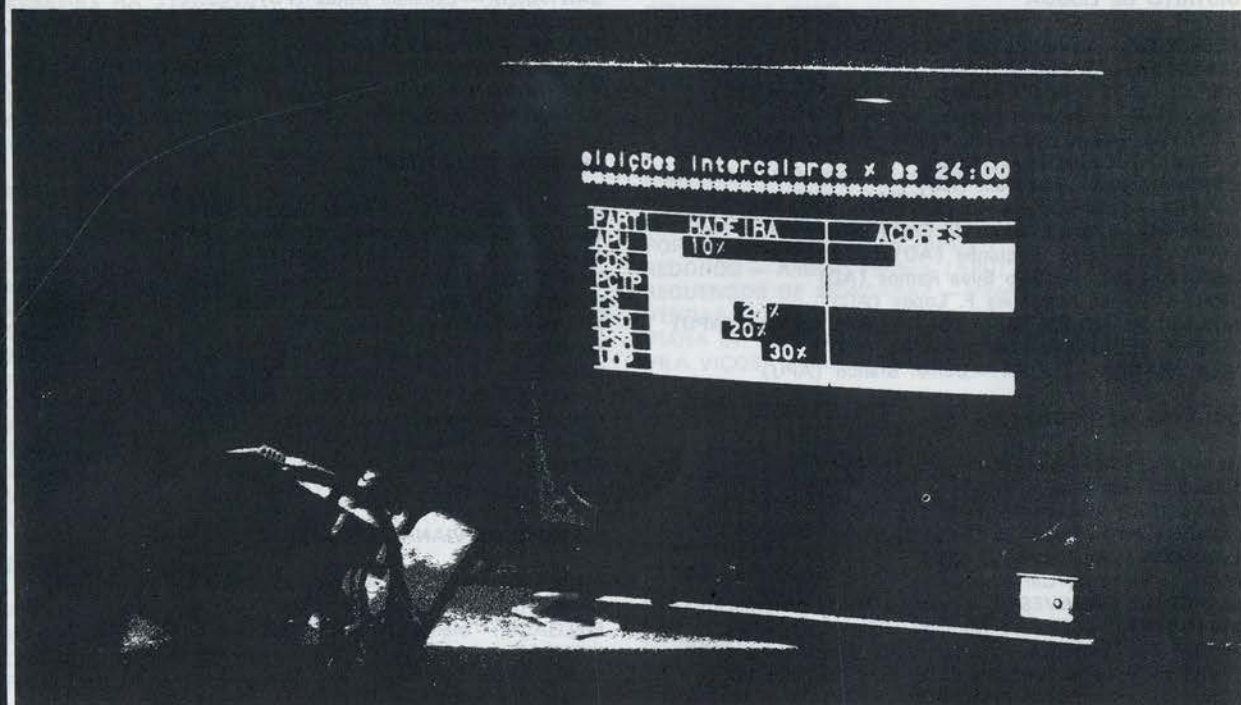
TABUAÇO — Boaventura Gonçalves de Freitas (CDS)
 TAROUÇA — Deodato Ferreira Pais (AD)
 TONDELA — António Manuel da Cruz (CDS)
 VILA NOVA DE PAIVA — António Adelino Rebelo (PSD)
 VISEU — Manuel Moreira Amorim (CDS)
 VOUZELA — Augusto dos Santos Guimarães (PSD)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANGRA DO HEROÍSMO — Rui Mesquita (PSD)
 CALHETA — Luís Nemésio Serpa (PSD)
 CORVO — Lino Fraga (PSD)
 HORTA — Augusto Goulart Sequeira (PSD)
 LAGOA — Paulino Anselmo (PSD)
 LAGES DAS FLORES — Ângelo Henriques (PS)
 LAGES DO PICO — Manuel Dutra (PSD)
 MADALENA — Manuel Furtado (PSD)
 NORDESTE — Eduardo Medeiros (PSD)
 PONTA DELGADA — Carlos Costa (PSD)
 POVOAÇÃO — António Medeiros Ferreira (PSD)
 RIBEIRA GRANDE — Artur Sousa Martins (PSD)
 S. CRUZ DAS FLORES — João de Sousa (PSD)
 S. CRUZ DA GRACIOSA — Rui Bettencourt Louro (PSD)
 S. ROQUE DO PICO — António da Costa (PSD)
 VELAS — António Teles Loureiro (PSD)
 V. FRANCA DO CAMPO — António Melo (PSD)
 VILA DO PORTO — Humberto de Melo (PSD)
 V. PRAIA DA VITÓRIA — Anselmo Costa (PSD)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

CALHETA — Antero de Vasconcelos (PSD)
 CÂMARA DE LOBOS — João Heliodoro Dantas (PSD)
 FUNCHAL — Virgílio Pereira (PSD)
 MACHICO — Jorge Sousa Gomes (PSD)
 PONTA DO SOL — Egidio Pita (PSD)
 PORTO MONIZ — David Jardim (PSD)
 PORTO SANTO — Jorge Caldeira de Freitas (PSD)
 RIBEIRA BRAVA — Luís Mendes (PSD)
 SANTA CRUZ — Paulo Gomes de Jesus (PSD)
 SANTANA — Manuel Nóbrega (PSD)
 SÃO VICENTE — Gabriel Drumond (PSD)

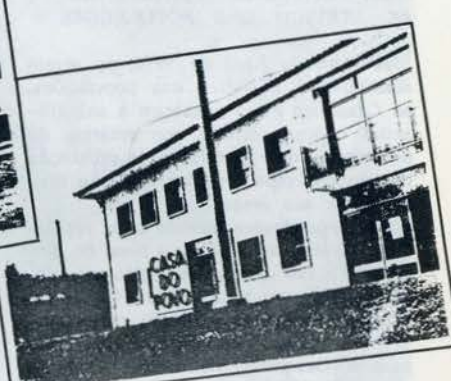


eleições intercalares x às 24:00

PART	MADEIRA	AÇORES
APU	10%	
CDS		
PCIP		
PS	2%	
PSD	20%	
PSD		
UP	30%	

AS CASAS DO POVO

31



E A SUA ACÇÃO POLIVALENTE

Oficialmente criadas, por decreto-lei, em Setembro de 1933, no início do regime de Salazar, as Casas do Povo eram consideradas «os elementos primários e fundamentais da organização corporativa portuguesa» e tinham como principais objectivos «a representação profissional, previdência e assistência, instrução, cultura e progresso social».

Como organizações de cooperação social com personalidade jurídica, as Casas do Povo podiam existir «em todas as freguesias rurais», aceitando a inscrição, como sócios efectivos, dos chefes de família e dos jovens maiores de 18 anos que fossem trabalhadores rurais. Estes sócios tinham direito a «protecção e auxílios nos casos de doença, desemprego, inabilidade e velhice». Era permitida, por outro lado, a criação de mutualidades, desde que se juntassem 100 sócios pelo menos, e estes se sujeitassem às regras das associações de socorros mútuos.

No domínio da assistência, as Casas do Povo podiam fundar dispensários, lactários, creches, asilos para crianças e velhos, e, paralelamente, colaborar na defesa da saúde pública e na luta contra a tuberculose.

No campo da educação, cultura e desporto, as Casas do Povo estendiam a sua acção ao «ensino aos adultos e

crianças, desportos, diversões e cinema educativo», dispondo, para o efeito, de escolas ou postos de ensino, pequenas bibliotecas e campos de jogos.

Quanto à realização de melhoramentos locais e ao lançamento de acções de apoio às populações, incumbia, então, às Casas do Povo cooperar «nas obras de utilidade comum, comunicações, serviço de águas, higiene pública, melhoramentos e aformoseamentos locais», podendo até promover entre os seus sócios «a organização de sociedades cooperativas de produção ou de consumo».

Estava-lhes vedado, no entanto, «utilizar a sua sede ou os seus meios de acção para qualquer espécie de actividade política ou social contrária aos interesses da Nação e à constituição do Estado».

PREVIDÊNCIA E DOCTRINAÇÃO CORPORATIVA (1940)

A partir da década de quarenta, as Casas do Povo ganharam um maior relevo ao ser criado o Fundo de Previdência, terminando, paralelamente, as mutualidades previstas na altura da sua fundação.

Em Janeiro de 1941 passou a ser obrigatória «a inscrição, como sócios efectivos e contribuintes das Casas do Povo, de todas as pessoas em condições legais de o serem». Daqui resultou que o sector da previdência absorveu prati-

camente toda a actividade das Casas do Povo e que as iniciativas educativas e sócio-culturais foram quase completamente marginalizadas, situação que se manteve até há bem poucos anos.

Em contrapartida, tornou-se visível um grande esforço de doutrinação corporativa e as Casas do Povo foram de tal modo privilegiadas que, nas áreas onde existiam, não foi autorizada a criação nem permitido o funcionamento de outras organizações da mesma índole ou quaisquer associações recreativas «que embaçassem a Casa do Povo local».

Foi nessa altura, em 1945, que surgiu a Junta Central das Casas do Povo.

«O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS» (1970)

Com a reorganização operada em 1969, as Casas do Povo passaram a ter as seguintes atribuições básicas: «cooperação social para o desenvolvimento económico-social das comunidades locais»; «representação profissional dos trabalhadores agrícolas por conta de outrem»; e «previdência e assistência em benefício dos trabalhadores residentes nas suas áreas». Concretamente, entre outras actividades, as Casas do Povo podiam, a partir daquela data, promover entre os seus sócios «a organização de sociedades cooperativas de produção, comercialização e consumo» e «cooperar no fomento da habitação, de acordo com a legislação em vigor».

Mas, acrescente-se, dada a falta de meios humanos e materiais, as Casas

32 do Povo tinham-se transformado, de facto e fundamentalmente, numa instituição de previdência para os trabalhadores rurais.

UMA ACTIVIDADE DIVERSIFICADA AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES

A partir de Abril de 1974, ao serem entregues à iniciativa das populações, as Casas do Povo passaram a ser utilizadas como «centros comunitários de promoção sócio-cultural e de prestação de serviços para toda a população residente na sua área».

Ao longo destes últimos anos realizaram-se vários encontros, a nível de dirigentes, a fim de ser elaborado um projecto de reestruturação das Casas do Povo. Entre todos, adquiriu certa relevância o projecto de criação do Instituto para o Desenvolvimento das Comunidades (INDECO).

Não é fácil resumir toda a actividade desenvolvida pelo conjunto das 1.143 Casas do Povo, espalhadas por todos os concelhos do Continente e das Regiões Autónomas. Poderemos referir, no entanto, que, por exemplo, a Junta Central das Casas do Povo dispõe de cerca de 300 funcionários e que há mais de quatro mil empregados adstritos às organizações locais. Quanto às actividades ultimamente desenvolvidas — e que contaram com o apoio da Junta Central —, poderemos destacar as seguintes:

— Projecção de filmes em todo o País, através de um conjunto de circuitos de cinema que integram, em média, dez localidades cada, o que representa mais de 350 povoações abrangidas;

— Actuações de grupos de teatro (cerca de 130), bandas de música (60) e ranchos folclóricos (cerca de 60, também);

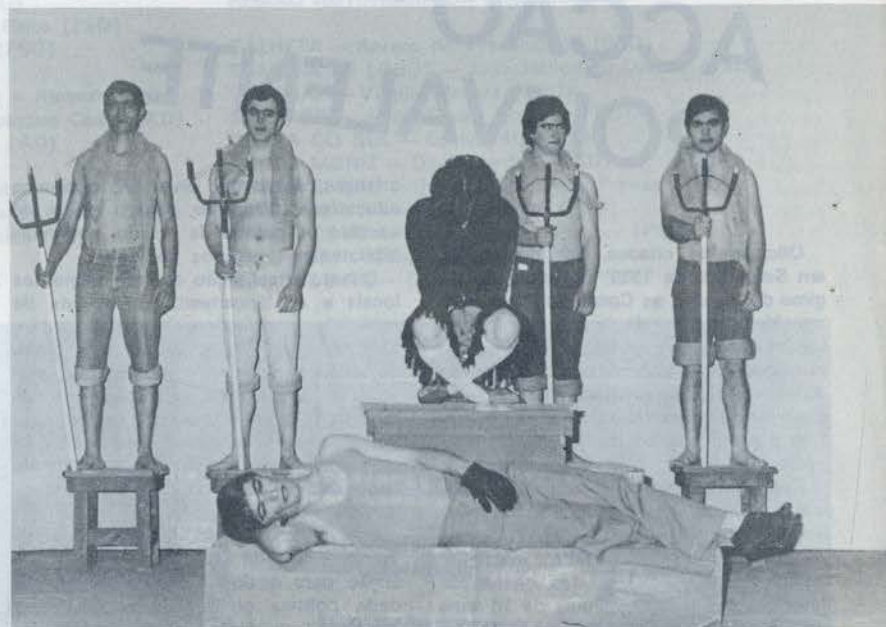
— Manutenção de cooperativas de consumo e de outras com parques de máquinas agrícolas;

— Organização e fomento de actividades desportivas em todos os distritos, com apoio da Junta Central às comissões distritais e destas às organizações locais.

Acrescente-se, a propósito, que os serviços de animação sócio-cultural da Junta Central desenvolveram, fundamentalmente, um trabalho de resposta às necessidades expressas pelas populações e que, neste domínio, o mensário «Povo Rural» teve um papel dinamizador muito relevante.

O Serviço de Bibliotecas, um outro sector que merece ser referido, tem

No âmbito da acção das Casas do Povo têm particular relevância as actividades de índole associativa, recreativa e sócio-cultural, de que são exemplos marcantes as creches e jardins infantis, o apoio aos grupos de teatro amador e às bandas de música e, ainda, o fomento da prática de jogos populares.



vindo a ser reestruturado. Para tal, foi lançado um inquérito sobre a situação das bibliotecas das Casas do Povo de todo o País, tendo-se concluído que, entre as 306 que responderam, cerca de 200 tinham biblioteca própria, funcionando esta razoavelmente em cerca de metade (com uma média de 87 leitores por ano), enquanto somente em vinte se registava um bom funcionamento.

BRAGA: UM DISTRITO EXEMPLAR

Para mostrar o valor e a amplitude das actividades sócio-culturais efectuadas em todo o País, apresentamos como

exemplo o distrito de Braga, por ser aquele que mais Casas do Povo possui — cento e uma — e ainda pelos excelentes resultados aí conseguidos.

De facto, as 101 organizações locais, apoiadas por uma comissão de animação composta de dirigentes e funcionários das Casas do Povo do distrito, distribuem-se pelos treze concelhos bragueses, da seguinte forma: Amares (7), Barcelos (20), Braga (13), Cabeceiras de Basto (2), Celorico de Basto (5), Esposende (3), Fafe (13), Guimarães (8), Póvoa de Lanhoso (1), Terras do Bouro (4), Vieira do Minho (3), Vila Nova de Famalicão (13) e Vila Verde (8).



As actividades desenvolvidas por estas Casas do Povo podem agrupar-se em vários domínios, a saber: desportivo (prática de andebol, atletismo, basquetebol, futebol, hóquei em patins, ténis de mesa, voleibol e judo); cultural (projectão de filmes, actuação de conjuntos musicais, grupos de teatro e bandas de música); educativo (manutenção de jardins infantis, de parques infantis e escolas de música); e recreativo-associativo (exibição de ranchos e grupos folclóricos e funcionamento de salões de convívio e recintos desportivos).

Entre essa centena de organizações locais, destacaremos duas Casas do Povo — a de Briteiros e a de Fermentões —,

ambas do concelho de Guimarães, cuja função dinamizadora se fez sentir a nível nacional, pois organizaram e realizaram um levantamento das actividades culturais das suas congéneres de todo o País.

Concretamente, a Casa do Povo de Fermentões tem em actividade um Grupo Popular de Teatro, Grupo Folclórico dos Trabalhadores, Grupo Infantil de Danças Populares, Conjunto Típico «Novo Mundo», Conjunto «Pop», Biblioteca, bar-convívio, infantário (para 50 crianças), Grupo Desportivo (com futebol de salão, andebol, voleibol e atletismo), organizando ainda diversos festivais, festas populares (Natal, Emigrantes, Agricul-

tadores) e editando um mensário intitulado «Voz de Fermentões».

Por seu turno, a Casa do Povo de Briteiros, realiza igualmente inúmeras actividades sócio-culturais através dos seus dois Grupos Folclóricos, Grupo de Teatro e conjunto musical, dispendo ainda de biblioteca, bar e cinema. Merecem, porém, um relevo especial, a construção de um rink de patinagem, a organização de um Festival de Folclore em que participaram oito grupos folclóricos, além dos dois locais, e, por último, a existência da «Estrela de Briteiros — Cooperativa de Consumo», criada para defesa dos consumidores da povoação.

34 UM PROJECTO INOVADOR PARA AS CASAS DO POVO entrevista com o presidente da Junta Central das Casas do Povo



Desenvolvendo a sua actividade em cerca de 1200 localidades de todo o País, as Casas do Povo, para além da função específica que têm vindo a desempenhar enquanto instituições de previdência, têm hoje uma acção polivalente e diversificada — designadamente a nível associativo, cultural e recreativo — que se reveste de extrema importância para as populações das zonas rurais.

Nesta entrevista com o dr. Licínio Martins, presidente da Junta Central das Casas do Povo, abordamos, em particular, as novas perspectivas abertas pelo projecto de reestruturação das Casas do Povo, que em breve se poderá vir a concretizar.

— O que são actualmente as Casas do Povo?

— Pode responder-se tendo em conta o quadro legal, o modelo teórico e a concepção subjacente às Casas do Povo, ou a partir do que na realidade são estas instituições, no plano da sua actualização ou funcionamento.

Teoricamente, as Casas do Povo são ainda hoje instituições de previdência às quais compete gerir o regime próprio dos trabalhadores rurais por conta de outrem e dos proprietários ou produtores agrícolas que têm nível e modo de vida semelhante aos primeiros.

Em segundo lugar, as Casas do Povo são centros de encontro e de cultura e recreio dos seus sócios.

Se, todavia, procurarmos definir estes organismos a partir do seu funcionamento, podemos dizer que há vários «retratos» de Casas do Povo, conforme aquela que conhecermos ou visitarmos, e consoante a vitalidade que em cada momento lhe for imprimida pelos seus sócios, dirigentes e colaboradores.

Por isso é que podemos encontrar Casas do Povo que não passam de repartições ou «guichets» da previdência, atendendo os utentes e processando as respectivas prestações ou benefícios, ao lado de outras que são também isso e muito mais, oferecendo

à população da sua área uma estrutura física e humana que constitui uma base da sua vida comunitária e um importante contributo para a solução dos respectivos problemas.

— Quantas Casas do Povo existem presentemente no País e onde se situam?

— Se falarmos apenas de Casas do Povo, sem contar-mos as suas delegações, o seu número actual é de 1.141.

Algumas delas, porque foram criadas com uma área excessivamente grande, viram a necessidade de se ramificar através de delegações.

Há ainda hoje exemplos flagrantemente de organismos formados com uma área absolutamente inadequada para a boa prossecução dos seus fins, uma vez que chegam a atingir dezenas de freguesias ou a totalidade de um concelho.

O número de delegações é sujeito a algumas flutuações, mas não anda longe das 350, o que faz melhorar a rede de cobertura efectiva das freguesias pelas Casas do Povo.

De facto (e incluindo a cobertura por delegações), pode dizer-se que cada Casa do Povo abrange, em média, 2,6 freguesias.

A sua distribuição pelo País não é uniforme, havendo distritos cuja malha de cobertura é mais apertada do que a de outros.

Mas o que é certo é que

elas cobrem na realidade a população de todo o País, do Minho ao Algarve e às Regiões Autónomas.

— De que meios financeiros dispõem as Casas do Povo para a realização dos seus programas e projectos culturais e recreativos?

— Postas de parte as receitas afectadas aos fins de previdência, que não são de longe as mais importantes e vultuosas, as Casas do Povo dispõem de receitas próprias, provenientes das quotizações dos sócios e das contribuições cobradas por vezes como contrapartida do acesso a determinadas actividades recreativas ou culturais.

Para suprir a insuficiência destas receitas, as Casas do Povo solicitam muitas vezes à Junta Central subsídios e empréstimos, que são concedidos com uma generosidade fortemente condicionada pelas limitações do orçamento da mesma Junta.

— Que apoio presta a Junta Central às Casas do Povo no sentido de incentivar a animação cultural e recreativa e o associativismo local?

— Além do auxílio financeiro, de que acabei de falar, a Junta vem procurando apoiar as Casas do Povo de várias maneiras, que contribuem directa ou indirectamente para que elas saiam do marasmo em que muitas são tentadas a vegetar. Pode dizer-se que a

Junta só existe por causa das Casas do Povo e, por isso, toda ela está, em certo sentido, ao seu serviço.

Mas dispomos de um serviço cuja responsabilidade específica é exactamente a animação sócio-cultural das populações servidas pelas Casas do Povo.

Esse serviço apoia-se na estrutura regional da Junta, uma vez que dispomos de Serviços em todas as capitais de distrito, encarregados precisamente de orientar e coordenar a acção das Casas do Povo.

— Pode explicitar melhor a forma com se concretiza esse apoio?

— Começo por lhe falar do Jornal que publicamos mensalmente — o «POVO RURAL» — que é um instrumento

povo rural

boletim da J.C.C.P.

de penetração generalizada em todas as Casas do Povo e que muitos sócios assinam, e que, além de informar sobre matérias de interesse sobretudo para as comunidades rurais, inclui notícias e reportagens sobre iniciativas levadas a efeito por alguns organismos, o que constitui um estímulo importante para despertar outras para idênticas iniciativas ou para novas actividades.

● Começamos a colocar nos nossos Serviços Distritais técnicos com a função específica de se deslocarem às Casas do Povo para aí provocarem a animação cultural das populações.

● Promovemos anualmente o «Dia da Casa do Povo» — iniciativa que tem produzido frutos que nos levam a considerá-la cada vez mais válida.

● Divulgamos e incentivamos o interesse pelo teatro, distribuindo textos que facilitam a iniciação dos amadores e fornecendo peças que podem ser representadas com um mínimo de meios materiais e humanos.

Está ao nosso serviço desde há uns anos um conhecido actor, o Senhor Nunes Vidal, que se fixa temporariamente em localidades de qualquer ponto do País, com a finalidade de despertar o interesse pelo teatro e de ajudar a criar grupos de amadores, com o que temos tido razoável êxito.

● Mantemos um «circuito de cinema» que distribui periodicamente (de 15 em 15 dias, em regra) filmes de longa-metragem pelas Casas do Povo que dispõem de salas adequadas para a sua projecção.

● Distribuímos livros com vista a incentivar a formação de bibliotecas e o gosto pela leitura.

● Participamos em colóquios, em exposições, e em feiras regionais, com vista a divulgar as possibilidades de desenvolvimento local que as Casas do Povo oferecem às comunidades.

● Finalmente promovemos reuniões de dirigentes para trocas de impressões sobre problemas de interesse geral e designadamente para a sua auscultação sobre projectos de diplomas que digam respeito às Casas do Povo.

— Justamente a propósito de projectos de diplomas: o que vão ser as Casas do Povo, de acordo com a reestruturação de que se fala e que se avizinha? Paralelamente, e uma vez que a Previdência Rural

passa para as Caixas, que outros sectores vão ser abrangidos, no futuro, pela actividade das Casas do Povo?

— Posso ler-lhe as disposições do projecto de Decreto-Lei de reestruturação das Casas do Povo que se referem às suas finalidades:

«1. As Casas do Povo têm por finalidade desenvolver actividades de carácter social com a participação dos interessados, e resolver problemas da população residente nas respectivas áreas, pondo à sua disposição, em local apropriado, o conjunto de serviços que em cada caso se justifique.

2. Para a realização dos seus objectivos, deverão as Casas do Povo:

- Promover acções de animação sócio-cultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;
- Fomentar a participação das populações nas acções tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respectiva área e a melhorar a sua qualidade de vida;
- Funcionar como terminais de serviços públicos, designadamente da saúde e da segurança social, por forma a aproximá-los das populações;
- Participar no processo de planeamento e programação de carácter económico, social, educacional e cultural».

Se repararmos na formulação das finalidades, feita no n.º 1, e na explicitação constante do n.º 2, vemos que há uma preocupação de polivalência das Casas do Povo para se ocuparem ou colaborarem na solução de problemas das comunidades, ainda que lhes não esteja confiada a gestão de determinados interesses.

Para dar um exemplo muito concreto e claro, falarei da gestão do regime de previdência rural. ■

Quando formulou a sua pergunta disse que o sector da previdência rural passou para as Caixas de Previdência.

Isso é exacto se falarmos de gestão do regime.

Mas não o é se considerarmos que as Caixas não vão substituir-se às Casas do Povo na prestação de serviços de segurança social, sobretudo no meio rural.

Quer dizer que são as Casas do Povo que vão continuar a funcionar como terminais das caixas, sob a gestão destas, como já hoje estão, aliás, sob a sua coordenação nessa matéria.

Pode dizer-se, por isso, que na maior parte dos casos as pessoas não irão aperceber-se de qualquer mudança nesse campo, a não ser que a transferência de gestão influa imediatamente — o que não é muito provável — no funcionamento dos serviços.

A modificação mais importante é a que resulta da abertura das Casas do Povo a novas funções e actividades, nomeadamente as relacionadas com os serviços públicos, os

quais vão passar a dispor de 35 uma estrutura que lhes permite chegar mais depressa e melhor junto das comunidades rurais.

Para lhe dar ainda uma ideia da valência das Casas do Povo para a solução dos problemas das comunidades, posso dizer-lhes que chegámos a admitir a possibilidade de criação de Casas do Povo junto de comunidades portuguesas no estrangeiro.

Seria uma forma institucionalizada de dar resposta à tendência associativa das nossas populações, que se mostra naturalmente com maior apatência quando se encontram deslocadas.

É uma ideia que poderá vir a amadurecer melhor.

Para já, prevê-se que o Instituto em que se vai transformar a Junta Central das Casas do Povo tenha como incumbência a de «colaborar com as entidades competentes na criação e dinamização de associações ou centros culturais e recreativos constituídos por comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro».

Dr. Licínio Martins, presidente da Junta Central das Casas do Povo.





«Artes e Tradições de Barcelos»

O Centro de Estágio de Educação Visual da Escola Preparatória de Barcelos promoveu um levantamento da arte popular e das tradições do concelho, trabalho que foi posteriormente reunido num volume publicado pelas «Edições Terra Livre», da Direcção-Geral de Divulgação.

Profusamente ilustrada, esta obra refere-se a inúmeras peças do artesanato daquela zona minhota, das quais podemos citar, entre outras: gamelas, «reque-reque», «Zés-Pereiras», apitos e «almi-nhas», carroças, tapetes de flores, tapetes de penas, almofadas de penas, tamancos ou socos, móveis de madeira, bordados a crivo e brinquedos de barro.

Livro escrito num estilo vivo e directo, «Artes e Tradições de Barcelos» inclui entrevistas com vários artesãos, que além de nos explicarem os seus processos de trabalho, recordam um pouco da história da arte popular da região.

Construção e Reparação de Estradas

Cerca de treze milhões de contos vão ser investidos, no próximo triénio, na construção e reparação de estradas do continente.

A Junta Autónoma de Estradas — segundo informação prestada por um dos seus responsáveis à ANOP — prepara-se para lançar, a partir do corrente ano e até 1983, um plano global que compreenderá a construção de dez novas estradas, a reconstrução de 589 quilómetros de rodovias já existentes, a criação de 51,4 quilómetros de vias rápidas de acesso aos principais centros urbanos — Lisboa e Porto, nomeadamente — e a reparação de mil quilómetros de outras estradas.

Monumento a José Régio em Vila do Conde

Por iniciativa do semanário regionalista «Voz do Ave», que, para o efeito, abriu uma subscrição pública destinada à angariação de fundos, vai ser erigido um monumento a José Régio em Vila do Conde, por ocasião do 10.º aniversário da morte do escritor, efeméride que ocorre no presente ano.



O monumento, da autoria de um conceituado escultor português, deverá ficar implantado numa das principais praças daquela vila.

Entretanto, ao referido semanário de Vila do Conde, localidade de onde era natural o autor dos «Poemas de Deus e do Diabo», têm chegado as mais entusiásticas adesões à iniciativa, traduzidas no envio de milhares de escudos — registaram-se perto de 50 contos logo nos primeiros dias de subscrição —, sugestões e aplausos pela ideia.



«Americano» Regressou às Ruas do Porto

Perante a curiosidade geral, a cidade do Porto viu reaparecer o saudoso «Americano», a célebre carruagem que, puxada por uma junta de cavalos, deslizava sobre carris, transportando os seus passageiros pelas ruas do burgo, no princípio deste século.

A iniciativa de fazer rodar novamente o «Americano» pertenceu a Nelson Lima, funcionário do departamento de relações públicas do Serviço de Transportes Colectivos do Porto. Nesta «viagem inaugural», entre as zonas do Castelo do

Queijo e da Foz do Douro, participaram jornalistas, responsáveis pelos STCP e algumas crianças.

Com dois cavalos — vivos! — de força, o «Americano» entrará de novo ao serviço no próximo Verão e tudo indica que não serão somente os turistas — a quem se destina, em princípio, tal iniciativa — a utilizá-lo, prevendo-se uma considerável afluência de passageiros para as simpáticas viagens deste velho meio de transporte.

Nova Sede para os Bombeiros Voluntários de Famalicão

Os Bombeiros Voluntários Famalicenses vão dispor, num futuro próximo, de um novo edifício-sede a construir junto à Estrada de Guimarães, nas proximidades do nó rodoviário de S. Vicente, nos terrenos da antiga Quinta de Sinçães. A obra está avaliada em cerca de trinta mil contos, tendo sido estipulado para a sua execução um prazo de 540 dias.

Viseu: Melhoramentos Rodoviários

O pavimento da Estrada Municipal 587, no troço compreendido entre Lustosa e a E.N.

16, vai ser alvo de consideráveis melhoramentos. Efectivamente, a Câmara Municipal de Viseu adjudicou já a empreitada para asfaltamento do referido troço, obra que importará em cerca de 9 mil contos.

De salientar, a propósito, que a Estrada Municipal 587 faz ligação entre as EN2 e EN16, tratando-se de uma rodovia de considerável movimento, utilizada por várias carreiras de autocarros e camionagem.

Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro

Foi oficialmente criado o «Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro», que substitui o actual Instituto Politécnico de Vila Real.

O novo Instituto tem sede em Bragança e o seu programa de estudos inclui, a partir do corrente ano lectivo, licenciaturas em produção agrícola, produção animal e produção florestal.

Entretanto, e enquanto não existirem, a nível regional, cursos superiores de curta duração, o novo Instituto assegurará igualmente cursos deste grau de ensino, orientados por forma a darem prioridade aos problemas concretos e de aplicação prática na região.

Gouveia: Medalha de Honra para Vergílio Ferreira



O escritor Vergílio Ferreira foi galardoado com a Medalha de Honra de Gouveia, por decisão da respectiva Assembleia Municipal.

Recorde-se que, embora resida em Lisboa desde há vários anos, Vergílio Ferreira é natural do concelho de Gouveia.

No seguimento desta homenagem, o referido órgão autárquico decidiu criar seis bolsas de estudo, no valor de 50 contos cada, para estudantes do ensino superior naturais da região.

Oliveira do Hospital: Obras em Todo o Concelho



Tendo como objectivo garantir, a curto prazo, o fornecimento domiciliário de água

a todo o concelho, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital adjudicou recentemente as obras para captações de água em Nogueira do Cravo, pela importância de 293.500\$, S. Sebastião da Feira, por 357.500\$, e Avô, por 432.500\$.

Entretanto, foram igualmente adjudicadas, por 80.000\$00, as obras referentes ao poço de captação que abastecerá o loteamento e a creche da Lagoesa.

Finalmente, foi publicado no «Diário da República» o concurso público das empreitadas de abastecimento de água e esgotos a Bobadela e S. Paio de Gramaços, e de água a Santa Ovaia, Galizes, Vendas de Galizes e Vila Pouca, obras que, no seu conjunto, irão custar cerca de 30 mil contos.



Covilhã: Promoção Turística de Habitações Particulares

Pela primeira vez no nosso País, está a proceder-se oficialmente, na Covilhã, à promoção turística da habitação particular.

Para concretizar tal iniciativa, a Secretaria de Estado do Turismo concede empréstimos, a baixo juro, aos particulares que pretendam construir ou remodelar quartos

para alugar a turistas nas chamadas «épocas de ponta», dada a insuficiência das instalações hoteleiras existentes na região.

A iniciativa partiu da Câmara Municipal da Covilhã que, nesse sentido, efectuou diligências que tiveram bom acolhimento por parte da Secretaria de Estado do Turismo. Funcionários deste departamento de Estado deslocaram-se, entretanto, à Covilhã para procederem à assinatura dos interessados.

Obras de Saneamento Básico no Concelho do Fundão

Deverão iniciar-se brevemente diversas obras públicas,

no valor de mais de 37 mil contos, que recentemente foram postas a concurso pelo município do Fundão.

Do conjunto de obras a realizar, salientam-se, pelo seu valor e importância, as construções da rede de água e esgotos de Pero Viseu, empreitada orçada em mais de 17 mil contos, e das redes de esgotos das povoações de Donas, Teixugas e Chãos, que ultrapassam, globalmente, os 6 mil e quinhentos contos.

Castelejo está também incluída no grupo de povoações beneficiadas por este conjunto de obras, estando aí prevista a construção de uma rede de saneamento, no valor de 4 mil contos.

A verba restante destina-se à pavimentação das estradas municipais de Mata da Rainha e Janeiro de Cima.

Coimbra: Subsídio do FAOJ para Bandas de Música

O Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), através da sua delegação em Coimbra, concedeu um subsídio de 900 contos às bandas filarmónicas do distrito.

Subsídios idênticos haviam já sido distribuídos nos anos de 1977 e 1978, com o objectivo de apoiar, a nível distrital, as escolas de música das filarmónicas.

As principais dificuldades com que se debatem, neste domínio, as colectividades locais resultam da falta de ins-

trumentos e dos problemas de manutenção dos existentes, ausência de instalações adequadas, e necessidades de renovação de repertório e de formação de regentes e monitores de bandas.

Ao tomar esta iniciativa, o FAOJ pretende evitar a deterioração de algumas das colectividades populares do distrito, reorganizar e revitalizar outras já dadas com extintas e fomentar o aparecimento de novos agrupamentos musicais.



38 Coral de Figueira de Cavaleiros vai Actuar na Alemanha Federal

Depois do assinalável êxito alcançado no Festival Internacional de Folclore efectuado em Zagreb, na Jugoslávia, o Grupo Coral «Os Rurais», de Figueira de Cavaleiros, recebeu recentemente um convite para se deslocar a Francoforte (Alemanha Federal), para a realização de um conjunto de actuações junto da comunidade portuguesa ali residente.

Castelo Branco: Reparações em Edifícios Escolares

Cerca de mil e quinhentos contos vão ser dispendidos pela Câmara Municipal de Castelo Branco em obras de reparação e conservação de várias escolas primárias do concelho.

Estas obras irão beneficiar os estabelecimentos de ensino das localidades de Paigua, Alma Ceda, Mata, Partida, Tinalhas, Casal da Serra, Taberna Seca, Lisga, Palvarinho, Salgueiro do Campo, Sesmo, Vale de Figueira e Sobreiro da Ribeira.

Encontro de Imprensa Regional em Torres Vedras

Na sequência do «Encontro Nacional da Imprensa Regional», que, conforme tivemos ocasião de noticiar em número anterior, se realizou na Póvoa do Varzim, o jornal «Badaladas», editado em Torres Vedras, promoveu nesta cidade uma reunião em que participaram representantes dos seguintes órgãos de imprensa regional: «Jornal de Sintra», «Notícias de Loures», «Alvoada» (Lourinhã), «Voz do Man» (Peniche), «Gazeta das Caldas», «Notícias das Caldas» e «Voz da Nazaré».

Nesta reunião foram analisados problemas económico-financeiros comuns aos jornais referidos — nomeadamente questões ligadas à assinatura e publicidade — e deba-

tidas as relações com o Ministério da Comunicação Social e a Associação da Imprensa Não Diária.

Paralelamente, os representantes dos citados órgãos de imprensa regional decidiram adoptar uma posição conjunta em relação a vários assuntos que se revestem de particular importância a nível dos distritos de Lisboa e Leiria, e que irão ser abordados periodicamente nas páginas daqueles jornais: defesa e divulgação do património cultural; urgência na reparação ou construção de diversas vias de comunicação, com destaque para a auto-estrada do Oeste e seus acessos; melhoria dos serviços ferroviários e telefónicos; criação de escolas de ensino superior curto, no domínio da agricultura e pescas, e manutenção da Escola de Magistério Primário; e desenvolvimento turístico de toda a região.

«Área»: Um Novo Semanário Regional

Primordialmente destinado à região situada entre a Marinha Grande e Lisboa, foi recentemente lançado um novo jornal regional, de periodicidade mensal, intitulado «Área».

Editado na cidade de Torres Vedras, este mensário — que tem dezasseis páginas e cuidado aspecto gráfico — é vendido ao preço de quinze escudos e pretende-se de âmbito cultural e de análise, nele se destacando as seguintes secções: «Tribuna», «Dossier», «Verso e Reverso», «Colunas e Crónicas», «Criatividade» e «Arte e Vida».

Propriedade da Cooperativa de Comunicação e Cultura, o jornal «Área» poderá vir a passar a quinzenário, caso a sua implantação e aceitação correspondam às previsões dos seus fundadores. Os pedidos de assinatura e toda a correspondência destinada ao novo órgão de imprensa deverão ser dirigidos para: Jornal «Área», Apartado 77 / 2561 Torres Vedras CODEX.

Modernização do Porto de Pesca de Sesimbra



As obras do porto de pesca de Sesimbra, a iniciar no próximo mês de Maio, deverão prolongar-se até 1983, devendo orçar em cerca de 500 mil contos, segundo foi anunciado à imprensa.

O projecto inclui a construção de uma rampa de varador para acesso ao parque de reparação de embarcações, de uma nova lota, de instalações de frio e de uma muralha para

facilitar o abastecimento dos barcos.

Recorda-se que a vila de Sesimbra tem presenteemente cerca de 2.300 pescadores em actividade e um número aproximado de trezentas embarcações registadas, das quais metade com comprimento inferior a dez metros.

Vinho de Borba Ganha Concurso

Um concurso organizado pela Junta Nacional de Vinhos, na 14.ª região vinícola do País (Estremoz), teve como vencedor um produtor da Quinta do Carmo, pertencente à zona de Borba.

O triunfo agora alcançado pelo vinho do referido produtor, eng. Júlio Bastos, vem confirmar os êxitos já anteriormente averbados pelo mesmo em competição com as melhores cepas da região vinícola do Alto Alentejo.

Área

editorial

As embarcadas da cultura

SOCIEDADE EM ANÁLISE

SABE O QUE DIZ A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS?

LOUCURA: UM BECO SEM SAÍDA

ANTONIO AUGUSTO SALES

O BOLOR DAS PALAVRAS

TORRES VEDRAS, CIDADE NOVOS RUMOS VELHOS PROBLEMAS?

COOPERATIVA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

MESA REDONDA

Albino Azeite, António A. Sales, Filomeno Guadalupe, José Pinheiro, J. Acóf. Gomes, Ana M. Mourão

MODERADORES: Carlos Ferreira, Armando Jorge

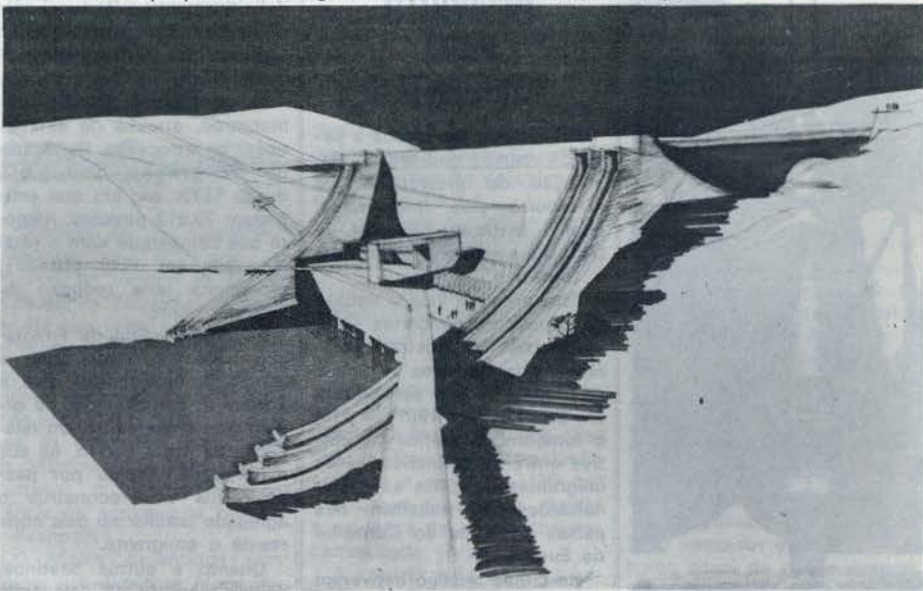
Desvio do Curso do Rio Guadiana

Foi já aberto o túnel que irá permitir o desvio das águas do rio Guadiana do seu curso natural, obra que se integra no projecto de aproveitamento hidroagrícola do Alqueva.

Recorda-se que na barragem do Alqueva — obra de grande relevância para o desenvolvimento da região — foram até agora investidos um milhão e quinhentos mil contos, aproximadamente.

Segundo foi revelado pelo governador civil de Beja ao jornal «Diário do Alentejo», no decorrer de uma visita ao local do empreendimento, estão já concluídos os estudos eléctricos relacionados com o projecto e espera-se que em data próxima fiquem terminados os estudos agrícolas.

Desenho de uma perspectiva da barragem do Alqueva, actualmente em construção



Estremoz: Museu de Arqueologia e Etnografia

O Museu de Arqueologia e Etnologia de Estremoz encontra-se instalado no antigo Hospício de Caridade, edifício que, apesar dos danos registados em 1698, na sequência de uma explosão ocorrida no castelo da cidade, mantém ainda muitas das suas características originais, nomeadamente o corpo interior, algumas janelas, portas e abóbodas gótico-ma-nuelinas.

O recheio deste Museu distribui-se pelas secções de arqueologia, imaginária, artes decorativas e etnografia regional, representando esta última, essencialmente, as antigas actividades artesanais da cidade, afamada pelas suas produções de olaria popular. Todavia, não existem neste Museu peças anteriores ao século XVII.

Extremamente valiosa e original é a colecção de bonecos de Estremoz, de barro cozido e polícromo, integrando interessantes figuras de presépios ou avulsas, tanto profanas como religiosas.

No núcleo arqueológico são assinaláveis os agrupamentos de estelas funerárias cristãs; o capitel gótico da «Pietà», proveniente da antiga casa da Câmara; o calvário, quinhentista, de mármore, que pertenceu à desaparecida Ermida do Senhor Jesus dos Esquecidos; alguns brasões de famílias nobres da cidade, e vários fragmentos de talhas e pinturas da antiga Igreja de Santo André.

A pinacoteca é constituída por telas de artistas anónimos de escolas portuguesas e estrangeiras dos séculos XVII e XVIII, evidenciando-se uma réplica antiga do «Julgamento de Jesus», do pintor holandês Gerrit Van Honthorst.

Urbanistas Nacionais e Estrangeiros Visitaram Évora

No âmbito do seminário sobre «Normas Urbanísticas», promovido em Lisboa pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas, visitaram a cidade de Évora (Alto Alentejo) cerca

de sessenta técnicos portugueses e estrangeiros que analisaram, em especial, o «plano director do concelho», projecto que é, a diversos títulos, considerado exemplar.

Aos trabalhos do seminário — que decorreram no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, integrando-se no programa luso-sueco de cooperação naquele domínio — assis tiram, como convidados, representantes das Câmaras Municipais de Évora, Lisboa e Porto.



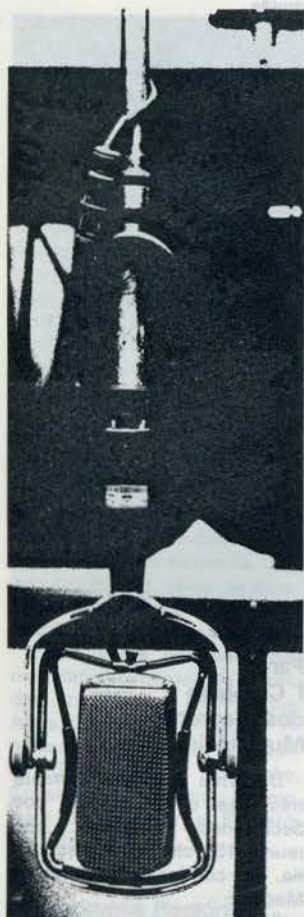
Fachada principal da Sé de Évora.

Faro: I Colóquio dos Secretários Municipais

Decorreu em Faro, durante três dias, o «I Colóquio dos Secretários Municipais», que reuniu 150 chefes da secretaria do continente, Açores e Madeira.

De entre as conclusões aprovadas neste encontro, salienta-se a necessidade de ser criado um Instituto Nacional de Administração Local que possa promover a conveniente preparação do pessoal administrativo. Foi igualmente recomendada a criação de centros de informática ao serviço das Câmaras Municipais, Federações de Municípios e Serviços Municipalizados, dotados de meios tecnológicos que permitam a instalação de terminais.

Os participantes aprovaram ainda sugestões no que concerne à utilização do próximo recenseamento populacional para obter elementos de gestão e no sentido de se apressar a execução mecano-gráfica do recenseamento eleitoral.



PROGRAMA «AQUI PORTUGAL» DA RÁDIO RENASCENÇA

A Rádio Renascença começou a transmitir em ondas curtas o programa «Aqui Portugal», especialmente destinado aos emigrantes portugueses na Europa.

Antecipando a programação em onda curta que vai iniciar através do seu emissor próprio de Muge — cuja montagem está em fase final —, a Rádio Renascença transmite diariamente «Aqui Portugal» em colaboração com a Rádio Mediterrâneo, das 15 às 15,30 horas (T.M.G.) na banda dos 31 metros.

DESPORTO PARA IMIGRANTES

Realizou-se em Lisboa a segunda reunião dedicada à elaboração do projecto sobre «Desporto para Imigrantes», que o Instituto Nacional de Desportos está a preparar para o Conselho da Europa.

Este projecto visa o estudo de propostas concretas — a apresentar à terceira conferência dos ministros europeus do Desporto, que se realizará em Espanha, em 1981 — para o fomento da prática desportiva entre as comunidades de imigrantes de todas as nacionalidades que trabalham nos países membros do Conselho da Europa.

Na citada reunião estiveram representados dez países, que se constituíram, por manifesta vontade da colaboração com o grupo de estudos portugueses, no denominado «grupo de projecto», do qual Portugal é membro coordenador.

Além dos delegados desses dez países, também participaram na reunião diversos especialistas que trabalham noutros projectos do Conselho da Europa, igualmente relacionados com os problemas dos imigrantes.

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO C. I. M. E.



No discurso que pronunciou durante a reunião do Comité Intergovernamental das Migrações Europeias (CIME), em Genebra, o director-geral da Emigração, Francisco Cassola Ribeiro, revelou que «após a decisão do Governo francês de introduzir incentivos para o regresso dos imigrantes, em 1977, calcula-se que voltaram

definitivamente a Portugal cerca de 25 mil nacionais que se encontravam a trabalhar naquele país».

O dr. Cassola Ribeiro demonstrou, através de estatísticas, o retrocesso verificado na emigração portuguesa desde 1973, ano em que emigraram 79.517 pessoas, número que comparado com o total registado em 1978 (18.651), representa uma redução de 76,5 por cento.

O director-geral da Emigração salientou, ainda, que a emigração portuguesa para a Europa é, actualmente, da ordem dos 4 por cento em relação à de 1973, sendo, na sua maioria, constituída por pessoas que vão reconstruir o agregado familiar no país onde reside o emigrante.

Quanto a outros destinos, aquele membro da delegação portuguesa afirmou que se mantêm níveis razoáveis para os Estados Unidos e Venezuela, e que em 1978 se registou um total de 1.300 emigrantes para a África e o Médio Oriente.

O dr. Cassola Ribeiro declarou, por outro lado, que «Portugal tem grande interesse na cooperação com os países de emigração, em particular com aqueles para onde se dirigem tradicionalmente os emigrantes portugueses», acrescentando, a terminar a sua alocução: «Tendo em conta o facto de que a presença de emigrantes portugueses nesses países constituiu, ao longo dos anos, uma experiência válida, uma certa abertura da sua parte a um aumento de fluxo de emigrantes portugueses poderia constituir uma forma eficaz de auxílio a Portugal».

Além do director-geral da Emigração, integravam a delegação portuguesa a esta reunião do CIME o embaixador Adriano de Carvalho, representante permanente do nosso País em Genebra, e Carlos Castro Almeida, conselheiro para os Assuntos Sociais da Missão de Portugal naquela cidade suíça.

ÁFRICA DO SUL

Jovens Portugueses em Universidades Sul-Africanas

A jovem Maria Luísa Pestana obteve recentemente o seu diploma de bacharel em Direito na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo. Esta nossa compatriota tem 22 anos e é filha de madeirenses, naturais da Ribeira Brava. Foi para a África do Sul com 3 anos e aí frequentou o ensino primário e secundário, tencionando agora prosseguir os seus estudos na referida Universidade, com o objectivo de se licenciar em Direito.

Por seu lado, António Delfim de Gouveia foi o primeiro português a obter o diploma de bacharel na Universidade de Port Elizabeth, tendo-se formado em Psicologia. Filho de madeirenses e com 25 anos de idade, o jovem tenciona concluir proximamente a sua licenciatura.

ALEMANHA FEDERAL

Filmes Portugueses na TV Alemã

As películas portuguesas «Meus Amigos», de António da Cunha Telles, «Brandos Costumes», de Alberto Seixas Santos, e «Ruínas no Interior», de José de Sá Caetano, foram recentemente exibidas na televisão da Alemanha Federal, no terceiro programa regional da rede WDR.

Digressão de Artistas Portugueses

Um grupo de artistas de variedades nortenhas actuou na Alemanha Federal em espectáculos destinados aos emigrantes portugueses ali radicados. A digressão incluiu exposições nas cidades alemãs

onde se localizam as maiores comunidades portuguesas. Esta comitiva artística era composta por Sílvia Lopes, Manuel Morais, Maria de Fátima Couto, Arlindo de Oliveira e o ilusionista Zenny.

Ensino da Língua Alemã a Trabalhadores Estrangeiros

Têm-se verificado óptimos resultados na integração de trabalhadores estrangeiros na RFA, através de um programa de ensino de língua alemã segundo anunciaram fontes oficiais em Bona.

O citado programa para a integração social de emigrantes tem sido conduzido pela associação linguística «Alemão para Trabalhadores Estrangeiros», fundada em 1974 com o apoio do Ministério do Trabalho daquele país.

Estatísticas divulgadas recentemente pelas mesmas fontes, revelaram que em 1978 esses cursos foram frequentados por cerca de 15 mil estrangeiros, enquanto em 1977 se haviam registado 10 877 inscrições. A maior participação, em 1977, registou-se por parte dos emigrantes turcos (cerca de 4.450) e gregos (1.052); seguiram-se os italianos (1.034), espanhóis (891), jugoslavos (877) e portugueses (526).

A partir do corrente ano, os êxitos obtidos pela associação «Alemão para Trabalhadores Estrangeiros» irão permitir o lançamento de um projecto mais ambicioso: em colaboração com o Instituto Federal do Trabalho, aquela associação pretende ministrar um programa de preparação profissional a cerca de mil participantes.

ARGENTINA

Um Novo Jornal

A comunidade portuguesa da Argentina passou a contar com um novo órgão de im-

prensa, o jornal «Luso-Argentino», dirigido por Américo Dias e editado em Buenos Aires.

LUSO ARGENTINO

Trata-se de um «periódico independente, bilingue e mensal, ao serviço da comunidade» — segundo se pode ler no seu cabeçalho —, com atraente aspecto gráfico e que insere noticiário particularmente desenvolvido sobre a vida associativa dos portugueses ali radicados, para além de informação diversa sobre Portugal, com especial incidência na actualidade política e desportiva.

O «Luso-Argentino» tem como vice-directora Maria Albertina, sendo o seu corpo redactorial composto por Joaquim Lopez Figueira, Francisco dos Santos, Maria de Fátima e Teresa da Silva. O jornal conta ainda com uma série de correspondentes em várias cidades argentinas e no estrangeiro, designadamente no Uruguai, no Brasil e em Portugal.

Os pedidos de assinatura e toda a correspondência deverão ser dirigidos para: Jornal «Luso-Argentino» / Calle Montevideo, n.º 134 / Buenos Aires / Argentina.

AUSTRÁLIA

Subsídio da S.E.E. para Associação Luso-Australiana

A Secretaria de Estado da Emigração concedeu à Associação Sócio-Cultural Luso-Australiana (ASCLA) um subsídio de 1.728 dólares australianos para a realização de um curso de ensino básico português para adultos.

O curso será ministrado em horário pós-laboral, compreendendo quatro horas semanais de aulas na sede da ASCLA, (82, Enmore Road / Enmore). Para obtenção de informações complementares, os interessa-

dos deverão contactar a Associação na morada acima indicada ou através do telefone 516-3391.

Recorde-se que esta iniciativa da ASCLA surge na sequência do êxito alcançado com a realização de um outro curso semelhante.

BRASIL

Programa de TV «Portugalíssimo» no Estado do Pará

Foi inaugurada recentemente uma nova estação de TV na cidade de Monte Dourado (Estado do Pará), cuja população ascende a cerca de 130 mil habitantes e onde se regista a presença de uma numerosa comunidade portuguesa.

A programação da nova estação de TV — que utiliza o Canal 27 da rede independente — integra a transmissão, em «horário nobre», do conhecido programa «Portugalíssimo», que tem registado grande audiência e popularidade em todo o Brasil e é produzido pelo jornalista Graciano Coutinho.

Centro Transmontano de São Paulo

Está praticamente concluída a construção do edifício-sede do Centro Transmontano de São Paulo, obra que envolve elevados custos e demonstra bem a capacidade empreendedora da comunidade portuguesa residente naquela cidade do país irmão.

Projectado de acordo com padrões funcionais da moderna arquitectura, o edifício tem oito andares e inclui um salão nobre, centro de actividades recreativas, piscinas, áreas para a prática de diversas modalidades desportivas, restaurante, centro médico equipado com laboratório, centros de cultura e um parque automóvel para cerca de 200 viaturas. Porém, o aspecto mais curioso desta obra reside na instala-

ção, no último andar, de um jardim, de onde se poderá apreciar um soberbo e gigantesco panorama sobre a cidade de São Paulo.

ESTADOS UNIDOS

Noticiário Desportivo

Com a participação de 15 equipas, 14 das quais portuguesas, está a decorrer a disputa do primeiro campeonato de futebol da «Luso Internacional Sports Association» (LISA) do Estado de Nova Jersey.

Por outro lado, também em Nova Jersey, João Campos, antigo pescador de Peniche, foi o vencedor do quinto concurso anual de pesca desportiva de mar, organizado pelo «Lar dos Leões», totalizando 1.014 pontos, em 47 concorrentes. Nesta prova, curiosamente, o maior exemplar (com quatro quilos de peso) foi pescado por uma menina de doze anos, Manuela Oliveira, que garantiu, assim, o quinto lugar da classificação geral e a conquista do primeiro lugar da sua categoria.

Obra de José Rodrigues Miguéis Estudada nos E.U.A.



O escritor José Rodrigues Miguéis, numa gravura da autoria de Manuel Cabanas.

Na colecção «Romance Monographs», editada pela Universidade de Mississipi, foi há

EUA

tempos publicado um estudo de John Austin Kerr Jr. intitulado «Miguéis — To the Seventh Decade». Desde há muito que o autor deste livro vem consagrando à obra do romancista José Rodrigues Miguéis um profundo trabalho de investigação, que iniciou com uma dissertação apresentada na Universidade de Wisconsin, sob o patrocínio de Jorge de Sena — quando este era ali professor —, e que agora culmina com o citado ensaio.

Por outro lado, Raymond Sayers, professor no Queen's College, dedicou recentemente ao estudo de J. A. Kerr Jr. uma análise extensa e interessada que veio a público na «Analytical & Enumerative Bibliograph», pondo em relevo a meticulosidade informativa dos trabalhos daquele ensaísta sobre a obra de José Rodrigues Miguéis e a largueza de interpretação que os envolve.

No seu comentário, o prof. Raymond Sayers não deixa de salientar que José Rodrigues Miguéis — agora com 78 anos — continua em plena actividade criativa, constituindo a sua obra a consagração do «mais cosmopolita e mais intelectual dos escritores portugueses» do nosso tempo.

Evocação dos Pioneiros Portugueses

Tendo com tema central «A Coroa e as Rainhas das Festas do Espírito Santo», a acção dos pioneiros portugueses no norte da Califórnia é evocada num museu recentemente inaugurado em Ferrdale, zona onde vive numerosa comunidade portuguesa e luso-americana.

O programa de exposições deste novo museu é dedicado à actividade dos pioneiros representativos dos principais grupos étnicos que contribuíram para o desenvolvimento

daquela região norte-americana, com destaque para os portugueses, anglo-saxónicos e dinamarqueses.

Liga das Sociedades Fraternalis do Estado da Califórnia



A.P.U.M.E.C.



I.D.E.S.



Luso-American Fraternal Federation



S.E.S.



S.P.R.S.I.



U.P.E.C.



U.P.P.E.C.

Foi empossada a nova Direcção da «Liga das Sociedades Fraternalis Portuguesas Beneficentes do Estado da Califórnia».

Recorde-se que a referida Liga é composta por sete Sociedades Fraternalis que, no seu conjunto, representam 70 mil associados e dispõem de cerca de 500 sucursais naquele Estado norte-americano: a APUMEC, com sede em Oakland, a IDES (Hayward), Federação Fraternal Luso-Americana (Oakland), SES (Santa Clara), SPRSI (Oakland), União Portuguesa do Estado da Califórnia (San Leandro) e a União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (Oakland).

A actual Direcção da Liga é presidida por John L. Ávila (IDES) e integra os seguintes membros: Marie I. Wilson (Vice-Presidente/SPRSI), Rodrigo Alvernaz (Secretário/FFLA), Lena D. Fraga (Tesoureira/UPPEC), António C. Cardoza (director/SES), Everett Swayze (director/UPEC), e Jackie Montero (director/APUMEC).

«The Portuguese Tribune»

«The Portuguese Tribune» (A Tribuna Portuguesa) é o título de um novo semanário de língua portuguesa que começou a ser publicado em San José da Califórnia, sob a direcção de João Brum e tendo Duarte Santos como editor.

the portuguese tribune

O número de ensaio do novo jornal — que se define como «semanário independente ao serviço das comunidades de língua portuguesa — inclui mensagens do embaixador de Portugal em Washington, dr. João Hall Themido, e do cônsul-geral em S. Francisco, dr. José. M. Barros Queiroz, e integra para além de artigos de diversos colaboradores, secções dedicadas ao ensino bilingue e à divulgação da cultura portuguesa nos EUA. O referido número zero de «The Portuguese Tribune» insere, igualmente, desenvolvido noticiário sobre o nosso País — com especial destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira — e a vida associativa da comunidade portuguesa residente na Califórnia.

De salientar, como curiosidade, a inserção de um «fac-símile» de «A Voz Portuguesa», o primeiro jornal em língua portuguesa que se publicou naquele Estado norte-

-americano, sob a direcção de Manoel Stone, em 1887.

Os pedidos de assinatura e toda a correspondência para este novo jornal deverão ser enviados para: «The Portuguese Tribune» — P.O. Box 3477/San José, CA 95156/EUA.

Centenário da Chegada dos Portugueses ao Hawai

O chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão, recebeu, em Lisboa, o cônsul honorário de Portugal no Hawai e governador da Cruz Vermelha Americana, John H. Félix, bem como a presidente da Comissão da Herança Portuguesa no Hawai, Edna Rebelo Ryan.

Os visitantes vieram expressar os seus agradecimentos pela pronta e importante colaboração da Marinha Portuguesa nas cerimónias comemorativas do centenário da chegada a Honolulu dos primeiros colonos portugueses, acontecimento que representou o início da emigração organizada de portugueses para aquele Estado norte-americano. Recorde-se que nas citadas comemorações — realizadas em 1978 — participou o navio-escola «Sagres».

FRANÇA

Uma Iniciativa do Rotary Clube de Aveiro

O Rotary Clube de Aveiro procedeu ao envio para França de 200 livros, destinados a filhos de emigrantes portugueses radicados naquele país.

Em declarações ao «Diário de Coimbra», um membro do clube revelou que esta iniciativa se integra no âmbito de um programa de apoio às crianças que os rotários aveirenses decidiram encetar, tendo como principal objectivo, no caso das crianças portuguesas residentes no estrangeiro,

manter os vínculos de ligação destas com o seu país natal.

O mesmo informador revelou, por outro lado, que várias associações portuguesas em França vão receber proximo equipamento e material diverso oferecido por clubes rotários franceses.

«Guia Jurídico e Social»

Foi recentemente editado em França um «Guia Jurídico e Social» destinado, principalmente, aos trabalhadores portugueses ali residentes.

A obra é da autoria de A. de Almeida e tem 435 páginas, abordando pormenorizadamente aspectos da legislação francesa e portuguesa que se revestem de particular interesse e actualidade para os nossos compatriotas imigrados.

De fácil consulta e manifesta utilidade, este «Guia Jurídico e Social» custa 50 francos franceses e pode ser pedido para a seguinte direcção: Mme. Rolim Ramos — 93, Rue de la Jonquière — 75017 Paris.

Cooperação Sindical

Tendo em vista estabelecer «as linhas mais convenientes para a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados em França», deslocaram-se a Lisboa representantes das três maiores organizações sindicais francesas (CGT, CFDT e FEN), a convite da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical.

Durante a sua estada na capital portuguesa, Joannes Gallande (CGT), Hubert Lesire (Ogre) (CFDT) e Guy Leneouannic (FEN) participaram em reuniões com delegados da CGTP, para uma análise conjunta dos problemas que enfrentam os emigrantes portugueses em França, tendo-se registado «grande identidade de pontos de vista» entre os sindicalistas dos dois países. Segundo foi revelado à imprensa, ficou decidido que

este tipo de contactos será intensificado no futuro.

Católicos Portugueses Têm Igreja Própria em Paris

A igreja do «Sacré Coeur» de Gentilly foi formalmente entregue à comunidade católica portuguesa de Paris, dando-se assim cumprimento a uma promessa feita publicamente em Fátima, no Verão de 1977. O acto foi assinalado por uma concelebração de quinze padres portugueses e franceses, a qual foi presidida pelo cardeal Marty e registou a participação do bispo auxiliar de Paris, monsenhor Pезeril, encarregado do sector pastoral da emigração.

Cerca de dois mil portugueses estiveram presentes à cerimónia religiosa, calculando-se que mais de três mil afluíram na tarde desse dia ao convívio realizado no salão de festas existente no subsolo da igreja.

Efectivamente, além da igreja propriamente dita, o edifício inclui um salão de festas, salas de reuniões, salas para catequese e residência para os responsáveis deste novo centro católico português que, a partir de agora, está ao serviço de toda a nossa comunidade residente na capital francesa.

A responsabilidade da igreja de Gentilly foi entregue ao padre Manuel Soares, que é coadjuvado pelo padre francês Donatien Roland.

INGLATERRA

Ensino do Português

O Consulado de Portugal em Londres recorda, através do seu Boletim Informativo, que existem actualmente na capital britânica duas escolas — uma primária e outra secundária — onde é ministrado o ensino de português dentro do horário normal de aulas.

Ambas as escolas aceitam inscrições de alunos portugue-

ses que pretendam aperfeiçoar o conhecimento da sua língua materna. Para a obtenção de mais informações, os interessados deverão dirigir-se às seguintes moradas:

- St. Thomas School (ensino básico)
Dawes Road
London SW6
- St. Richard of Chichester School (ensino secundário)
Royal College Street
London NW1

URUGUAI

Movimento para Criação da «Casa de Portugal»

A comunidade portuguesa do Uruguai iniciou uma campanha tendente à criação de uma «Casa de Portugal», tendo como principais objectivos, segundo se afirma numa circular divulgada em Montevideo, a unificação das duas conhecidas agremiações portuguesas ali existentes — a «Sociedade de Beneficência União Portuguesa» e o «Centro Social Portugueses» — e, simultaneamente, a sensibilização das autoridades nacionais para a necessidade da nomeação de um diplomata que assegure a prestação de serviços consulares aos nossos compatriotas radicados naquele país latino-americano.

Mais informações sobre esta campanha — denominada «Movimento Pró-«Casa de Portugal» (MPCP) — podem ser obtidas na seguinte direcção: Cnel. Raiz 1779 bis/Montevideo — Uruguai.

VENEZUELA

«Memórias e Autobiografia de um Emigrante»

«Memórias e Autobiografia de um Emigrante — 1926/77» é o título de um livro da autoria de Manuel de Oliveira, natural de Vila do Pinheiro, concelho de Vila do Conde, e residente, desde há muitos anos, na Venezuela.

43
Ao longo das 400 páginas desta obra, agora lançada em Portugal, o autor — que em 1979 foi condecorado pelo Presidente da República com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique — narra-nos uma odisséia singular e inesquecível, atravessada de exemplos eloquentes do que é a realidade quotidiana para muitos dos emigrantes portugueses espalhados pelos quatro cantos do mundo, e da sua dura luta pela afirmação através do trabalho e do cultivo da solidariedade e fraternidade com outros povos.



Manuel de Oliveira, autor do livro «Memórias e Autobiografia de um Emigrante».

Este livro de Manuel de Oliveira traz-nos um testemunho raro e autêntico daquilo de que é capaz o emigrante português, enfrentando, constantemente, dificuldades e contrariedades de toda a ordem, na sua procura de melhores condições de vida.

Confessando, nomeadamente, que «Memórias e Autobiografia de um Emigrante — 1926/77» é um livro escrito por quem teve «pouca preparação escolar» e ficou marcado por «uma confusão e mistura de idiomas» no decurso de 33 anos vividos no estrangeiro, Manuel de Oliveira não deixa, no entanto, de salientar aos seus leitores que publicou a obra «sem a mínima intenção demagógica», pretendendo transmitir-nos, através da evocação da sua experiência pessoal, um repositório objectivo da dura realidade — social, económica e cultural — conhecida por tantos dos nossos compatriotas emigrados.

ASSINATURAS DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» é publicada mensalmente em duas tiragens simultâneas: uma delas, designada «Edição-Europa», é distribuída de Paris para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça; a outra edição é distribuída de Lisboa para o resto do Mundo.

Solicitamos, pois, que ao efectuar ou renovar a sua assinatura observe o seguinte:

1. ASSINATURAS DA «EDIÇÃO-EUROPA»

(para os leitores residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça)

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»
6, Passage Dombasle — 75015 - Paris — França

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

2. ASSINATURAS DE RESIDENTES EM PORTUGAL, ESPANHA E OUTROS PAÍSES (excluindo França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça).

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Secretaria de Estado da Emigração
Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Palácio das Necessidades — 1.º Piso — Largo do Rilvas — 1354 Lisboa Codex — Portugal

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Secretaria de Estado da Emigração

PREÇOS DAS ASSINATURAS (12 números)

Portugal e Espanha	400\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.L.
Holanda	25 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros Países: o correspondente em moeda local a	500\$00

MUITO IMPORTANTE

- Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Não esquecer que o destinatário e o remetente devem ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a Revista noutra local, comunique-nos o mais rapidamente possível.
- Para maior facilidade preencha em letra bem legível e recorte este cupão:



Assinatura Renovação Mudança de local de recepção da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» (marque com X) para o que envio a importância de

NOME

IDADE

PROFISSÃO

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

ATENÇÃO

— Se reside em FRANÇA, ALEMANHA FEDERAL, BÉLGICA, LUXEMBURGO, HOLANDA, INGLATERRA ou SUÍÇA, envie este cupão para:
EMBAIXADA DE PORTUGAL
6, Passage Dombasle
75015-PARIS-FRANÇA.

— Se reside em PORTUGAL, ESPANHA ou outros países excluindo os mencionados acima, envie o cupão para:

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO
Palácio das Necessidades - 1.º Piso
Largo do Rilvas - 1354 Lisboa
CODEX PORTUGAL

SISTEMA DE «POUPANÇA-CRÉDITO» PARA TRABALHADORES PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Instituído pelo Decreto-Lei n.º 540/76, o sistema de «Poupança-Crédito» — especificamente destinado aos trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro — foi já, por diversas vezes, abordado nesta secção, em anteriores números da Revista (designadamente nos números 40 e 41).

Tendo em conta as alterações sucessivamente introduzidas no diploma citado através de legislação posterior — Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, Portaria n.º 134/79, de 27 de Março, Decreto-Lei n.º 79/79, de 9 de Abril, Portaria n.º 418/79, de 11 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 316/79, de 21 de Agosto —, a Secretaria de Estado da Emigração elaborou uma nova Nota Informativa sobre o assunto.

Nessa Nota Informativa da SEE — que a seguir publicamos —, os actuais moldes de funcionamento do sistema de «Poupança-Crédito» são explicitados de acordo com os seguintes pontos:

1. Em que consiste o sistema;
2. Quais os benefícios a conceder;
3. Quem pode beneficiar;
4. Qual a condição para beneficiar;
5. De que modo pode ser creditada a conta;
6. Quem pode movimentar a conta;
7. Duração da conta;
8. Juros e isenções dos depósitos;
9. Condições em que é concedido o empréstimo;
10. Sisa (isenções e reduções);
11. Contribuição predial (isenções);
12. Aplicação retroactiva.

1. Em que consiste o sistema de «Poupança-Crédito»

É um sistema ao abrigo do qual poderão ser concedidos benefícios:

- a) Na compra ou benfeitorias de terrenos, quer para exploração agrícola directa, quer para arrendar;
- b) Na compra, construção ou melhoramentos de casas ou andares, quer para arrendar, quer para habitação própria;
- c) Na instalação ou desenvolvimento de actividades industriais ou agro-pecuárias.

2. Quais os benefícios a conceder

Desde que verificadas as condições adiante indicadas, poderão ser concedidos os seguintes benefícios:

- a) Empréstimos de dinheiro com uma taxa de juro mais baixa do que a aplicada no mercado normal;
- b) Isenção de imposto de capitais nas contas de depósitos;
- c) Isenção ou redução do imposto de sisa;
- d) Isenção da contribuição predial por determinado número de anos.

3. Quem e como pode beneficiar do sistema de «Poupança-Crédito»

a) Só podem beneficiar deste sistema os emigrantes portugueses, os emigrantes originariamente portugueses que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira e seus filhos;

b) Os interessados que se encontrem nestas condições terão de apresentar os seus pedidos de empréstimo ou constituir as contas especiais denominadas «depósitos de poupança-crédito» nas instituições de crédito do Estado ou nacionalizadas, na Caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral, ou nas Caixas Económicas legalmente autorizadas a participar no sistema;

c) A qualidade de emigrante pode ser comprovada mediante a apresentação de carteira de residente no estrangeiro, da carteira de trabalho ou de qualquer outro documento pelo qual a instituição de crédito depositária se possa assegurar de que o interessado é efectivamente emigrante e reside no estrangeiro há mais de seis meses.

4. Qual a condição para poder beneficiar do sistema

É necessário que as pessoas acima indicadas que pretendam beneficiar das vantagens do sistema de «Poupança-Crédito» tenham constituído, nas instituições de crédito já mencionadas uma conta especial denominada «depósito de poupança-crédito», mesmo que não pretendam recorrer ao crédito.

5. De que modo pode ser creditada a conta de depósito «poupança-crédito»

Só:

a) Com o contravalor em escudos de transferências de moeda estrangeira efectuadas através do sistema bancário;

b) Com o contravalor em escudos de notas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior de que o respectivo titular seja portador ou que tenha remetido ao seu procurador;

c) Com escudos transferidos de contas de depósito abertas em instituições de crédito portuguesas, mediante prova de que esses escudos tiveram origem em transferências do exterior efectuadas a partir de 14 de Abril de 1977;

d) Com a transferência da totalidade ou parte do saldo de contas de depósito de emigrantes em moeda estrangeira;

e) Com os juros vencidos e a pagar pelo depositário.

6. Quem pode movimentar a conta de depósito «poupança-crédito»

a) Os titulares das contas de depósito de poupança-crédito podem autorizar, através de procuração em que se especifiquem os poderes do procurador, que residentes em Portugal movimentem essas contas, nas condições e dentro dos montantes que estabeleçam,

b) Sempre que a delegação de poderes seja feita a favor dos cônjuges, pais, filhos ou irmãos, pode essa delegação constar de documentos relativos à abertura de conta de depósito;

c) Durante o período de vigência do depósito de poupança-crédito podem ser livremente efectuados levantamentos de fundos.

46 7. Duração da conta de depósito de «poupança-crédito»

a) As contas de depósito de poupança-crédito são expressas em escudos e o seu período de vigência pode ir até ao máximo de 5 anos, contados a partir da data da sua abertura; em qualquer momento deste período pode ser concedido o empréstimo;

b) Não sendo o respectivo saldo utilizado para o seu fim específico, ao fim de 5 anos deve o mesmo ser transferido para uma conta de depósito à ordem ou a prazo, conforme o titular preferir, e cancelada a conta de poupança-crédito.

8. Juros vencidos pelos depósitos de «poupança-crédito» e isenção de impostos

a) Os depósitos de poupança-crédito vencem juros à taxa atribuída aos depósitos a prazo de 180 dias (actualmente 12%), que serão contados ao semestre e capitalizados na própria conta;

b) Por cada período completo de um ano e um dia em que a conta não registre levantamentos creditar-se-à um prémio correspondente ao diferencial da taxa de juro para os depósitos a mais de um ano (actualmente 20%);

c) Os juros vencidos pelos depósitos de poupança-crédito estão isentos do imposto de capitais.

9. Condições em que é concedido o empréstimo

9.1. A concessão de empréstimos no sistema de «Poupança-Crédito» subordina-se às seguintes condições:

a) O empréstimo destinar-se-à a auxiliar a construção, habitação ou melhoramentos de prédios urbanos, a aquisição ou benfeitorias de prédios rústicos, destinem-se ou não quaisquer desses prédios a habitação própria ou à exploração agrícola directa, e ainda, a auxiliar a instalação e desenvolvimento de actividades industriais e agro-pecuárias;

b) O montante do empréstimo tem o limite máximo de 1500 contos e não pode em caso algum exceder o dobro do saldo do depósito de poupança-crédito no momento da apresentação do respectivo pedido, nem ser superior a 80% do valor que a instituição de crédito atribuir aos bens referidos na alínea anterior. Se o empréstimo se destinar a investimentos industriais não pode exceder 50% do investimento a realizar;

c) O montante do empréstimo, acrescido de todo o saldo da conta especial de depósito, deve ser utilizado, pela sua totalidade, no pagamento dos imóveis adquiridos ou construídos, das benfeitorias neles efectuadas ou do investimento realizado;

d) Nos casos de construção ou de melhoramentos de prédios urbanos ou de benfeitorias em prédios rústicos, a utilização do empréstimo ficará condicionada à verificação do andamento das obras; tratando-se de investimento industrial, a referida utilização poderá ficar condicionada à verificação da progressiva execução dos projectos respectivos.

e) Os empréstimos serão garantidos por hipoteca sobre os bens de que se trate a favor da instituição de crédito, podendo no entanto, aceitar-se, nos casos de créditos para investimento industrial ou agro-pecuário e precedendo autorização especial do Banco de Portugal, a prestação de outro tipo de garantia que ofereça segurança equivalente;

f) O prazo do empréstimo não poderá exceder 12 anos;

g) A amortização será feita, em prestações sucessivas e iguais, de capital e juros, com prioridade mensal, trimestral ou semestral;

h) Os empréstimos concedidos beneficiam de uma taxa de juro — actualmente de 11,5% — que é inferior à taxa corrente no mercado, pagando o Estado a diferença do juro.

9.2. Os limites fixados na alínea b) do ponto 9.1 valem apenas para cada conta, de depósito de poupança-crédito, podendo o emigrante ser titular de mais de uma conta e beneficiando cada uma delas do regime do sistema «Poupança-Crédito».

9.3. Quando se verifique que a quantia emprestada teve aplicação diferente da prevista na lei e no contrato, o empréstimo vence-se imediatamente, tornando-se exigível o montante em dívida e cessando todas as regalias previstas na lei.

10. Condições em que se verifica a isenção ou redução de sisa

a) Se o valor atribuído pelas Finanças ao terreno, prédio ou andar, para efeitos de sisa, não exceder o montante correspondente ao dobro da importância transferida do estrangeiro para Portugal e efectivamente utilizada na aquisição, haverá isenção total de sisa;

b) Se esse valor exceder o montante referido no número anterior, será devida sisa apenas sobre o excesso.

Para exemplificar, imagine-se um terreno, prédio ou andar, a que as Finanças atribuam o valor colectável de 1000 contos. A sisa a pagar depende da quantia transferida do estrangeiro e aplicada na aquisição de acordo com o quadro seguinte:

Quantia transferida e aplicada-hipóteses	Valor sobre que incide a Sisa	Porcentagem do valor do prédio isento de Sisa
500 contos ou mais	0 (1 000—2×500)	100 %
400 contos	200 contos (1 000—2×400)	80 %
300 contos	400 contos (1 000—2×300)	60 %
200 contos	600 contos (1 000—2×200)	40 %
100 contos	800 contos (1 000×2×100)	20 %

A Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, veio estabelecer uma importante alteração relativamente ao Decreto-Lei n.º 540/76: é que deixou de ser necessário pedir um empréstimo para beneficiar da isenção ou redução de sisa e da contribuição predial. Quer dizer, o interessado pode prescindir do empréstimo, se quiser, que não perde o direito àqueles benefícios. Terá no entanto, agora, que abrir sempre uma conta de poupança-crédito.

11. Condições em que se verifica a isenção de contribuição predial

Presentemente já não só os prédios adquiridos pelos emigrantes através da poupança-crédito ficam isentos de contribuição predial durante uns anos, mas também beneficiam de isenções os prédios por eles construídos, com a utilização das verbas transferidas (D. L. n.º 316/79, de 21 de Agosto).

11.1 Assim, relativamente aos imóveis adquiridos a isenção de contribuição predial a conceder está relacionada com a

percentagem correspondente à isenção de sisa, nos seguintes termos:

Escalões	Percentagem correspondente à isenção de Sisa	Registo de isenção de Contribuição Predial a conceder
A	Igual a 100 % (isenção total)	10 anos
B	Entre 75 % e menos de 100 %	8 anos
C	Entre 50 % e menos de 75 %	6 anos
D	Entre 25 % e menos de 50 %	4 anos
E	Entre 10 % e menos de 25 %	2 anos

Aplicando esta tabela ao exemplo indicado no número anterior da presente Nota Informativa, os resultados são os seguintes:

Isenção de Sisa	Período de isenção da Contribuição Predial
100 %	10 anos
80 %	8 anos
60 %	6 anos
40 %	4 anos
20 %	2 anos

11.2 As casas **construídas** pelos emigrantes com as verbas transferidas do estrangeiro, também podem beneficiar de isenção de contribuição predial do seguinte modo:

11.2.1. Os Serviços de Finanças apuram o valor que serviria de base à liquidação da sisa se ela tivesse que ser paga: conforme a percentagem que ficasse isenta de sisa assim será o número de anos de isenção da contribuição predial. A relação é estabelecida nos moldes dos quadros referidos em 11.1.

11.2.2. Tal valor é apurado à data em que segundo a respectiva licença, o prédio seja considerado habitável, ou, quando aquela não mencione tal data, a partir do momento em que a deliberação ou decisão tenha sido tomada; se a licença não for exigível, apura-se o valor à data de ocupação ou à data em que se considere concluída a construção;

11.2.3. O valor apurado poderá ser contestado através de requerimento de avaliação do prédio (ao abrigo do art.º 56.º do Código de Sisa) no prazo de **oito dias** a contar da notificação aos interessados, mas apenas com vista à redução do factor de capitalização.

11.3. Quer se trate de prédios **adquiridos** quer de prédios **construídos** pelos emigrantes, os interessados deverão requerer a **isenção** de contribuição predial ao Chefe da Repartição de Finanças da área de situação dos prédios, juntando ao requerimento a licença de habitação, os documentos comprova-

tivos dos arrendamentos se o prédio se encontrar arrendado à data do pedido e os documentos necessários passados pela instituição de crédito respectiva, no caso de estes não terem sido ainda apresentados na Repartição de Finanças.

11.4 O período de isenção de contribuição predial contar-se-á consoante os casos, a partir da data de aquisição ou da data em que, segundo a licença, o prédio seja considerado habitável; quando a licença não for exigível o período de isenção conta-se a partir da data da ocupação ou da data em que se considere concluída a construção.

12. Aplicação retroactiva

12.1. Como é sabido — através da divulgação de várias Notas Informativas sobre a matéria —, a Lei n.º 21-B estabeleceu que a redução de sisa e a isenção por determinado número de anos da contribuição predial fosse aplicável a partir de 14 de Julho de 1976, desde que o emigrante pudesse demonstrar que tinha aplicado directamente nos imóveis comprados dinheiro transferido do estrangeiro. Para fazer tal prova os interessados deveriam solicitar à instituição de crédito por intermédio da qual tivessem feito a transferência um certificado da mesma, apresentando-o em seguida na respectiva Repartição de Finanças.

12.2.1. Também agora o Decreto-Lei n.º 316/79, de 21 de Agosto, veio conceder retroactivamente isenção de contribuição predial pelo período determinado nos termos do ponto 11. aos **prédios já construídos ou em construção**, desde que tenham sido devidamente utilizadas, total ou parcialmente, aos importâncias transferidas para Portugal a **partir de 14 de Agosto de 1976** ao abrigo do sistema de «Poupança-Crédito».

Deverão pois os interessados requerer a isenção a que tiverem direito ao Chefe da Repartição de Finanças da área da situação dos prédios, juntando ao requerimento os documentos referidos no ponto 11.3.

12.2.2. Tratando-se de **prédios já construídos** pelos emigrantes com recurso às verbas transferidas do estrangeiro, os interessados deveriam ter requerido ao Chefe da Repartição de Finanças da área da situação dos prédios, até 24 de Dezembro de 1979, não só a isenção a que tiveram direito, mas também se for caso disso e por consequência, a **restituição das verbas pagas**. Também neste caso terão que ser anexos ao requerimento quer os documentos emitidos pelo banco que comprovar a transferência, quer a licença de habitação, quer os documentos comprovativos dos arrendamentos, se o prédio se encontrar arrendado à data do pedido.

Porém, se o emigrante **tiver tomado conhecimento no estrangeiro** dos benefícios que lhe foram concedidos pelo Decreto-Lei n.º 316/79 de 21 de Agosto e **não lhe tiver sido possível entregar o aludido requerimento até 24 de Dezembro do ano transacto**, poderá enviar do estrangeiro o seu requerimento e competentes anexos **até 18 de Janeiro de 1980**, mas nesse caso terá que proceder ao **envio através do Consulado** da área da sua residência.

Assine e divulgue "Comunidades Portuguesas"

48 Uma imagem de «O Trigo e o Joio» e, em baixo, o cineasta Manuel Guimarães.

O TRIGO E O JOIO

Muitos filmes têm argumentos baseados em obras literárias ou em peças de teatro, geralmente com o mesmo título.

É o caso de «O TRIGO E O JOIO», filme que neste número apresentamos aos nossos leitores. Realizado por Manuel Guimarães, este filme baseia-se no conhecido livro — com o mesmo título — de Fernando Namora. A acção desenrola-se no Alentejo e conta-nos a história de um pequeno lavrador alentejano que vive numa courela com a mulher e a filha. Ele é um sonhador e optimista, enquanto a mulher é mais realista e pessimista sabendo que só com trabalho se consegue vencer na vida. O filme termina com uma mensagem de esperança na solidariedade entre os homens.



«O Trigo e o Joio»

Realização: Manuel Guimarães

Ano de Produção: 1965

Fotografia: P&B (normal)

Tempo: 1h50min.

Tema: Drama

Classificação Etária: Maiores de 18 anos

Principais intérpretes: Eunice Muñoz (Joana), Igrejas Caeiro (Loas), Mário Pereira Barbaças, Barreto Poeira (Maldonado), Maria Olguim, José Cardoso, Lídia Franco, Manuel Bento, Miguel Franco, José Saloio, Virgílio Macieira.



COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES

SE A SUA ASSOCIAÇÃO
TEM CONDIÇÕES PARA PROMOVER SESSÕES DE CINEMA
COM FILMES NO FORMATO DE 16 mm
CONTACTE OS SERVIÇOS CONSULARES

mosaico

**programa da TV francesa
para trabalhadores imigrados**



FR3

todos os domingos, 10.30 às 12 horas
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

**a participação de Portugal é assegurada pela Radiotelevisão Portuguesa
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração**

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris

